

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

CENTROS

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

OS TRABALHADORES AVANÇAM NA LUTA ANTIMONOPOLISTA

Os pontos dominantes nos três comícios da Intersindical Nacional, realizados em 30 de Dezembro findo, em Lisboa, Vila Franca de Xira e Torres Vedras, com grande afluência e entusiasmo (só no Pavilhão dos Desportos estiveram mais de 6000 trabalhadores), foram constituídos pela reafirmação do princípio da unidade sindi-

balhadores que falaram naqueles comícios, a que assistiram, entre outros, representantes do nosso Partido, puseram em evidência a necessidade de o movimento sindical se empenhar cada vez mais numa luta sem tréguas pela defesa dos interesses colectivos da maioria esmagadora da população portuguesa, distinguindo, em cada momento, quais são verdadeiramente esses interesses e lutando por eles, no reforço da unidade dos trabalhadores com as forças democráticas e da aliança do povo com o MFA, no combate decidido aos grandes grupos monopolistas e aos latifundiários, em traves maiores e inimigos principais da Democracia Portuguesa.

Referindo-se à unidade sindical, um dos trabalhadores afirmou: Do que se trata, essencialmente, no que respeita à Lei Sindical, não é de o Governo impor o que quer que seja aos trabalhadores, mas antes de os trabalhadores, defendendo a sua unidade, reclamarem do Governo a consagração, na lei, da unidade sindical.

Palavras ditadas por uma firme consciência do que verdadeiramente interessa ao Povo Português, a elas se seguiram as que apelam para medidas urgentes no sentido de não proclamarem a liberdade como sinónimo de liberalismo, antes mantendo e reforçando a vigilância das massas e protestando contra a liber-

CONT. NA PÁG. 5

Avante!
PÁGINA 2

Saber ouvir os camponeses

cal, que deve ficar consignado na Lei das Associações Sindicais; pela exigência de medidas energéticas e eficazes contra os monopólios e os latifúndios; pela firme atitude de repúdio perante a libertação de alguns sabotadores da economia nacional com falsas justificações baseadas na «lei fascista»; pela luta contra o desemprego e pela criação de novos postos de trabalho.

Vibrantemente secundados por palavras de ordem como «não aos monopólios», os tr-



A UNIDADE DOS CAMPONESES PARA UMA VIDA MELHOR NOS CAMPOS

No momento actual em que a maioria dos trabalhadores portugueses se empenham na construção da democracia em Portugal, também os pequenos e médios agricultores do Norte fazem ouvir a sua voz, unindo-se e organizando-se, discutindo problemas, apontando soluções e propondo-se lutar pela defesa dos seus interesses, que no fundo são também os interesses de todo o País.

Convocada pela Comissão do nosso Partido para o Trabalho Camponês do Norte efectuou-se, no domingo passado, no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, uma Conferência de Camponeses do Norte que verificou uma nu-

merosa afluência. Aliás, evitando manobras da reacção, a convocação era bem clara, explicando que a participação na conferência não implicava qualquer compromisso de

CONT. NA PÁG. 8



MENSAGEM DE ANO NOVO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Presidente da República, general Costa Gomes, proferiu no primeiro dia do ano uma mensagem a todo o País que a seguir transcrevemos:

«Portugueses:

Hoje é o Dia Mundial da Paz. Aparelamente o conceito de Paz é de uma evidência tão natural que, desde logo, seria um tema exaustivo. Para o analisar começemos por referenciá-lo em quatro planos fundamentais:

—A Paz interior do Homem consigo mesmo;

—A Paz na relação entre indivíduos;

—A Paz entre os vários grupos sociais;

CONT. NA PÁG. 5

1975

O novo ano que agora começa coloca ao povo português um futuro rico de possibilidades e de responsabilidades.

O regime fascista que oprimiu Portugal durante quase meio século não foi um acidente da nossa história, não foi um acaso. Bem pelo contrário, foi o fruto de forças económicas e sociais interessadas no sistema de feroz exploração e repressão que sofremos. Enquanto tais forças puderem agir, enquanto dispuserem de meios de acção e influência, a democracia, a vontade popular estarão permanentemente comprometidas, correrão riscos que é necessário eliminar.

O fascismo foi a ditadura terrorista dos grandes monopólios. Foi a expressão política mais lógica e coerente da acção do grande capital monopolista, foi o regime que melhor servia os seus interesses e objectivos. A política do fascismo, a crise geral do capitalismo, os «impasses» políticos e económicos a que a acção dos governos de Salazar e Caetano conduziram Portugal determinou que tal política e tal sistema já não tivessem condições para sobreviver e actuar. Não foi, contudo, o grande capital monopolista que se desfez do aparelho político fascista que criou, foi, sim, a luta do povo, a acção das forças organizadas das massas populares, a tomada de consciência das Forças Armadas face à utilização que delas o fascismo pretendia fazer que determinou o 25 de Abril. O grande capital monopolista perdeu a primeira batalha ao ver destruída a sua ditadura terrorista ante o avanço das forças populares — mas não perdeu ainda a guerra que contra elas trava.

Tal como os primeiros passos da jovem democracia portuguesa — o 25 de Abril, os oito meses de liberdade — não foram feitos com os monopólios e os grandes agrários, igualmente o progresso, a consolidação de uma ordem democrática, de um regime popular que corresponda à vontade do povo não pode ser feita com eles — mas sim contra eles.

Criar condições de estabilidade e progresso para a democracia significa antes de mais nada destruir as condições de existência do fascismo, da exploração e da opressão.

O objectivo de consolidar e fazer avançar a democracia surge assim no alvorecer deste ano de 1975 como um objectivo prioritário do povo português.

Como o fazer?

É necessário antes de mais nada consolidar, fortalecer as condições que tornaram possível os progressos alcançados nestes oito meses. Essas condições radicam-se antes de mais nada na forte aliança entre os dois elementos fundamentais do processo político democrático desencadeado em Portugal: a opção democrática das Forças Armadas, organicamente expressa no Movimento das Forças Armadas, a luta popular pela democracia, expressa na organização popular, nas suas organizações democráticas.

A unidade destes dois componentes do processo democrático em Portugal é essencial. A decisiva



força armada do MFA junta-se a decisiva força das massas organizadas em todas as estruturas que ao querer e à vontade popular dão expressão e eficácia.

Esta aliança necessita em todos os planos de ser reforçada e estruturada. As forças democráticas necessitam de reforçar a sua coesão interna, de reforçar as suas plataformas de aliança, de reforçarem a sua acção comum e unitária, necessitam de encontrar activamente tudo o que as une nas tarefas decisivas da construção da democracia. Unidas e coesas têm de reforçar a sua aliança com as Forças Armadas. É fundamental que se assegure o total apoio popular a cada passo em frente da democracia, é necessário que se corresponda às exigências populares em cada acção a desenvolver e isso só será possível assegurando uma estreita ligação entre as massas e as vanguardas, assegurando que cada medida tomada seja fruto e expressão do querer de um povo empenhado na construção da sua democracia.

Esta unidade actante e produtiva abrirá caminho para as tarefas fundamentais da consolidação da democracia. A eliminação do poder dos monopólios e dos grandes agrários e o conjunto de medidas económicas tendentes a anular o seu poder e regular a vida económica portuguesa em moldes democráticos e populares são prioritárias.

Organizar as mais amplas camadas populares na vida democrática, esclarecer e integrar todos os portugueses nas organizações democráticas, são igualmente tarefas prioritárias. Avançar decisivamente na organização sindical, na organização política de operários, camponeses, dos estudantes, das mulheres, da pequena burguesia urbana, de todas as forças sociais e económicas que apoiem a democracia e a liberdade é uma tarefa igualmente prioritária.

Salvaguardar, defender e consolidar a unidade das organizações de massas, introduzir nelas métodos de trabalho amplamente democráticos, massivos e actantes que reforcem a sua capacidade de intervenção no processo político português, combater energeticamente todas as tentativas de enfraquecimento e de divisão, provenham elas de onde provierem, são esforços prioritários de todos os democratas.

Avançar decidida e coerentemente nos processos de institucionalização da democracia, fazer do recenseamento e do esclarecimento amplas batalhas populares que organizem as massas no sentido de que as eleições venham a ser a correcta e eficaz expressão da vontade popular — é tão só prioritário como fundamental.

Portugal dispõe, hoje, de condições para edificar uma resposta tão confiante e determinante no futuro do homem livre quanto violenta e total foi a repressão que o fascismo lhe impôs. Se o fascismo português foi, durante meio século, o exemplo da repressão e da violência, o povo português, as suas forças democráticas, as suas Forças Armadas podem ser — são já — o exemplo da determinação de vencer, de progredir, de construir um futuro e uma Pátria para o Povo.

*

«Avante!» começa hoje o seu primeiro ano em liberdade. Tal como o Partido de que é órgão, tal como os militantes de que é voz, encara-o com confiança, com serenidade, com decisão.

Tal como em duros anos de clandestinidade, tal como no anónimo trabalho dos obreiros do «Avante!» clandestino, perseguido pelas polícias fascistas e apoiado pelo povo, o «Avante!» será a voz dos comunistas, a voz da vanguarda da classe operária.

O suplemento deste primeiro número em liberdade tentou ser expressão de uma realidade. Nele se publicam desenhos de Pablo Picasso e de um artista português, Rogério Ribeiro. São expressão de que os artistas estão com o Povo e com as suas forças, de que a força que o povo lhes dá nos jornais do povo é expressão.

Neste suplemento publicamos igualmente um poema de Pablo Neruda, dedicado ao Povo Português, escrito em 1954, divulgado então pela imprensa clandestina do nosso Partido. Quando a repressão fascista se abate sobre o povo chileno, quando o Povo Português cumpre fraternalmente os seus deveres de solidariedade e internacionalismo ao apoiar a luta heróica do povo do Chile, as palavras de Pablo Neruda recordam-nos que o internacionalismo proletário foi e é uma realidade da nossa luta. «Lâmpada Marinha», ao lembrar a história do povo português, ao lembrar a história que o fascismo quis destruir, é também uma palavra que nos recorda que, depois do 25 de Abril Portugal retomou a sua história, que o nosso povo deixou de ouvir falsar a sua história — volta a fazê-la.

Finalmente, contamos a luta antifascista. Lembramos que em 1960 a vanguarda do proletariado português, o Partido Comunista Português, devolveu à luta pela liberdade alguns dos combatentes que o fascismo quis liquidar. Lembramos quanto essa vitória foi fruto da organização, da disciplina, da dedicação e do heroísmo dos militantes comunistas, quanto foi fruto do que em 25 de Abril floresceu, do que em oito meses de liberdade se afirmou: a vontade de liberdade do Povo Português.

«Avante!», palavra impressa do Partido Comunista Português, partido dos trabalhadores e da resistência antifascista, palavra do Partido da unidade e do futuro, sauda os combatentes antifascistas saídos os patriotas das Forças Armadas, sauda a unidade das Forças Democráticas, sauda o Povo Português que avança decididamente na construção de um Portugal democrático.

«Avante!» e os seus trabalhadores, neste ano de liberdade de 1975, escrevem: «Sob a bandeira do Partido Comunista Português, guiados e inspirados pelo seu Programa, adiante para a conquista da liberdade e da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo».

CONT. NA PÁG. 5

RECENSEAMENTO E DEMOCRACIA

Aproxima-se do termo o período estabelecido para o recenseamento de cerca de cinco milhões e meio de portugueses. Apesar das dificuldades enfrentadas em algu-

mas regiões nomeadamente a falta de saneamento em muitas freguesias e a discriminação relativamente à admissão de comunistas nas comissões de recenseamento,

apesar do oportunismo e tentativas de sabotagem desta primeira fase do processo eleitoral o balanço da operação recenseamento surge-nos como positivo. Os números atestam a participação popular na tarefa de recenseamento, a disposição do povo em cumprir um acto que lhe permitirá o uso dessa arma que é o voto democrático, arma pela primeira vez empunhada desde há quase meio século. Isto, por muito que pese à reacção que intimidando em certas zonas do País a população que dela depende economicamente, tem manobrado no sentido de comprometer o rigor e a isenção do processo de recenseamento. Estas manobras têm, infelizmente em alguns casos, sido coroadas de êxito. Deste facto há que extrair as necessárias e indispensáveis lições: reforço da vigilância popular fase aos sabotadores que não hesitam em recorrer a todos os ardís e manhas, e garantia de que não se repetirão as condições nocivas ao exercício do processo de democratização. Os danos causados por factores anti-revolucionários são sofridos pela causa do povo português e podem influenciar, neste caso, a seriedade de uma acção

Avante! AUMENTO DE PREÇO SAÍDA À QUINTA-FEIRA

A partir do presente número, o «Avante!» sofre um aumento de preço, passando a custar 4\$00. Esta alteração torna-se inevitável, tendo em conta o agravamento dos custos de produção, nomeadamente o aumento de preços de matérias-primas. Acresce que, como é bem sabido, o nosso jornal não dispõe das fontes de receita a que outros órgãos de Informação podem recorrer. Por outro lado, ainda, estamos firmemente dispostos a que o «Avante!», sob o ponto de vista financeiro, continue a ser auto-suficiente, sem recorrer a fundos que não sejam os resultantes das suas receitas próprias.

Entretanto, vamos, a partir já da próxima semana, introduzir uma alteração que se vinha impondo: a saída do jornal não à sexta, mas à quinta-feira. Acreditamos que, deste modo, se criará condições mais favoráveis para a venda e divulgação do jornal, aumentando as possibilidades da sua expansão. Damos assim satisfação a diversos apelos neste sentido vindos de diversas organizações locais do nosso Partido.



OUVIR os camponeses — «Saber ouvir os camponeses», recomendava Lenine aos comunistas. Não se pode pensar, esboçar e menos ainda aplicar uma política da terra, uma política para o campo, sem saber como vivem e o que querem os camponeses. Sem os ouvir, portanto.

Na vida do País — do nosso país libertado do fascismo — há problemas de hoje que requerem solução imediata, e que é preciso resolver de uma forma nova, e haverá os problemas de amanhã. Da maneira como os primeiros forem resolvidos depende a boa resolução dos segundos. E os problemas da terra, afectando uma vasta camada da nossa população, inscrevem-se entre os mais agudos e difíceis da situação nacional actual.

Para o partido da classe operária portuguesa — o PCP — é primordial a formulação de uma política para o campo ajustada às realidades sociais da nossa agricultura, uma política que reflecta os problemas e aspirações reais dos camponeses.

Ao trabalhar para a formulação de uma política justa para os campos, o PCP, como partido responsável, procura dar uma contribuição válida, naturalmente de classe, para a solução dos problemas difíceis deste amplo sector do nosso povo, que a grande burguesia tem submetido brutalmente aos seus interesses. Com esse objectivo se realizou no Porto a Conferência dos Camponeses do Norte, por iniciativa da Comissão do PCP para o Trabalho Camponês do Norte e se vai realizar no próximo domingo em Santa-rém a Conferência dos Camponeses do Sul.

Uma política justa para os campos não o será apenas porque é justa nas suas linhas gerais. Tem de estar profundamente inserida nas realidades da exploração da terra em Portugal em todas as suas implicações políticas, económicas e sociais, tem de ser objectivada a cada passo conforme a situação concreta do País. E isso só é possível através do debate com os principais interessados — os camponeses.

«O Partido Comunista — disse Álvaro Cunhal no início da Conferência do Porto — não pretende ensinar os camponeses. Pretende por um lado transmitir-lhes a sua experiência e, por outro lado, aprender com eles e se tornou a iniciativa deste encontro não é porque tenhamos na mão soluções para vos apresentar mas porque queremos saber das vossas bocas quais são os problemas dos campos e quais são, no nosso entender, também, as soluções para esses problemas.»

O PCP tem uma experiência a transmitir — a sua experiência de luta de quase cinquenta anos contra o fascismo, mas também a experiência condensada pelo movimento operário internacional, que é de uma grande riqueza e utilidade para o campesinato português. Os pequenos e médios agricultores têm por seu lado a experiência de uma dura e longa vida de escravidão pelos grandes senhores da terra, agravada pela política agrária de ruína dos pequenos e médios agricultores praticada pelo fascismo.

Desde o seu advento ao Poder, os fascistas procuraram desde logo subordinar os interesses dos pequenos e médios camponeses aos dos grandes industriais, comerciantes e financeiros.

Na fiscalidade; nas formas de renda; na comercialização dos produtos agrícolas e pecuários e nos preços; na concessão de créditos e nas elevadas taxas de toda a ordem que oneravam a produção agrícola dos pobres do campo; no peso das dívidas; na odiosa orgânica corporativa; no roubo das terras, principalmente na manutenção e agravamento de uma estrutura agrária que concentrava nas mãos de um punhado de latifundistas enormes extensões

de terra e confinava em pequeníssimas courelas centenas de milhares de agricultores.

Quando os próprios grandes agrários lamuriavam antes contra a política fascista tinham sempre o cuidado de deixar na sombra as formas mais duras de exploração dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros, parceiros, caseiros, seareiros, etc.).

Mil e uma formas de exploração garantiam aos latifundistas e grandes proprietários uma vida à larga pelos casinos e centros de diversão. As mãos que nunca conheceram os calos da enxada levavam o melhor do produto agrícola sob a protecção do corporativismo fascista.

Registos de propriedade fabricados nas conservatórias davam em gozo perpétuo aos grandes agrários terras que o suor e o engenho de milhões de modestos camponeses e suas famílias tinham tornado férteis. A existência dos foros na época actual é uma dessas injustiças que é preciso acabar de vez.

Ainda hoje uma multidão de taxas agravam a vida dos camponeses, taxas para organismos cuja existência depois do 25 de Abril é preciso acabar ou reconverter. O Governo Provisório é um governo aberto às grandes reivindicações camponesas, mas as medidas mais ajustadas à defesa dos seus interesses não deverão ser proteladas.

A política de que «deve pagar mais quem mais tem» deve ter expressão imediata na carga fiscal que pesa sobre o campesinato.

Na Conferência dos Camponeses do Norte um vivo debate se travou em torno de problemas como o do arrendamento rural; o dos impostos e taxas; o do leite e da carne; o dos vinhos; o dos baldios; o da batata, legumes e frutas e, naturalmente, o dos preços.

A nova lei do arrendamento não é ainda satisfatória. O problema da conversão do pagamento da renda em dinheiro; as modalidades da actualização monetária; os prazos de arrendamento e as garantias contra os cancelamentos arbitrários por parte dos proprietários, e ainda o limite de 5 hectares da área arrendada entre outras questões, foram vivamente debatidos.

A política fiscal deve ser revista nos dois sentidos, isto é, aliviar os pequenos e médios agricultores e agravar os grandes possuidores das terras, incluindo a revisão imediata das isenções que vêm do regime fascista. Aqueles que deixem deliberada e injustificadamente incultas as terras, ou subaproveitadas, devem cair sob a alçada da lei que deve usar-se com o rigor que a natureza da sabotagem e as posses do sabotador determinarem.

Um dos mais gritantes atentados contra as populações rurais cometidos pelos governantes fascistas foi o roubo dos baldios. Mais de 530 000 ha de terras foram subtraídos à serventia das populações rurais, a pretexto de um plano florestal que interessava directamente às grandes empresas de celulose. Pastos e lenhas deixaram de utilizar-se, agravando a miséria dos campos, encurralando as populações nos lugarejos, ao mesmo tempo que muitas das terras baldias iam passando para as mãos dos mais ricos proprietários protegidos pelos fascistas.

Quando hoje se fala no despovoamento de regiões inteiras e no exódo emigratório, na saída dos homens mais válidos dos campos de Portugal para venderem a sua força de trabalho em países estrangeiros, é em toda esta criminosa política que deve buscar-se as causas.

Povoações que no passado não tinham um mínimo de condições de habitabilidade e sanidade, que não dispunham de vias de comunicação e transportes; de energia eléctrica e de esgotos; de abastecimento de água em condições defensáveis para a saúde dos habitantes, vêem os

seus problemas ainda mais agravados pela redução da massa populacional.

É todo um passado de escravidão e servidão que continua a pesar na vida dos camponeses e que está na raiz do tremendo atraso da nossa agricultura.

O estado democrático não pode consolidar-se e avançar sem pôr como um dos problemas centrais da sua política a elevação do nível de vida das populações rurais, a qual está indissolivelmente ligada a reformas de fundo que libertem da servidão e da pressão dos grandes proprietários e latifundistas centenas de milhares de pequenos e médios camponeses.

O PCP tem como uma das suas tarefas mais importantes o estabelecimento e o reforço da aliança entre os operários e os camponeses. O Programa do PCP aponta com clareza a política que libertará as massas camponesas da submissão dos grandes agrários e capitalistas, na perspectiva do socialismo — a Reforma Agrária, um dos pontos da Revolução Democrática e Nacional preconizada no Programa.

Os problemas em debate nas Conferências Camponesas têm um objectivo imediato e situam-se para o PCP no âmbito da Plataforma de Emergência saída do nosso VII Congresso.

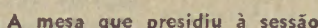
Nele se preconizam as seguintes medidas:

1. Requisição pelo Estado das terras incultas e sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares. Entrega dos baldios às populações respectivas para estas decidirem do seu aproveitamento, sem prejuízo da área florestal já aproveitada.
2. Revisão do regime de arrendamento e parceria. Aumento dos prazos, faculdade do pagamento em dinheiro de contrato por escrito, diminuição da renda fixa e das quotas em géneros dos pequenos rendeiros e parcerias. Máximo de um terço para o chão e de metade para o vinho.
3. Apoio aos pequenos e médios agricultores. Créditos. Reexame de bonificações e subsídios. Apoio e ajuda para a formação e reorganização de cooperativas.
4. Nova política de preços diferenciados em escala regressiva (trigo, vinho). Preço do leite. Reestruturação e simplificação dos círculos comerciais de forma a que o melhor preço pago ao produtor não onere o consumidor. Apoio para a baixa dos custos de produção. Melhoramento dos produtos. Proibição do fabrico de vinho «a martelo». Subordinação das importações de produtos agrícolas aos interesses da lavoura portuguesa (batata e outros).
5. Reorganização dos serviços do Estado. Coordenação das decisões centralizadas da política agrária geral com a descentralização de decisões regionais e sectoriais. Liquidação da organização corporativa da lavoura, com trânsito para o Estado de funções para-estatais úteis e destino de bens para cooperativas e outras associações de agricultores.
6. Fomento agrícola, pecuário e florestal. Facilidades para aquisição de máquinas e adubos. Reorganização do comércio de máquinas. Parques do Estado e de cooperativas. Instalações (adegas, silos) ao serviço dos produtores em geral.
7. Forte tributação aos grandes proprietários e rendeiros absentistas.

As conclusões das Conferências Camponesas do Norte e do Sul trarão uma contribuição de grande valor ao conhecimento mais exacto dos problemas e aspirações dos camponeses e levar-lhes-ão ao mesmo tempo a ajuda e experiência do partido da classe operária, que é o seu mais firme defensor, e a certeza de que o PCP está ao seu lado para fazer triunfar os seus mais justos anseios.

Saber ouvir os camponeses





terístico dos sistemas capitalistas e só se consegue resolver na sociedade socialista, dando à economia privada a substituição pela coletivização dos meios de produção, onde os interesses individuais cedem lugar aos interesses coletivos — disse a deputada.

Referiu ainda a importância da participação dos emigrantes no processo de democratização nacional, nomeadamente com o envio de divisas para o interior, que, vindo melhorar o desenvolvimento da balança comercial, constitui uma valiosa ajuda para o equilíbrio da economia portuguesa.

A finalizar as intervenções falou o camarada Sérgio Villari-

terístico dos sistemas capitalistas e só se consegue resolver na economia socialista, dando à economia privada a substituição pela coletivização dos meios de produção, onde os interesses individuais cedem lugar aos interesses coletivos — disse a deputada.

Referiu ainda a importância da participação dos emigrantes no processo de democratização nacional, nomeadamente com o envio de divisas para o interior, que, vindo melhorar o nível da balança comercial, constitui uma valiosa ajuda para o equilíbrio da economia portuguesa.

A finalizar as intervenções falou o camarada Sérgio Villari-

grandioso comício de 12 de Agosto, em que participaram muitos milhares de emigrantes, se referiu à importante tarefa que cabe aos trabalhadores portugueses no estudo e de esclarecer, sobre a verdadeira face do Portugal democrático de hoje e desmascarar com energia as calúnias e as intrigas da mentirosa e maligna oposição reaccionária e fascista portuguesa, de mãos dadas com a pior reacção estrangeira, leiam e discutam, com a máxima atenção, a seguinte declaração da direcção democrática do nosso país, contra os interesses dos trabalhadores portugueses e de Portugal, contra os interesses das reacções e das vitórias alcançadas, pelas forças democráticas e da orientação defendida pelo nosso Partido, o camarada Sérgio, e os seus colaboradores:

Para nós, comunistas, está fora de dúvida que a construção da democracia em Portugal está dependente da solução da questão da premissa económica e financeira, que afectam grave-

mente os trabalhadores portugueses das várias classes de trabalho e das várias regiões da nossa pátria. A verdadeira democracia face do Portugal do trabalho democrático que hoje estamos construindo; é participar com interesse no acto eleitoral, e não apenas no acto eleitoral, mas com que mais garantia e confiança lhes oferecem pelo seu passado e presente de luta e defesa intransigente dos interesses da pátria, dos trabalhadores e do povo português, da democracia e da Pátria.

Unidos, dentro e fora do País os trabalhadores portugueses podem travar a mesma luta patriótica para fazer fracassar a acção sabotadora dos monopólios sem pátria contra a economia do nosso país.

Unidos, dentro e fora do País os trabalhadores portugueses são a força decisiva para a construção do Portugal democrático, próspero e independente — para a construção de um Portugal socialista!

Um provelho debate sucede às perguntas levantadas, e

Intervista, a seguir Jorge Carreira, que depois de rejeitar os vários motivos que levariam à emigração (políticos, econômicos, militares) salienta as péssimas condições de vida a que são submetidos os nossos compatriotas emigrados em França. Cerca de 800 000, e o completo abandono a que estão votados pelo Governo francês.

mente as massas laborosas, e o País. E tais problemas não podem ser resolvidos mudando-se os trabalhadores para outros países e a Portugal sem a aplicação de medidas imediatas que atinjam fortemente o poder econômico das elites populares e imediatamente as massas populares a perspectiva da liquidação desse poder a curto prazo. Como disse recentemente o camarada Álvaro Pereira, "o problema é muito grave em Portugal não se pode construir com o capital monopolista e com os latifundiários, mas contra eles".

Vibrantemente aplaudido, salientou a necessidade urgente de se tomarem medidas eficazes contra as manobras sabotadoras do grande capital financeiro e dos latifundiários, que com a aproximação das eleições procuravam criar crescentes difi-

dades económicas ao País, aumentar o desemprego, fomentar o descontentamento das massas populares e virá-las contra o Governo Provisório, o MPA e as forças progressistas, inculcar, enfim, a falsa ideia de que com a democracia não é possível construir uma vida melhor nem assegurar a independência.

Apoiando com a experiência tem vindo a demonstrar a justeza das medidas imediatas indicadas na Plataforma de Emergência, aprovada no VII Congresso do PCP, afirmou a dada altura:

A nacionalização imediata da banca privada colocaria nas mãos do Governo Provisório os meios indispensáveis para resolver num espaço de tempo relativamente curto os problemas económicos mais candentes com que o País se enfrenta. Na hora presente é assegurar o desenvolvimento económico e financeiro. Por outro lado, uma boa medida, dando um golpe mortal nos principais responsáveis pela presente situação económica, quer pela sua actuação antinacional passada quer pela sabotagem económica que actualmente levam a cabo, consistiria em se avançar mais rapidamente na instauração de um regime amplamente democrático em



INAUGURAÇÃO DO CENTRO

Nos temos ainda uma longa e difícil caminhada a realizar na inauguração do centro de trabalho do PCP numa região onde o Partido se instalou muito antes do 25 de Abril, testemunha que o Partido esteve presente com os trabalhadores durante o longo dia da ditadura.

Depois de se referir à feroz exploração a que os emigrantes estão sujeitos e às novas perspectivas que agora se abrem para eles, dados os acordos existentes para que se proceda à revisão dos acordos estabelecidos entre Portugal e os países de emigração e sejam negociados novos acordos que confrinjam a qualidade da vida dos trabalhadores e que representem uma melhoria da sua situação económica e social, Sérgio Vilarigues alertou para o facto de, pelo primeiro vez no espaço que aqui se abriu, se realizarem eleições democráticas no nosso país e a importante tarefa que nesse acontecimento cabe aos emigrantes portugueses.

Terminou afirmando:
Os emigrantes, que continuam

Cruz-Ouebrada

O momento político, a situação nas escolas e a política do nosso Partido foram temas debatidos numa sessão de esclarecimento organizada pela célula - UES no INEEF, com o paio da comissão de freguesia de Carnaxide. Assistiram cerca de 130 pessoas e compunham a mesa o camarada Alvaro Meteus, Sita Valles e Sérgio Costa, da Central da UEC, Paulo Medina e João Gonçalves, da célula da UEC no INEEF, e Luís Levy da C. de Freguesia.

Alcanena

A situação política em Portugal e a vida nos países socialistas foram tema de debate na sessão do dia 21 de Dezembro, onde foram aprovadas duas moções: uma apoiando medidas tomadas e a tomar contra os sabotadores económicos, outra protestando contra a libertação na base das leis fascistas.

Dirigida pelos camaradas Ramalho Morgado, António Pedro e Urbano Tavares Rodrigues, realizou-se no passado dia 21 uma sessão de esclarecimento do PCP, no quartel dos Bombeiros Voluntários. A grave situação económica em que se encontra o nosso país constituiu o principal tema do debate.

Com a participação dos camaradas José Vitoriano, J. D. Velez, M. Pinho e outros camaradas da comissão, concluiu-se no dia 20 do mês passado, no cinema local, uma sessão de esclarecimento em que participaram cerca de 1000 pessoas.

Mais de uma centena de trabalhadores participaram numa sessão realizada na Casa do Povo da aldeia, no dia 22 do mês passado, com os camaradas António Gervásio e António Ramos, da C. Concelhia de Avis.

Ervedal é a terra de Antunes Varella e de outros fascistas notórios. A reacção está ali organizada, mas apesar das tentativas feitas para boicotar uma sessão do PCP ali realizada no dia 22 de Dezembro, na Casa do Povo, os fascistas não conseguiram os seus objectivos. Na sessão participaram os camaradas A. Gervásio e J. Amarante.

Prosseguem com um interesse cada vez maior das populações, as sessões de esclarecimento do PCP, baseadas na divulgação da plataforma de emergência aprovada no VII Congresso e, também, nos problemas cruciais do desemprego que ameaça afectar milhares de trabalhadores. Realizaram-se sessões nas freguesias de Santana, Alqueva, Vera Cruz e Monte do Trigo, do concelho de Portel; em Reguengos de Monsaraz e na freguesia de Santo António do Baldio; etc.

Sessões de cinema apresentando aspectos da vida na União Soviética realizaram-se nos dias 21 e 22 de Dezembro em Serra de El Rei e Peniche, respectivamente, por iniciativa do Centro de Trabalho do PCP em Peniche. Durante as sessões foi esclarecida a posição do Partido face aos pequenos e médios agricultores.

Nos tempos ainda uma longa e difícil caminhada a realizar, mas a inauguração do Centro de Trabalho do PCP, numa região onde o Partido não instalou muito antes do 25 de Abril, testemunha que o Partido esteve presente com a sua luta e com a sua palavra nos anos difíceis da ditadura fascista e representa o estreitamento dos laços de cooperação de luta que nos estabelecemos durante o combate contra o fascismo — afirmou o camarada Pedro Soares, membro do PCP, do Conselho Nacional do Centro de Trabalho do Partido em S. Julião do Tojal, no sábado passado.

Poi com transbordante alegria e entusiasmo que a população do Tojal comemorou também o descerramento de três placas que vieram dar nome a ruas da sua terra, percorrendo a paróquia e os seus valerosos combatentes comunistas, Alfredo Dinis e Catarina Cufémia, reafirmando uma vez mais como os trabalhadores portugueses guardam como reliciosos os seus direitos e a grande vitória conseguida no 25 de Abril, a 1.ª sessão da Assembleia Constituinte, realizada no primeiro 1.º de Maio em liberdade.

A sessão que a seguir se realizou na Sociedade Recreativa

HOJE

VILAR DO PINHEIRO (Gaia) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

CARVALHOSA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30

PORTO — Sessão de esclarecimento para engenheiros no Centro de Trabalho da Rua Aníbal Cunha, às 21 e 30

PALEÃO (Soure) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 horas

COIMBRA — Sessão de esclarecimento para enfermeiros no Centro de Trabalho, às 21 horas

VILARINHO (Lousã) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30

NELAS (Canas de Senhorim) — Sessão de esclarecimento no Salão dos Bombeiros, às 21 horas

LISBOA — Sessão de esclarecimento na Rua Direita de Palma do Baixo, às 21 e 30

CHARNECA (Milharado) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30

MACHADO — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa «Os Alegres da Macieira», às 21 e 30

CARREIRAS — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, para operários da Robinson, às 20 horas

CANAS DE SENHORIM — Sessão de esclarecimento no Salão dos Bombeiros, às 21 horas

VILAR DE PINHEIRO — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

CARVALHOSA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30

BREJOS DE AZEITÃO — Sessão de esclarecimento no futuro centro de trabalho, às 21 e 30

PORTALEGRE — Sessão de esclarecimento na Soc. «Alentejos», com operários da Robinson, às 21 horas

AMANHÃ

VILA CHÃ — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

VAIVÃO — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

VALONGO — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

ERMESINDE — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do Partido, às 21 e 30

TORRÃO — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

ARREIGADA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas

CUSTÓDIAS (Matosinhos) — Sessão de esclarecimento na Escola de Espesinde, às 21 e 30

LIXA (Vila Nova) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30

BOTÃO — Sessão de esclarecimento, às 21 horas

CABOUÇO (Seiře) — Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo, às 21 e 30

REBORDOSA — Sessão de esclarecimento no Clube União Popular, às 21 e 30

PAÇOS DE VILHARIGUES (Vouzela) — Sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia, às 21 e 30

ALPEDRIZ (Alcobaca) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30

AMADORA — Conício para os trabalhadores da construção civil no Pavilhão Gimnodesportivo, às 21 e 30

BEPMOSTA (Abrantes) — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa, às 21 e 30

ESPINHO — Sessão de esclarecimento, às 20 horas

GERALDES (Peniche) — Sessão de esclarecimento

LEVEDADAS (Lousã) — Sessão de esclarecimento

PORTALEGRE — Sessão de esclarecimento com operários da FINICISA, às 21 horas

RIBEIRA DE NISA (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 horas

TERRUGEM (Sintra) — Sessão de esclarecimento no Grupo Gimnodesportivo, às 21 horas

DOMINGO

REVÊLOS (Abrunheira — Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento no Clube, às 16 horas
CARVALHO (Seíre) — Sessão de esclarecimento na loja do Sr. Arménio, às 15 horas
COIMBRA — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do Partido, sobre a situação económica, às 15 horas
VALE DE AGORES (Mortágua) — Sessão de esclarecimentos sobre problemas sindicais, às 15 horas
BUFARDA (Peniche) — Sessão de esclarecimento
CASELAS (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento no Clube, às 16 horas
CARAPCOES — Sessão de esclarecimento, às 15 horas
CHANCELARIA — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30 horas
FORTIOS (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 horas
LOULE — Comício no cinema, às 16 horas
MONCHIQUE — Comício
PORTALEGRE — Reunião com pequenos e médios agricultores do distrito no Salão da FNAT, às 10 horas
URRA (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 15 horas.

SEGUNDA-FEIRA

FARO — Comício no Cinema de Santo António, às 21 e 30

TERÇA-FEIRA

ALAGOA (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo,
às 21 horas

QUARTA-FEIRA

AVIS (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo,
às 20 horas.

Conferência de Imprensa do MFA

NECESSIDADE DE ACELERAR O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO

O Movimento das Forças Armadas deu no último dia de 1974, uma conferência de Imprensa em que fez o balanço da situação política, económica e militar do País, tendo sido abordados em pormenor, alguns assuntos considerados de maior importância, nomeadamente o Programa do MFA e a institucionalização do Movimento, o legalismo revolucionário, o diferendo que opôs o general Spínola ao brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e as prisões dos capitalistas, entre outros.

A conferência de Imprensa decorreu na sede do MFA, no Instituto de Altos Estudos Militares e estiveram presentes os membros da Comissão Coordenadora do MFA, primeiro-tenente Judas, capitão Vasco Lourenço, major Canto e Castro, tenente-coronel Charrás, comandante Almada Contreiras, major Pereira Pinto e capitão Pinto Soares. Antes de se dar início à leitura das respostas às perguntas feitas previamente pelos jornalistas, o tenente-coronel Charrás proferiu uma breve alocução, em que afirmou:

«Antes de encetar esta breve análise, julga-se conveniente, mais uma vez, chamar a atenção da Nação Portuguesa para o facto de o Programa do MFA não ser um documento preenchido com conceitos e proposições rígidas que pretendam traçar a régua e esquadro a orientação política, económica e social da Nação. Como programa de um Movimento não poderá deixar de ser dinâmico, procurando a solução dos problemas surgidos pela aplicação constante e ponderada, dos seus princípios gerais orientadores aos dados reais das situações, em cada momento. Tal não poderia deixar de verificar-se, pois a relevância do seu formalismo sobre o seu conteúdo levaria, como facilmente se poderá compreender à estiolação e extinção do próprio Movimento. O Programa, expressão escrita de um conjunto de motivações fundamentais do Povo Português e por ele ratificado em 1 de Maio, só poderá considerar-se ultrapassado ou ambíguo apenas por quem dele faça uma leitura formal sem atentar no seu espírito, espírito este que ressaltava claro numa leitura atenta e sem preconceitos, e sem o integrar nas condicionantes geopolíticas em que Portugal está inserido.»

A democratização económica

O tenente-coronel Charrás lembrou que «faz parte do Programa do MFA a democratização política, económica e social do País e que, no que toca à democratização económica esta terá como alvo as classes mais desprotegidas, as classes trabalhadoras nomeadamente os operários e os camponeses».

Referindo a execução do objectivo atrás traçado como «um humanismo revolucionário que defenda a unidade e a independência nacionais» e reconhecendo a necessidade de acelerar o processo de democratização, aquele membro da Comissão Coordenadora considerou positivo o saldo destes oito meses, salientando em especial a maturidade do povo português. E sublinhou mais adiante:

«No campo económico e social desenvolve-se como é do conhecimento de toda a gente, intensa actividade tendente a definir objectivos e processos que permitam recuperar o tempo perdido. Um dos grandes obstáculos que se oporão à concretização rápida daqueles objectivos, para além de outros já do conhecimento da Nação Portuguesa, são as actuais estruturas da nossa sociedade. O regime fascista, para além das suas figuras carismáticas, colaboradores sistémicos repressivos, dilatou-se no tempo, mercê do apoio recebido de uma estrutura viciada e viciosa, que se alargou a todos os sectores do aparelho do Estado com repercussões profundas nas estruturas comerciais e industriais.»

«A opção política atrás referida, e não é demais sublinhar inteiramente independente de qualquer perspectiva ideológica partidária, interna ou externa, não poderá ver os seus fundamentos lançados sem uma rápida reformulação e saneamento das actuais estruturas da sociedade portuguesa.»

«A considerar-se esta reformulação e saneamento como uma grande reforma de fundo constitui um artifício que obsta inteiramente à sua execução. O MFA afirma a sua inabalável decisão de proceder de acordo com o estipulado no seu programa, embora com os cuidados que permitam o seu processamento sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar. Para tal garante a todos os portugueses, ao iniciar o ano de 1975, um Movimento das Forças Armadas mais forte, mais coeso e perfeitamente consciencializado para a consecução dos objectivos do seu Programa.»

A terminação acentuou que as dificuldades a vencer são muitas, «mas unidos, Movimento das Forças Armadas e povo português, continuaremos a lançar, pedra a pedra, esse edifício que será o novo Portugal».

O MFA não acabará

Passando então às respostas, falou em primeiro lugar o capitão Pinto Soares, que referiu, quanto ao futuro do Movimento, «que os homens do MFA são intérpretes do pensamento e vontade revolucionária e, após o 28 de Setembro, tal realidade foi compreendida. Daí a institucionalização». Acrescentando que a Junta de Salvação Nacional é o órgão supremo instaurado pela revolução e que após o 28 de Setembro há entre a Junta e o MFA uma ligação profunda e permanente, aquele oficial declarou que «nunca se pôs, nem pôde, o problema do

CONTRA A SABOTAGEM E A REACÇÃO NOS CAMPOS

O Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, apelando para a ajuda e a solidariedade da Intersindical, dos Partidos da Coligação, Governo Provisório, MFA e todos os trabalhadores, denuncia em termos vigorosos as **repressões da dominação capitalista**, que se concretizam em despedimentos abusivos, baixas nos salários, falta de cumprimento dos contratos por parte do patronato e da ALA, a associação dominada pelos grandes agrários.

Extensão e preciso, o comunicado do Sindicato, com sede em Almeirim, divulga dezenas de nomes de proprietários que despedem aos quarenta trabalhadores, que não respeitam as tabelas salariais fixadas em convenções colectivas, praticando salários de fome e recusando a mínima garantia de emprego.

Através do Ministério e da Secretaria de Estado do Trabalho, o Governo tem vindo a exigir o cumprimento dos contratos por parte dos agrários, que tomam atitudes inadmissíveis de desprezo pelos direitos mais elementares fixados em documentos assinados por eles próprios.

O nosso partido apoia as justas reivindicações dos trabalhadores rurais e secunda os protestos do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém.

MFA acabar, o MFA existirá enquanto existirem Forças Armadas, porque o MFA são as Forças Armadas em movimento». A finalizar ressaltou que «o MFA não enjeita as responsabilidades assumidas e continuará a manter estreitas ligações com todas as forças progressistas e democráticas».

Seguidamente, o major Canto e Castro afirmou que a responsabilidade que o MFA assumiu em 25 de Abril mantém-se mediante uma vigilância atenta e uma participação activa, acrescentando que neste momento as bases do MFA discutem a forma como essa vigilância deverá ser exercida.

A verdade reforça a unidade

Focando o legalismo revolucionário, falou por sua vez o comandante Almada Contreiras, que, depois de ter declarado que a revolução portuguesa deu-se para resolver as contradições da nossa sociedade, afirmou: «Todos os indivíduos que estiveram comprometidos com o fascismo, como aqueles que entravam no processo democrático, terão um julgamento revolucionário».

Coube ao major Pereira Pinto falar do atraso na politização da população, afirmando ser «lamentável ver populações que tudo teriam a beneficiar com um regime de feição socialista serem manobradas com o paço comunista», acrescentando, no entanto, que o MFA está atento às manobras da reacção.

O problema surgiu ultimamente entre o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e o general Spínola foi tratado pelo capitão Vasco Lourenço, que depois de sublinhar que o problema tem sido tratado com certo sensacionalismo, afirmou: «Não nos restam quaisquer dúvidas quanto à veracidade das declarações do brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho. Aliás, a Comissão Coordenadora já delas tinha conhecimento».

Recordando que os reflexos daquele litígio não são perniciosos no interior do MFA, «uma vez que a verdade reforça a unidade», o capitão Vasco Lourenço declarou também que «não foi essa a única vez que o general Spínola fez declarações semelhantes. O general Spínola é uma figura controversa, com grandes defeitos e grandes virtudes, que cumpriu a sua missão histórica».

Relativamente às prisões de capitalistas recentemente efectuadas, o 1.º tenente Judas fez notar que «o COPCON actuou de acordo com a legislação que o criou. No entanto, cremos ser necessário criar uma legislação verdadeiramente revolucionária». Frisou a seguir que as prisões não tinham sido feitas no âmbito da luta antimonopolista, mas sim na luta contra a cor-

COMÍCIOS DA INTERSINDICAL

CONT. DA PÁG. 1

tacção legalista de alguns saboteadores visados pela estratégia antimonopolista.

Entre esses protestos, vindos de numerosíssimos sectores do trabalho nacional destacamos as moções aprovadas pelos delegados sindicais dos bancários de Lisboa e pelos trabalhadores do BIP (Banco Intercontinental Português), que, fazendo-se eco da importância vital para a democratização do País, que assumiu a detenção de vários banqueiros responsáveis por atitudes de sabotagem económica, protestam contra a decisão do juiz Sá Barreira de libertar alguns deles, lembrando a indispensável necessidade de a magistratura estar ao serviço da democratização, propõem, entre outras medidas, que o representante do Ministério Público interponha recurso e reclamam um urgente saneamento do aparelho judicial.

Os trabalhadores do BIP, na mesma linha da moção dos delegados sindicais, repudiam qualquer tentativa de reintegração da anterior administração do banco e opõem-se à manutenção na empresa de outros elementos eventualmente responsáveis por quaisquer práticas lesivas dos interesses dos trabalhadores do BIP e do Povo Português.

Na generalidade, as tomadas de posição dos trabalhadores apontam para a urgência de sanear completamente o aparelho judicial, pondo a magistratura ao serviço da democratização. E, por outro lado, manifestam com acerto, a noção de que as dificuldades económicas não se resolverão recuando no processo democrático mas dando passos cada vez mais rápidos e seguros na via da destruição dos monopólios e do poderio dos grandes agrários.

rupção. Por sua vez o major Canto e Castro explicou que o relatório da intenção de 28 de Setembro não está ainda pronto por falta de tempo mas que será divulgado brevemente.

Depois de ter sido esclarecido que não existem divergências no seio do MFA, o capitão Vasco Lourenço declarou que o MFA não está do lado do capitalismo ou do socialismo, «porque não lhe cabe impor ao povo um regime. Terá de ser o povo a escolher livremente esse regime».

Mas sublinhou: «No entanto, podemos acrescentar que a via que traçamos é socialista. E das duas uma: ou o capital colabora ou a via transforma-se de socialista em socialista. Convmos aqui recordar o ponto do Programa do MFA que preconiza uma estratégia antimonopolista».

DECISIVO PASSO EM FRENTE DA LIGA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ÉVORA

Mais de meia centena de pequenos agricultores de pequenos municípios de Évora, Mourão, Viana do Alentejo, Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas, reuniram-se em Évora para estruturarem, a nível distrital, a Liga dos Pequenos Agricultores.

Com este objectivo e atendendo a que há problemas urgentes a resolver junto das instâncias governativas, nomeadamente questões relacionadas com a Lei de Arrendamento e outras, foi deliberado eleger um secretário distrital, provisório, que ficou constituído pelos seguintes agricultores: António José Lourenço (Mora); Francisco Fortes da Silva (Redondo); Francisco Roque (Montemor-o-Novo); Joaquim dos Santos (Vendas Novas); António César da Mata (Viana do Alentejo); freguesia das Alagôvas); Joaquim Freire Lavado (Mourão, freguesia de Gran-

A SITUAÇÃO DA COOPERATIVA DE MACEDO DE CAVALEIROS

As comissões do nosso partido, do MDP/CDE e do PS de Macedo de Cavaleiros, divulgaram publicamente factos graves relacionados com a situação da Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros:

1.º — A Cooperativa de Macedo, dada a sua deficiente administração, encontra-se nesta altura a braços com uma situação económica grave, que se pode concretizar por:

a) Débitos avultados (cerca de 11 000 contos só ao Grémio da Lavoura).

b) Excesso de pessoal, por mau aproveitamento das potencialidades existentes.

c) Deficiente comercialização dos produtos laborados.

2.º — A deficiente administração agravou-se a partir do 25 de Abril, altura em que a direcção e gerência deixaram de se preocupar com a comercialização, num acto de liberado de sabotagem económica.

3.º — Desculpando-se com a falta de dinheiro, deixaram de comprar açúcar para laboração da secção de compostas, o que originou uma paralisação de cerca de dois meses.

Essa paralisação culminou no dia 26-11-74 com o despedimento de cerca de 23 operários, todas as da secção de compostas, que foi encerrada, e algumas da secção do cogumelo.

4.º — Os motivos apontados para o despedimento continuaram a ser o de falta de dinheiro, quer para a compra de açúcar, quer para o pagamento do salário mínimo. Além disso, a maneira como esse despedimento foi feito é manifestamente ilegal, pois não houve aviso prévio e foi recusada indemnização. Parece também ter havido intenção deliberada de exercer represálias sobre os trabalhadores, pois houve antes algumas reivindicações das mesmas (carta escrita às FA), no sentido de receberem o salário mínimo.

5.º — O encerramento da fábrica de compostas, é parte integrante de um plano da direcção e gerência, no sentido de acabar de imediato

CONT. DA PÁG. 1

Paz das relações explorador-explorado e da Paz social dos Povos oprimidos por extremismos totalitários?

Nestas dúvidas assenta o fulcro maior da complexidade real do conceito de Paz.

Como corolário haveremos de concluir:

— A Paz é aspiração, é vocação imanente no Homem, quer no plano individual da consciência, quer no plano sociológico das relações grupais, quer ainda no plano global das relações entre os Povos.

— A Paz, no entanto, não é um dom natural como o ar que respiramos; a Paz defende-se e constrói-se com trabalho, compreensão, paciência, amor, tolerância, coragem, sacrifício e uma atitude crítica de vigilância permanente para o nosso mundo interior e para o mundo exterior onde devemos ser causa e consequência de uma Paz autêntica.

— A Paz exige o esforço anónimo e permanente de cada um de nós e terá que se subordinar aos conceitos superiores do Bem e da Justiça ao serviço do Homem e dos Povos.

DECISIVO PASSO EM FRENTE DA LIGA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ÉVORA

Se as minhas palavras, a vossa atenção e os nossos propósitos contribuírem um átomo para a manutenção e sublimação de Paz em Portugal teremos celebrado bem este Dia Mundial da Paz.»

«A primeira página que se volta»

«O dia de hoje é também a primeira página que se volta sobre o ano de 1974 onde a revolução do 25 de Abril foi acontecimento grande nas Histórias de Portugal e do Mundo.

O balanço imediato de 1974 é um risco ingrato, mas temos que o fazer para traçar o rumo de 1975.

Os jovens oficiais a quem devemos o 25 de Abril ofereceram ao País um programa suficientemente genérico para dar ao Povo ampla liberdade de escolha quanto ao esquema político a preparar.

Esta redacção genérica era indispensável, constituiu uma solução inteligente e sensata.

Como tudo na vida teve os seus inconvenientes. Foi um testemunho interpretado consoante os credos dos vários herdeiros da Liberdade que oferecia.

DECISIVO PASSO EM FRENTE DA LIGA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE ÉVORA

que Lei Arrendamento garanta no futuro a cada actual pequeno agricultor pelo menos a mesma área sequeiro que cultivam área agrícola 1974/75 em solos com mesma capacidade uso. Cumprimentos. Secretariado Distrital Provisório Évora.»

Durante a reunião foi revelado pelos agricultores presentes que alguns pré-núncios da Lavoura, designadamente o de Mora, dificultam a actividade organizativa dos pequenos agricultores, impedindo a realização de reuniões nas respectivas instalações, em flagrante contraste com o que acontece relativamente aos integrantes da ALA, que são os grandes senhores das terras e que continuam a dispor quer das instalações, quer dos serviços e do pessoal daquelas ex-organizações; corporativo-fascistas, para desenvolverem a sua actividade monopolista.

Esta atitude dos grêmios — foi reconhecido por todos os presentes à reunião — atenta contra o espírito do Programa do MFA, na medida em que os seus serviços continuam a favorecer os grandes, quando se deveriam colocar ao serviço dos pequenos agricultores, como uma das classes mais desfavorecidas.

Novos livros Estampa

MANUAL DE FÍSICA ELEMENTAR I

L. Landau

e A. Kitaigorodski

Coleção Biblioteca

Estampa, n.º 11

Preço 60\$00

CONTOS FANTÁSTICOS

Ernest Hoffmann

Coleção Livro B, n.º 23

Preço 50\$00

O SOCIALISMO CIENTÍFICO

Marx, Engels, Lenine

Coleção

Cadernos Políticos, 3

Preço 40\$00

CONTRA O REVISIONISMO

M. A. Dymik

Coleção

Cadernos Políticos, 4

Preço 30\$00

O ENSINO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Hélène Gauthier

Coleção Técnicas

de Educação, n.º 10

Preço 50\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército,

9, r/c, dto.

Telefone 555663 Lisboa 1

Tem sido a própria dinâmica da Revolução, o jogo das forças políticas, a formação acelerada de uma opinião pública politizada, a pressão de classes e grupos à procura da sua dimensão válida, que vem clarificando a situação política transitória.

A medida que o testamento do MFA se foi e vai clarificando surgem os herdeiros descontentes, porque lhes não agrada a liberdade e a esperança da maioria dos seus irmãos.

Encerrou-se em 1974 uma primeira fase de aprendizagem político-social em que o Povo português demonstrou alto civismo e revela capacidade para reconstruir uma sociedade pela via democrática autêntica e livre.

Terminou o ano com alguns homens e correntes de pensamento, oportunistas da liberdade, vendendo mitos e explorando as turbulências e desvios que provocam.

Como saldo entendendo afirmar categoricamente que em oito meses fizeram experiências políticas e sociais muito válidas conduzidas por homens saídos do Povo e ao serviço do Povo.»

«O problema mais complexo»

«O fenómeno descolonizador em que nos empenhámos progrediu em bom ritmo; nem sempre se aproximou da rota idealista que sonhámos, mas a inspiração e o talento político realista tem sabido imprimir-lhe um curso original, mais fecundo, mais humano e mais eficaz do que muitas experiências anteriores conduzidas com meios muito mais amplos.

Angola constitui neste momento o problema mais complexo, o que nos exige mais carinhosa preocupação; tem dificuldades compreensíveis pela circunstância da sua vastidão ter originado várias correntes emancipadoras.

Com a paciência, inspiração e boavontade de todos os responsáveis poderemos rapidamente atingir uma situação de equilibrado entendimento, uma plataforma firme para que o Mundo possa ver instituído um grande País sem graves sacrifícios do Povo que o vivifica.

Na democratização de Portugal a quantidade e a essência da legislação saída é considerada pequena e tímida por uns, excessiva e arriscada por outros; quer-se isto dizer que se tenha conseguido um compromisso aceitável entre rapidez e ponderação, entre necessidades de fundo e limitações de um Governo Provisório? Cremos que sim.»

Criaram-se novos conceitos na vivência do mundo do trabalho, embora trabalhadores e empregadores, sindicatos e associações patronais, tenham muito que cooperar e melhorar na definição de relações mútuas mais dignas e mais fraternas, mais justas e mais iguais.

A informação pública subitamente livre é um festival capcioso, uma fonte poderosa de força popular. Muito de autenticamente bom e livre irrompe da garga do conformismo e do oportunismo.

Homens das letras, dos sons e das imagens, leitores, ouvintes e espectadores, todos temos ainda muito a aprender e progredir no sentido da autenticidade, da liberdade e do respeito mútuos e necessários a uma informação mais digna.

A democratização do ensino, timidamente florada no regime anterior, necessita de tantos meios materiais e humanos que irão levar anos a reunir, se não nos unirmos todos em esforço conjunto de recuperação.

As medidas legislativas tomadas actuam no campo da gestão, dos programas e da avaliação de conhecimentos, mas serão apenas uma primeira experiência-piloto no aspecto qualitativo de toda uma obra gigantesca a alargar a todos os jovens do Portugal do futuro, sem distinção das classes ou recursos económicos das respectivas origens.

Ministério, organismos, professores, empregados e alunos, quanto tiverem a realizar para obter e aplicar os meios, a organização, a metodologia e programação adequadas ao verdadeiro Portugal? Quanta generosidade e paciência, diálogo e esclarecimento, para banir relações e comportamentos radicalizados pelo ambiente estéril do passado.



A VOZ DO PCP

Todas as 2.ªs-feiras às 22 horas

no Rádio Clube Português
O PCP FALA PARA TI

Não poderei esquecer outro sector fundamental, o económico-financeiro.

A alteração súbita das relações capital-trabalho em busca do equilíbrio justo ainda não alcançado minaram a confiança dos investidores menos corajosos.

A tendência alista das matérias-primas, os novos níveis salariais, a falta de organização e de técnica, a impreparação dos gestores, os negócios de rentabilidade marginal ou radicados na distorção do mercado, tudo se conjugará para liquidar algumas centenas de empresas inviáveis num Portugal actualizado, e levará seu tempo a criar alguns milhares de outras, mais úteis e necessárias.

A recessão do turismo, a diminuição das remessas dos emigrantes menos esclarecidos, a correria aos bancos a levantar o dinheiro que se entesourava inutilmente, tudo contribui para diminuir os meios de investimento e a criação de novos postos de trabalho.

Saldo positivo

Esperam-nos meses difíceis. O plano económico a publicar dentro de dias, algumas medidas de emergência, a coragem dos empresários e, sobretudo, a vontade dos trabalhadores para trabalhar mais e produzir melhor, são indispensáveis para suprir uma crise que se agudizou desde Novembro de 1973.

Com o aumento dos níveis salariais mais baixos, que permitirá a entrada de mais pessoas nos circuitos económicos, e com a redução contínua das despesas militares, que permitirá investimentos estatais mais reprodutivos, não é preciso ser profeta para prever que se vão criar condições para, dentro de dois anos, termos uma evolução económica e financeira nitidamente favorável, desde que saibamos criar um clima de confiança nas relações dos factores de produção.

Tenho fé e esperança. Faremos um Portugal mais próspero, com uma riqueza mais justamente distribuída.

A fechar o «balanço-1974» referirei o sector da política externa, onde o saldo positivo da revolução é francamente alto, talvez espectacular. De um povo envergonhado, fofeando perseguições heróicas do passado, renasceu um povo orgulhoso do seu presente, que a sociedade internacional olha com simpatia expectativa. Eramos um País mal tolerado, mesmo no Ocidente, que dizíamos defender, somos agora um País ao qual, sucessivamente, se vão abrindo as portas de todos os quadrantes do mundo.

Saberemos ser dignos de nós próprios, exigiremos os nossos legítimos direitos na sociedade internacional em relação à qual cumprirmos os deveres a que livremente nos vinculamos.

Vou terminar com um sentido apelo a todas as mulheres e homens do povo a que pertenço.

Vamos entrar num período económico difícil, sejamos sensatos e comedidos nos nossos anseios e exigências; sejamos eficientes e desmedidos nos trabalhos e esforços que nos couberem.

Vamos entrar num trimestre eleitoral com o ansioso nervosismo de participar nas primeiras eleições autênticas; sejamos serenos nas atitudes emocionais; promovamos desintoxicar-nos da propaganda autocrática do antigo regime, mas evitemos deslumbrações com correntes de pensamento demagógicas do presente; votemos esclarecidamente em partidos autênticos que nos proveem a sua vocação de contribuir para uma democracia pluralista e livre.

Vamos todos às urnas com sinceridade e recta intenção, determinados a exigir sinceridade e recta intenção àqueles em quem votamos.

Para o nosso país, vão os meus desejos de toda a felicidade e prosperidades possíveis em 1975.

CAMPANHA DE RECOLHA DE FUNDOS

No passado dia 22, foi organizada em Alpiarça, pelos camaradas locais, uma campanha de fundos, que resultou excelentemente e constituiram bom exemplo. Foram formuladas 17 comissões de mulheres que andaram de porta em porta a recolher fundos para o Partido. O dinheiro junto por estas comissões ascendeu a 34 801\$50.

Paralelamente, foram apurados em listas, no Centro de Trabalho, 5680\$00.

No total, foram já recolhidos 40 481\$00. Bom trabalho, camaradas!

RECENSEAMENTO

CONT. DA PÁG. 1

que envolve a expressão da vontade popular através das eleições em Março.

Que o recenseamento não tenha constituído, de norte a sul do País, a preparação do terreno limpo onde irá exercer-se essa vontade, é facto a considerar e a corrigir ainda por todos os meios disponíveis.

Exige-se a construção de uma sociedade democrática autêntica, exigem-no todos aqueles, e muitos foram, os que fizeram, apesar de tudo, do recenseamento uma tarefa popular.

Edições SEARA NOVA

Problemas Actuais da Economia Portuguesa

Eugénio Rosa

COLEÇÃO QUE PAÍS

Preço 60\$00

NO MUNDO DO TRABALHO

Trabalhadores denunciam boicote económico

No Porto, os trabalhadores dos supermercados Nutripol, pertencente ao grupo Unigeste, decidiram-se pelo congelamento das receitas existentes nas lojas, iniciando a venda dos produtos cuja receita reverterá para o pagamento dos ordenados do pessoal. No entanto, nas lojas do Porto, os «stocks» encontram-se bastante reduzidos e, segundo um comunicado da Comissão de Trabalhadores, a administração da Nutripol afirmou não ter possibilidades que permitam dar continuidade de emprego. Perante esta situação os trabalhadores da Nutripol do Porto pediram a intervenção do Governo, pois, consideram a falência da empresa o resultado de uma má administração e uma tentativa flagrante de tentarem arrear os trabalhadores contra o Governo Provisório. Ao mesmo tempo os trabalhadores daquela empresa apelam para a solidariedade do público e de todos os trabalhadores afirmando igualmente

Trabalhadores reintegrados na DIMEP

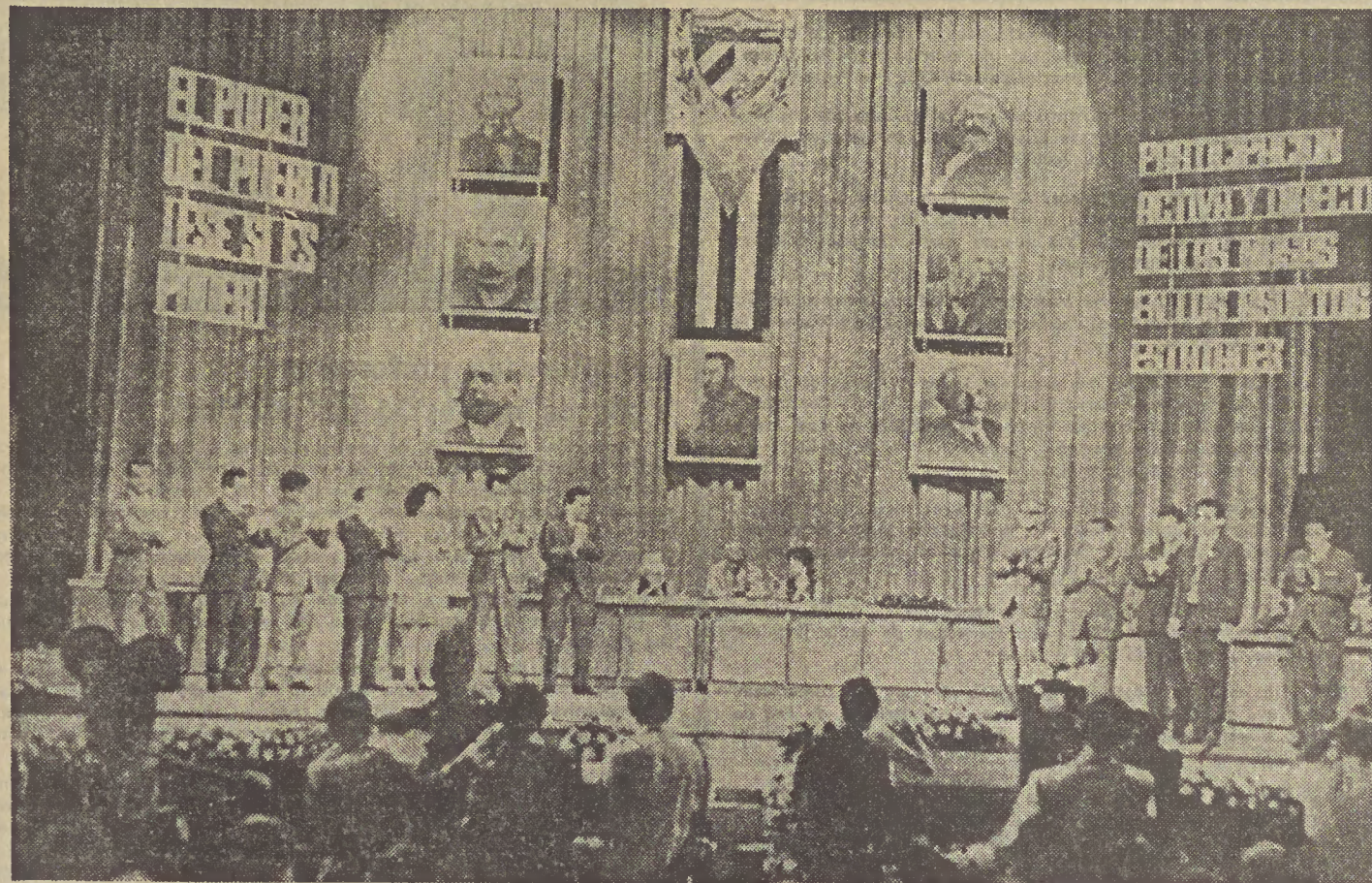
Os vendedores da DIMEP — Dimas de Melo Pimenta, SARL, que se dedica à venda de relógios no nosso país, foram reintegrados na empresa, de acordo com um comunicado do Sindicato dos Caixeiros, Profissionais em Armazém e Profissionais Similares do Distrito de Lisboa. Aquele comunicado esclarece que os vendedores tinham sido despedidos no dia 19 de Novembro e, dado que vender é a única actividade a que esta empresa se dedica em Portugal, esta medida significaria a curto prazo o despedimento de todos os outros trabalhadores. Após um mês de luta foram os trabalhadores reintegrados com todas as garantias, inclusive a antiguidade no emprego. Esta vitória só foi possível devido à unidade dos trabalhadores aliada a um constante e efectivo apoio do Sindicato

Novos salários para os electricistas do Porto

Obrigado a intervir por via administrativa, a fim de pôr termo a uma situação sem saídas nas negociações directas, o secretário de Estado do Trabalho fixou por portaria a nova tabela de remunerações mínimas para os electricistas do comércio de material eléctrico do concelho do Porto. Os novos ordenados variam entre 1600\$00 para aprendizes do 1.º ano e 7800\$00 para encarregados. As diuturnidades previstas no Contrato Colectivo em vigor incidirão sobre os mínimos salariais agora fixados, que terão de ser pagos a partir de 1 de Setembro findo. As diferenças resultantes da retroactividade dos aumentos poderão ser pagas até 31 de Janeiro do próximo ano. A intervenção da Secretaria de Estado do Trabalho deveu-se à intransigência patronal, que paralisou as negociações.

Os laboratórios Pfizer não cumprem os acordos

Através de constantes manobras dilatórias, a administração dos Laboratórios Pfizer tem procurado não dar cumprimento aos acordos firmados em 24 de Maio do ano corrente. Esta situação foi manifestada pelos trabalhadores daquela multinacional ao Secretariado da Intersindical Nacional que resolveu, numa primeira instância, exigir o imediato cumprimento do acordo firmado e lembrar aos administradores dos Laboratórios Pfizer as palavras do ministro do Trabalho em relação aos empresários que não cumpram os contratos de trabalho, o que revela manifesta intenção de prejudicar o processo de democratização do País. O Secretariado decidiu igualmente estabelecer contactos com as organizações sindicais europeias de países onde os Laboratórios Pfizer têm instaladas unidades fabris, dando conhecimento das atitudes desta multinacional no nosso país, a fim de desencadear uma acção de solidariedade à escala europeia.



A REVOLUÇÃO CUBANA ENTRA EM NOVA ETAPA

Fez, no passado dia 31, quinze anos que Cuba deixou de ser um local privilegiado da exploração imperialista mundial para passar a ser o primeiro país socialista americano. O aniversário da Revolução Cubana é, assim, um acontecimento importante para todos os povos do Mundo, para os que já alcançaram e para os que lutam pela sua libertação.

Entretanto, Cuba continua a desenvolver a sua base económica, ao mesmo tempo que aperfeiçoa os órgãos de Estado, a fim de institucionalizar a participação democrática da população na gestão política do Estado cubano, empreendendo-se a recuperação das actividades económicas básicas, o fortalecimento da unidade política interna e uma maior participação de operários, camponeses e outros sectores do país nas decisões estatais.

O processo de institucionalização empreendido em Cuba abarca vários campos da actividade: no campo jurídico procede-se à substituição das velhas leis burguesas por novas legislações de essência socialista; que respondam ao actual nível de desenvolvimento que se verifica em Cuba; no plano político põe-se em marcha o funcionamento dos Órgãos de Poder Popular, autoridade máxima, que regerá no futuro a actividade do Estado.

Com esta medida pretende-se que a população exerça, real e efectivamente, o Poder de forma directa, acabando-se com a situação provisória que até agora manteve o Governo Revolucionário, que assumiu o Poder em 1 de Janeiro de 1959.

Os dirigentes cubanos consideram estas instituições como um passo fundamental

instituições estatais representativas foi difícil, uma vez que o fundamental era sobreviver frente à hostilidade dos Estados Unidos. Ameaçado por constantes agressões, que culminaram com um desembarque mercenário em Abril de 1961, o Governo Revolucionário pôs em prática numerosas medidas tendentes ao estabelecimento de uma nova ordem económica e social.

O Governo Revolucionário encontrou uma economia com um nível médio de desenvolvimento capitalista, dependente dos Estados Unidos. Começou por suprimir o latifundismo e a propriedade capitalista da terra, que beneficiava quase exclusivamente empresas norte-americanas. Os camponeses receberam terras.

Nacionalizaram-se os bancos, as grandes e médias empresas propriedade de estrangeiros e grupos económicos locais, monopolizou-se o comércio externo.

No plano social acabou-se com o analfabetismo, com o desemprego, a discriminação racial e de sexo e estenderam-se a todo o país os serviços gratuitos de educação e saúde.

Hoje, a revolução cubana entra numa nova etapa, com exigências especiais, no propósito de criar uma economia socialista e aproveitar com a máxima eficiência os recursos inerentes ao novo regime social.

A este propósito, o camarada Fidel Castro, disse: Não se pode construir o socialismo sem sujeição a normas, a métodos, sem a coordenação entre todos e em todas as instâncias, sem a cooperação de todos.

OS TRABALHADORES DO «JORNAL DE NOTÍCIAS» UNIDOS NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES

A unidade dos trabalhadores, condição fundamental na luta por uma imprensa verdadeiramente democrática ao serviço do povo português, foi aspecto particularmente saliente no primeiro plenário de todas as secções do «Jornal de Notícias», há dias realizado no Porto.

Órão de informação de grande audiência popular o «J. N.», mereceu da luta dos trabalhadores e da abolição da censura oficial, depois, após a queda do fascismo, de estar exclusivamente ao serviço dos poderosos grupos económicos, de transmitir unicamente o que lhe convém para perpetuar o seu domínio de classe, é abandonado, então, o estilo popularizado (até já anteriormente posto em causa pelos trabalhadores) dos grandes espaços destinados às pernas partidas, às quedas graves e às prisões de pilha galinhas, numa ignorância sistemática de um povo de pernas parti-

das, de uma apologia (ainda que disfarçada) de um Governo com permanentes quedas graves, da defesa de um sistema de pilhagem organizada.

Entretanto, com o apelo de um poder económico que se mantém intacto, servindo-se de mutilações, proibições e retenções injustificadas de textos, explorando as divisões dos trabalhadores, tratando-os como reclusos de falar, com a divisão e os preconceitos, para que, todos unidos, seja possível a elaboração de um jornal moderno fundamentalmente ao serviço das massas trabalhadoras.

Por aclamação, foi, então, aprovada a criação de uma Comissão de Unidade dos Trabalhadores, que, dentro de dias, apresentará a um novo plenário a proposta de um caderno reivindicativo.

A Comissão de Unidade foi ainda incumbida de averiguar a verdadeira situação administrativa e fiscal da empresa. Os trabalhadores decidiram também pedir ao Governo e ao COPCON que a investigação às actividades do Dr. Fernando Cruz seja extensiva ao «J. N.», onde, há anos, aquele senhor desempenhou funções de presidente do Conselho de Administração.

Entretanto, e a propósito de um comentário não assinado aparecido no «J. N.» no final de um resumo de um comunicado da Organização do Porto dos jornalistas do Partido Comunista Português, os trabalhadores decidiram, por unanimidade, esclarecer os leitores de que tal comentário era da inteira responsabilidade da Direcção.

Sete grandes temas que consubstanciam os problemas do campesinato serão objecto da discussão e conclusões dos grupos de trabalho ou secções constituindo-se uma secção para cada tema. São eles: o sistema fiscal, a legislação sobre a questão agrícola problemas de produção e comercialização, a organização de serviços de apoio técnico e financeiro, a criação de organizações de agricultores para a discussão e tomada de consciência dos seus problemas e para o avanço de propostas de solução. Foi ainda noticiado que

OS TRABALHADORES DA CAMBOURNAC SÃO FAVORÁVEIS À NACIONALIZAÇÃO

Os trabalhadores da Tinturaria e Fiação Cambournac, no Cacém (fundada em 1846), ocuparam as instalações da fábrica nos primeiros dias de Dezembro, antecipando-se com esta acção a uma possível falência que os poderia colocar, a todos na situação de desempregados. E a partir dessa altura têm desenvolvido toda uma luta para que o mais legítimo interesse dos trabalhadores que é o do direito ao trabalho possa ser assegurado. Para isso não hesitam em pedir a nacionalização da Cambournac — como vários elementos da comissão de trabalhadores nos referiram — pois consideram que as sugestões de co-gestão e autogestão, por vezes assopçadas, nunca serviriam os seus interesses.

Poi a secção de escritório da fábrica quando lançou o alarme para a calamitosa situação financeira em que a empresa se encontrava. Os bancos já não forneciam créditos e a ameaça de execuções judiciais, o requerimento de falência e a emissão de cheques sem cobertura eram algumas das dificuldades que, ultimamente a empresa estava a atravessar.

Perante este panorama, nada reconfortante, ameaçando atirar para o desemprego 786 trabalhadores, na sua grande maioria mulheres, caso a empresa fosse à falência, os operários ocuparam as instalações da fábrica e constituíram piquetes a fim de controlarem as entradas e saídas. Ao mesmo tempo deram conhecimento da sua decisão ao Sindicato dos Têxteis e ao Ministério do Trabalho, expondo as razões que os levaram a proceder daquela maneira.

Uma luta consciente

Ocupada a fábrica, os trabalhadores compreenderam as responsabilidades que lhes cabiam. Assim, continuaram a trabalhar normalmente e os piquetes são feitos pelos operários de outros turnos, de molde a não prejudicar a laboração.

Entretanto, os piquetes mos-

taram-se eficazes na medida em que foi detectada diversa mercadoria que saía da fábrica sem guia de remessa e cujas responsabilidades ainda estão por apurar. Os piquetes registavam todos à excepção do patrão, Pedro Cambournac, que, como morava numa vivenda contígua à fábrica entrava e saía quando queria, absolutamente livre nos seus movimentos.

A comissão de trabalhadores, com quem contactámos, atribui a situação da empresa a uma administração deficiente, de tipo familiar e em relação à qual o próprio patrão era desconhecido. Dizem os trabalhadores que as culpas recaem sobre os outros dois administradores, Fernando Serra, director financeiro, e Armindo Cambournac, filho do patrão, que realmente tomavam as decisões. O primeiro logo após o 25 de Abril, constituiu de uma lista de saneamento da empresa apresentada pelos trabalhadores e o seu afastamento só se não verificou porque Armindo Cambournac, segundo afirmam os trabalhadores, argumentava ser absolutamente necessária a sua presença na firma para a resolução de problemas imediatos.

«Cada um no seu lugar»

Na manhã do dia 27 de Dezembro o patrão Pedro Cambournac, de 74 anos, suicidou-se na sua residência depois de ter passado algum tempo na fábrica. O acontecimento não constituiu evidentemente, motivo para os trabalhadores, nem resultou de o impedirem de entrar na fábrica, como erradamente noticiou um jornal da tarde, mas também não os afectou na sua luta. As opiniões expressas pelos trabalhadores definiam-no como pessoa boa mas que ignorava a situação da fábrica, por mal informado. Aliás, segundo algumas operárias, o acidente de viação que recentemente atingiu o seu filho, Armindo Cambournac, tê-lo-ia posto em contacto directo com as dificuldades reais que ameaçavam a empresa e, nos

últimos dias, repetia: «Se não há dinheiro, que se pode fazer?»

No entanto, nada fazia prever o desenlace, pois na manhã daquele dia, em que deveria assistir a uma reunião com os representantes da comissão de trabalhadores, no Ministério do Trabalho, tinha dado indicações para o pessoal se reunir no refeitório a fim de serem prestadas informações sobre a empresa.

Nessa mesma tarde, cerca das 19 horas, chegaram à fábrica o outro filho do patrão, Francisco Cambournac, e o genro, que pretendiam que a comissão de trabalhadores assinasse um documento em que se responsabilizava pela fábrica. Perante a recusa dos elementos presentes o genro do falecido, tentou a intimidação como nos «velhos tempos» e, depois de ter afirmado que os seus acabaram nesta empresa, acrescentou:

«— Não estamos aqui para zelar pela conservação da vossa vida. Porque esta vida intrai-se a vós e interessa a nós. Mas cada um no seu lugar. E como a recusa em assinar o documento se mantivesse, aquele senhor exclamou: «Não vão querer dizer os vossos nomes. Mas eu conheço as vossas caras» — e olhava atentamente para cada um dos presentes — mas agora sem a força da repressão fascista para os apoiar.

Zelar pelos interesses dos trabalhadores

Até hoje não se pode dizer que tivesse havido por parte dos proprietários uma grande atenção em zelar pelos interesses dos trabalhadores. Os aumentos salariais obtidos resul-

taram da reivindicação dos trabalhadores depois do 25 de Abril. No entanto, nada foi concretizado no respeitante à higiene e segurança no trabalho que a fábrica não possui, pois as condições em que os operários trabalham são francamente deficientes e prejudiciais à saúde, nalgumas secções. Por outro lado os trabalhadores não receberam o mês de Dezembro por não haver dinheiro, enquanto o filho do patrão ganhava, segundo afirmam, 20 contos mensais e nos últimos três anos, em que o trabalho da fábrica duplicou o patrão adquiriu uma propriedade no Alentejo que custou 22.000 contos, para além de prédios no Cacém e investimentos noutras fábricas.

Além disso, se os trabalhadores receberam o 13.º mês, tal resultado de uma letra que o Banco Nacional Ultramarino descontou para pagar dividas urgentes, tendo sobrado a quantia necessária para o subsídio do Natal. Perante tudo isto interrogam-se os trabalhadores: realmente muito interessada em zelar pelos interesses daqueles que trabalham e ajudam a criar a riqueza?

Paralelamente existem empresas teóricas ao crédito da Cambournac que no caso desta, não se aguentaram, pondo em risco a situação económica de 3000 operários.

Os trabalhadores procuram agora que o recente Decreto nº 690/74, cubra a nacionalização da fábrica — tanto mais que o Banco Nacional Ultramarino possui um terço do capital — e só assim acreditam ser possível sair da situação desastrosa a que se chegou.

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

APOIO À LUTA ANTIMONOPOLISTA E PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LIBERDADES

É grande a confiança que sentimos no contributo que os trabalhadores da função pública, e em particular os do LNEC, podem dar à causa da democracia e do socialismo — afirma, comunicado, a célula do nosso partido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Saudando os seus camaradas de trabalho que, desde o 25 de Abril, repetidas vezes têm demonstrado a sua lucidez política e a sua capacidade de participação no processo revolucionário em curso, a célula do LNEC aponta e analisa os problemas fundamentais com que deparam actualmente os trabalhadores da função pública: o saneamento, a melhoria de salários e de regalias sociais, a sindicalização, a reestruturação dos serviços e as possibilidades de infiltração de concepções reaccionárias, aventureiristas e demagógicas.

Não se pode vacilar no saneamento, adiar o saneamento, desistir de um saneamento por maiores que sejam as dificuldades. Mas o saneamento deverá ser conduzido com responsabilidade e justiça, sem se cair num clima de perseguição pessoal, de exibicionismo e de vexames. Trata-se de democracia e de bom funcionamento dos serviços e não de despeitos ou rancores — sublinham os nossos camaradas. Referindo-se às reivindicações dos funcionários públicos, justas e urgentes, ainda que devendo ter em conta a natureza do poder político e a situação económica do País, os trabalhadores comunistas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil apontam o sindicato como sendo o instrumento adequado para a satisfação dessas reivindicações, o que não impede que, desde já e com a maior combatividade, as estruturas para sindicais existentes lutem pelos interesses dos trabalhadores que representam, sob

pena de perderem a sua confiança.

Depois de condenar as provocações anticomunistas, que se identificam como obra de fascistas ou da escória política em todo equiparada aos fascistas, o comunicado da célula do LNEC sublinha com firmeza o seu apoio à Comissão Executiva, cuja vitória nas recentes eleições no LNEC foi também uma vitória da unidade e da democracia.

Assim, no passado dia 29 de Dezembro, data do 23.º aniversário de sua morte, realizou-se às 11 horas uma romagem à sua campa, no cemitério do Prado do Repouso, na qual participaram várias centenas de pessoas. No dia 13 de Janeiro, pelas 21,30, no Cinema Batalha, no Porto, terá lugar uma sessão de homenagem com vasto programa que se pretende seja uma ampla manifestação popular em torno da figura tão relevante que é a de Abel Salazar.

Constituem a Comissão de Homenagem o prof. Ruy Luís Gomes, reitores das Universidades, prof. Alberto Saavedra, dr.ª Adelaide Estrada e dr. Corino de Andrade. Da Comissão Executiva fazem parte o eng. Atanagildo Teixeira Pinto, eng. António Resende, eng. Luis Paulino e prof. Amândio Silva, pela Casa-Museu Abel Salazar; eng. Oliveira Dias, pelo PCP; Ventura de Almeida, pelo PSP e prof. Raul de Castro, pelo MDP.

Acentuando, por último, que um meio socialmente heterogéneo como é o LNEC, depois de 48 anos de fascismo, facilitou manobras demagógicas e no fundo reaccionárias, ainda que aparentemente de esquerda, o comunicado termina com um apelo veemente à consolidação das liberdades democráticas e à luta antimonopolista com a consequente melhoria da vida das classes trabalhadoras.

HOMENAGEM POPULAR A ABEL SALAZAR

dr.ª Adelaide Estrada e dr. Corino de Andrade. Da Comissão Executiva fazem parte o eng. Atanagildo Teixeira Pinto, eng. António Resende, eng. Luis Paulino e prof. Amândio Silva, pela Casa-Museu Abel Salazar; eng. Oliveira Dias, pelo PCP; Ventura de Almeida, pelo PSP e prof. Raul de Castro, pelo MDP.

NOVIDADE

POEMAS DE ABRIL

de SIDÓNIO MURALHA

com prefácio de Alexandre Cabral

esc. 50\$00

R. da Misericórdia, 67, 2.º-Esq.

EDITORIA

LISBOA

Avante! ASSINATURAS

TABELA DE PREÇOS — 50 NÚMEROS CONTINENTE E ILHAS

Via normal (superfície) 180\$00 ☐
Via aérea 240\$00 ☐

ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

ESPAÑA

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 270\$00 ☐

REstantes Países Europeus

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 430\$00 ☐

GUINÉ-BISSAU

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

BRAZIL

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 630\$00 ☐

REstantes Países

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 730\$00 ☐

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio.

SEARCA NOVA

Proletariado Revolucionário, Luta de Classes e Nova Intelectualidade por Augusto Costa Dias

A Construção da Democracia, Oito Meses Depois de 25 de Abril por Fernando Cordeiro

Dividir para Reinar por Alberto Pedrosa

Unidade e Pluralismo Sindical por Albano Lima

Bento Gonçalves de 18 de Janeiro de 1934 por Fernando Cordeiro

O Poder Popular de Cuba

- A Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, representando mais de 150 000 trabalhadores, denunciou como manobra divisionista e reaccionária o seminário promovido pela CISL em Portugal.
- «Chipenda nunca deu um tiro; se deu, foi na caça aos coelhos.» A afirmação é do camarada Costa Andrade, membro da delegação do MPLA que visitou Portugal.
- Dois professores catedráticos, Aurélio Quintanilha e Casção de Aníades, foram reintegrados, a título simbólico, nas cátedras que regiam em Coimbra e Lisboa quando foram afastados pelo fascismo do ensino universitário.
- O Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários ofereceu ao Governo da República da Guiné-Bissau todo o auxílio e cooperação que estiver ao seu alcance.
- «A todo o povo a que pertence e a todos os povos do Mundo venho desejar Paz na Terra, Paz na Família, Paz na Consciência para que o Mundo em que vivemos se encontre na rota ascendente da dignidade humana», declarou o presidente Costa Gomes na sua Mensagem de Natal.
- Vários patrões da indústria de mármore estão na disposição de fechar as suas empresas. Os operários do sector organizam-se para enfrentar uma provocação que os lançaria no desemprego.
- Pela Secretaria de Estado da Segurança Social, foram criados dispensários materno-infantis nas freguesias de Santa Engrácia, Benfica, Arroios, São João e Lumiar.
- O Sindicato dos Motoristas de Lisboa divulgou um comunicado em que se manifesta contra o excesso de feriados do fim do ano, alegando que no período das festas a Nação esbanja somas fabulosas em consumo supérfluo.
- Encontrar-se na União Soviética a primeira caravana turística portuguesa que assistiu ali às festas da passagem de Ano. A actual visita insere-se no intercâmbio turístico iniciado com a vinda a Portugal, em Outubro, do primeiro grupo de turistas soviéticos.
- O COPCON montou desta vez, em Aveiro, mais uma operação «stop» com o objectivo de reprimir a criminalidade e apreender armamento não legalizado. Foram fiscalizadas mais de 23 000 viaturas, autuadas 217 e apreendidas 10, assim como 3 armas.
- A Associação dos Originários de Portugal promoveu, no domingo, em Paris, uma festa dedicada aos imigrantes portugueses, definida como jornada de apoio ao MFA e ao Governo Provisório.
- O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo, foi recebido em Brazzaville, na República Popular do Congo, pelo presidente da República, comandante Marien Ngouabi, com o cerimonial reservado aos chefes de Estado.
- O ministro do Trabalho mandou proceder a uma sindicância à administração da Junta de Acção Social, organismo do extinto Ministério das Corporações. O orçamento da Junta era colossal, mas as «volumosas saídas de dinheiro não estão documentadas com quaisquer notas de débito, facturas ou recibos de entidades externas ao Ministério».
- Os delegados sindicais bancários de Lisboa aprovaram, por unanimidade, uma moção na qual protestam contra a libertação de banqueiros responsáveis por atitudes de sabotagem económica, e salientam que «a decisão do juiz Sá Ferreira de libertar alguns é atentatória da legalidade do 25 de Abril e pode levantar entraves ao processo democrático».
- Agricultores dos concelhos de Mors, Redondo, Mourão, Viane do Aliente, Évora, Montemor-o-Novo e Vendas Novas reuniram-se na capital do Alto Alentejo para estruturarem a nível distrital a Liga dos Pequenos Agricultores.
- O valor das ramas de petróleo importadas por Portugal quadruplicou no ano que acaba de findar. Em 1973 as despesas com a importação dos petróleos brutos foram inferiores a 3 milhões de contos; em 1974 atingiram um total de cerca de 12 milhões de contos.
- O general Costa Gomes e o brigadeiro Vasco Gonçalves aceitaram fazer parte da comissão que vai promover uma homenagem nacional à memória do general Humberto Delgado. A trasladação dos restos mortais do general Delgado, de Espanha para Portugal, está prevista para Fevereiro.
- O padre franciscano Alexandre José Maria dos Santos foi nomeado pelo Papa Paulo VI arcebispo de Lourenço Marques. O novo arcebispo foi o primeiro padre negro de Moçambique. Simultaneamente, o Papa nomeou um representante apostólico para Lourenço Marques, pelo que todas as missões católicas de Moçambique deixam de depender de Lisboa.
- Os portugueses residentes em Moscovo reuniram-se na Embaixada de Portugal, no dia 24 de Dezembro, numa festa organizada pelo embaixador Mário Neves.
- Quando procediam à colagem de cartazes do nosso Partido e do Partido Socialista, quatro jovens do Sobral, no concelho da Lourinhã, foram agredidos por um grupo de provocadores chefiados pelos irmãos Vasco Curto e Justino Curto, conhecidos como arruaceiros e reaccionários.
- A Comissão Pró-UNEP tomou a iniciativa de lançar no sector estudantil uma campanha de solidariedade à Guiné-Bissau. Serão organizados comícios, colóquios e uma exposição itinerante que percorrerá várias cidades da província. Haverá também recolha de fundos e de material didáctico que serão entregues ao Governo da República da Guiné-Bissau.
- As posições da Frente da Libertação do Enclave de Cabinda e as nossas são inconciliáveis, e bater-nos-emos com todas as nossas forças para assegurar a integridade do território de Angola», declarou em Libreville, no Gabão, o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA.
- Nove pessoas morreram e sessenta e seis ficaram feridas em consequência do desastre ferroviário ocorrido no dia 27 de Dezembro, em Santa Apolónia.
- Foi marcada para Fevereiro a reunião da Assembleia das Forças de Paz Portuguesas. A iniciativa é aberta a participação de defensores da paz de todos os partidos e tendências democráticas.
- A Roménia fornecerá a Moçambique este ano todo o trigo de que aquele país necessitar.
- Foram criados os cargos de secretário de Estado da Administração Regional e Local e de secretário de Estado da Administração Pública e extinto o de subsecretário da Administração Interna. Para o primeiro foi nomeado o coronel João Lopes da Conceição, e para o segundo Rui Barradas do Amaral.
- Os recrutas que aguardam incorporação no primeiro período de 1975 do Centro de Instrução Geral do Quadro do Complemento deverão entrar em contacto com os respectivos distritos de recrutamento e mobilização, porque a data da apresentação foi alterada de 3 para 13 do corrente.
- O escritor Orlando Neves demitiu-se do cargo de director literário da Portugal Editora. Segundo os órgãos de informação, o motivo é de ordem política e relaciona-se com o próximo lançamento por aquela editora de um livro do general Galvão de Melo.
- José Pais Ribeiro, director de Saúde de Coimbra, foi suspenso por três meses.
- O Governo Provisório de Angola divulgou um comunicado em que refuta as acusações feitas em Kinshasa sobre o caso dos dois mil refugiados catangueses que se encontram em Angola e não querem regressar ao Zaire.
- Jorge Fernandes Moreira foi demitido do cargo de inspector superior da Direcção-Geral do Ensino Superior. Era um ex-membro da força automóvel de choque da extinta Legião Portuguesa.
- José Marques Cavaleiro foi demitido das funções de preparador do Instituto Superior Técnico por se ter provado que era informador da ex-PIDE.
- Carlos da Silva Gonçalves, chefe da repartição da Direcção-Geral do Ensino Básico, foi aposentado compulsivamente. Foi dirigente da Liga dos Antigos Graduados da extinta Mocidade Portuguesa.
- Dirigentes dos três movimentos angolanos de libertação reúnem-se hoje em Mombassa, no Quênia, para preparar a conferência cimeira sobre Angola.
- O Conselho de Ministros decidiu aumentar as pensões globais do Montepio dos Servidores do Estado.
- Foi constituído em Timor o Conselho de Governo. Os seus 12 membros foram designados pelas associações agrícolas, comerciais e industriais e pela Frente Revolucionária de Timor (Frelim) e pela União Democrática de Timor (UDT).
- A República Democrática Alemã, a Bulgária e a Roménia vão cooperar em vários níveis com o Governo da Transição de Moçambique, no âmbito de um programa elaborado pelo ministro da Coordenação Económica, Mário Machungo.
- As obras de ampliação e modernização do porto de Lourenço Marques, avaliadas em 600 000 contos, ficarão concluídas antes do fim do ano.
- O prof. Fernando dos Reis Ganhão, militante de Frelimo, foi nomeado reitor da Universidade de Lourenço Marques.

informação

Conselhos de professores e alunos na gestão das escolas

No actual ano lectivo, os estabelecimentos oficiais do ensino preparatório e secundário serão geridos, a título experimental, por Conselhos Directivos, Pedagógicos e Administrativos. O decreto-lei que fixa as normas de funcionamento desses Conselhos «visa a criação das referidas estruturas democráticas em todos os estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário segundo moldes que, assegurando a adequada representação dos docentes, discentes e funcionários administrativos e auxiliares, salvaguardem a seriedade do próprio processo democrático e garantam as indispensáveis condições de eficácia no funcionamento das escolas».

No ensino preparatório, até mil alunos, haverá quatro representantes do pessoal docente no Conselho Directivo, dois do discente, um do pessoal administrativo e outro do auxiliar. Por cada mil alunos a mais ou fracção, até três mil, haverá mais um representante dos professores e dos estudantes.

No ensino secundário, em escolas até mil alunos, haverá quatro representantes dos docentes, quatro dos alunos, um dos administrativos e outro dos auxiliares. Por cada mil alunos ou fracção, até três mil, haverá também mais um representante dos professores e outro dos estudantes. A idade mínima dos alunos com acesso aos Conselhos Directivos foi fixada em 14 anos.

O decreto esclarece, também, que não poderão ser eleitos para os Conselhos a criar indivíduos que tenham sido dirigentes ou membros de organizações fascistas extintas, tais como a União Nacional, a Acção Nacional Popular, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, ou informadores da ex-PIDE.

Não haverá matrículas no primeiro ano das Universidades

Por decisão do Governo Provisório não serão admitidos este ano alunos à matrícula no 1.º ano das três Universidades do País. Simultaneamente foi criado o serviço cívico estudantil no qual se podem inscrever, em regime de voluntariado, os jovens impedidos de seguir actividades escolares normais. A prestação do serviço cívico dará preferência para a entrada na Universidade no próximo ano lectivo e desconto no tempo de serviço militar obrigatório.

Transcrevemos abaixo algumas passagens das declarações que, a respeito do assunto, fez o ministro da Educação e Cultura, tenente-coronel Manuel Rodrigues de Carvalho:

«Se o problema actual se põe, há que encaixá-lo e resolvê-lo com decisões que, embora drásticas e até impopulares, podem, com o tempo, vir a resolver aquilo que de momento mais nos preocupa».

É por isso que o Governo, depois de muito ponderar nos problemas da educação, decidiu que, no corrente ano lectivo, não sejam admitidos alunos à matrícula no 1.º ano das Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto.

Várias razões nos surgem como justificativas de tal decisão. De entre elas destacam-se:

— Evitar um 1.º ano falhado, pelas deficiências que atrás se apontaram.

— Facilitar o funcionamento de aulas e o aproveitamento escolar dos restantes anos, evitando a perturbação que iria causar a entrada, em condições precárias, de um tão elevado número de alunos, durante o 1.º trimestre de 1975.

— Libertar docentes e permitir uma melhor preparação do ano lectivo 75/76, neste momento uma das preocupações deste Ministério.

Se o 25 de Abril veio deitar por terra as estruturas da velha escola, veio também exigir e tornar possível uma nova forma de conceber a Universidade — afirmou o dr. Rodrigues de Carvalho. E prosseguiu:

Se o 25 de Abril tornou possível a verdade, com a renúncia a uma ficção, também tornou possível o desafio de um projecto novo a integrar no processo formativo da juventude deste país.

Quero referir-me ao serviço cívico estudantil, cuja criação foi recentemente decidida em Conselho de Ministros, que nos aparece como possibilidade de ocupação dos estudantes, numa experiência nova a tentar, aliando por certo, e que nos permitirá aferir das possibilidades de utilização futura, numa ligação entre trabalho intelectual e manual, entre trabalho escolar e trabalho social.

Vai o Governo organizar um serviço cívico estudantil, que será voluntário, com a finalidade de permitir aqueles que não tiveram entrada nas faculdades realizar trabalho útil, que se terá o cuidado de não ir de modo algum interferir com o mercado do trabalho. Creio, aliás, que ninguém estará mais interessado nisto que o Governo, já que importa evitar o agravamento da situação desse mercado. Procurar-se-á mesmo que o serviço cívico contribua para a abertura de novos postos de trabalho, ajudando assim, embora em pequena escala, a diminuição do desemprego.

Como é evidente, a organização de um serviço desta natureza obriga a certos cuidados de montagem, que serão tomados na medida certa, constituindo até um desafio à capacidade de realização daqueles que nele colaborem, a fim de que tirem proveito da empresa a que vamos meter ombros, pois ela deve e tem de merecer a pena.

Para aqueles que voluntariamente se prestarem ao serviço cívico, haverá regalias evidentes. Elas terão respeito a possíveis equivalências com o serviço militar obrigatório (o que se vai traduzir numa recuperação de tempo após a licenciatura) e ainda a preferência em admissão no próximo ano nas várias escolas.

Referese, no entanto, que não basta realizar o serviço cívico para ter garantido o ingresso nas Universidades, pois nestas haverá que realizar uma prova de admissão, diferente dos exames do 7.º ano, mas que decidirá da maturidade do aluno para entrar no ensino superior. Não quero de modo nenhum dizer que a Universidade se feche para alguns. A todos se dá a mesma oportunidade. Simplemente entrarão os mais aptos, para os outros recorrer-se-á a uma diversificação de cursos que lhes dê outras possibilidades.»

O saneamento não chegou ao distrito da Guarda

A Comissão Distrital da Guarda do nosso Partido divulgou uma nota sobre manobras políticas tendentes a impedir ali um recenseamento honesto.

Em 14 concelhos daquele distrito, o PCP apenas foi consultado para a formação das comissões de recenseamento em quatro: Gouveia, Seia, Pinhel e Guarda. No último, para quebrar as resistências à participação democrática do nosso Partido, foi necessário apresentar um protesto em sessão da Câmara. Absurdos como esse são resultantes dos atrasos do saneamento. No concelho da Guarda, das 52 freguesias apenas duas haviam sido saneadas até ao início de Dezembro. No Sabugal, o saneamento foi realizado só numa das 40 freguesias. Em Gouveia, 9 de 29 freguesias não foram saneadas; em Seia, 22 das 28. Em Fornos de Algodres, a comissão administrativa da Câmara é fascista.

É um brevíssimo resumo de um quadro sombrio. O panorama, infelizmente, não difere muito em quase todo o Norte do País. Para que as eleições sejam verdadeiramente livres é necessário fazer-se um recenseamento honesto, completo e rigoroso. Em quaisquer circunstâncias isso seria difícil devido à exiguidade do prazo. Mas nos distritos onde o saneamento foi meramente de fachada, e as autarquias locais permanecem sob o controlo de fascistas ou de elementos comprometidos com o fascismo, o recenseamento converte-se numa autêntica farsa.

A posição do nosso Partido tem sido exposta com clareza e repetidamente. Sem um saneamento eficaz que leve às autarquias locais democratas que defendam os interesses das populações e cumpram o que determina o Programa do MFA não é possível constituir comissões de recenseamento que garantam a livre expressão do eleitorado. E esse objectivo só poderá ser atingido se as forças políticas que mais têm lutado pela democracia forem ouvidas e participarem activamente no trabalho preparatório das eleições de Março. Na base do anticomunismo não se poderá construir a democracia em Portugal.

As denúncias de irregularidades são tantas e tão graves que se chega à triste conclusão da existência de dois recenseamentos paralelos: o legal e o fraudulento, organizado pelas forças da reacção. Em certas regiões, onde o saneamento não se fez, os caciques fascistas locais insistem em recorrer aos cadernos elaborados pela extinta ANP e inscrevem como eleitores até mortos e ausentes. Há dias, um trabalhador residente em França, ao pretender recensear-se, verificou que já estava inscrito. Assim, não! Um recenseamento desonesto é totalmente incompatível com o aprofundamento do processo de democratização.

O círculo vicioso da sabotagem económica

Em Reis Magos, na Madeira, deveria iniciar-se por estes dias a construção de um grande bloco de apartamentos, o edifício Santa Cruz. Mas a obra foi adiada por tempo ilimitado. Em assembleia geral, realizada, na República Federal da Alemanha, os accionistas da firma que deveria levar adiante esse empreendimento decidiram que o momento não era oportuno. Como justificação para o adiamento foi alegado que a situação económica de Portugal é má e que a diminuição do fluxo turístico não aconselha empreendimentos desse tipo. Os accionistas manifestaram, contudo, a esperança de que a situação geral permita que, em breve, se inicie a construção.

É um caso entre muitos semelhantes. O ritmo da actividade, na construção civil, com noutros sectores, diminui sob os pretextos mais variados. É verdade que a situação económica está longe de ser boa, mas a política adoptada por muitas empresas, orientada no sentido da redução dos investimentos ou da sua completa paralisação, só pode contribuir para um agravamento ainda mais acentuado da crise económica. Cria-se, assim, um círculo vicioso que só pode interessar às forças reaccionárias, internas e externas, empenhadas em sabotar o esforço de reconstrução económica do País. A tática do grande capital monopolista não tem mistérios. Quando a sabotagem não é directa assume formas indirectas. O menos que os donos dos monopólios aconselham é esperar, antes de investir. Através dessa atitude de expectativa conspiram contra a economia nacional e revelam o desejo de que «haja uma mudança». Agora falem em esperar até às eleições, como amanhã falarão de outra coisa. Estão enganados: o fascismo não voltará, a reacção não passará! O mais lamentável é que muitas empresas médias naveguem nas mesmas águas e sigam esses conselhos. Agindo desse modo, cavam a sua própria ruína e tornam-se cúmplices de uma conspiração reaccionária.

Uma sova merecida

Com a aproximação da campanha eleitoral, o festival anti-comunista intensifica-se, orquestrado por certa imprensa da província. «O Concelho da Prouença-A-Nova» é um desses jornais. O último número abre com um editorial, assinado pelo director, padre Alfredo Dias. O título parece ser uma confissão: «Razões por que não sou nem aceito ser comunista». Mas é, na realidade, o disfarce de uma provocação pensada, carregada de um ódio que nada tem de cristão. O autor, depois de afirmar que



«o comunismo acaba com ricos e... pobres», investe contra o Estado numa linguagem mais própria de pugilista do que de sacerdote: «A um patrão particular ainda lhe posso partir a cara — escreve — se ele me rouba. As vendas do Estado ninguém se atreve... quando ele é o único latifundiário.» Repete depois «logans» antigos da propaganda salazarista. «O comunismo — proclama — degrada a pessoa humana. A pessoa não conta, ficando totalmente sujeita aos interesses do Partido.» O editorialista amontoa mais alguns insultos contra o Estado comunista que tiraria os filhos aos pais, garante que bem e mal são a mesma coisa para todos os comunistas, e desabafo: «Com gente de tais ideais nem o diabo queria viver.» O artigo, após reconhecer que o comunismo «defende liberdade, igualdade, fraternidade, humanidade, distribuição equitativa e riqueza, nivelamento de classes, amor humano, paz, justiça», aponta tais conceitos como «abstractos e para inglês ver» e finda com um apelo claramente eleitoral. Lembra que há muitos outros partidos e que qualquer um é preferível ao comunista.

Apresentamos apenas um brevíssimo resumo do feroz sermão do padre-jornalista Alfredo Dias. Como o «Concelho de Prouença-A-Nova» é editado pela paróquia de Prouença-A-Nova, fica evidente que a dita paróquia, pela pena e sob a responsabilidade do seu chefe espiritual, decidiu entrar na campanha eleitoral com uma declaração de guerra ao nosso Partido e ao comunismo. Não exageramos. No mesmo número, o jornal publica uma longa e entusiástica reportagem sobre uma reunião promovida naquela vila beirana por um partido político. O órgão da paróquia esquece o diabo, esquece os bofetões e murros que o Estado merece. Cada período é um cântico de alegria. «isto é que se chama democracia» — explica aos leitores.

O padre Alfredo Dias não é um homem humilde. Fala e escreve como um pequeno imperador. Julga-se o centro do mundo, ou, pelo menos, o rei da paróquia. Os seus conceitos sobre o comunismo dispensam comentários. A simples transcrição diz tudo sobre o homem e as suas ideias. Compreendemos que o padre Dias não aceite o nosso Partido. Também não aceitamos gente para a qual a liberdade, a igualdade, a fraternidade, a humanidade a distribuição equitativa da riqueza são conceitos «meramente abstractos». O director de «O Concelho de Prouença-A-Nova» é um saudista do fascismo. Está indignado com a «sewa» que a hierarquia da Igreja deu aos Boletins Paroquiais e respectivas párcas. Não conhecemos pormenores sobre essa sova, mas foi certamente merecida. Estamos com os bispos que «desnascaram bordoadas nos pobres dos boletins» que são irmãos gémeos de «O Concelho de Prouença-A-Nova».

24 empresas processadas por sabotagem económica

Por terem cometido crimes contra a economia nacional vão ser processadas as seguintes empresas:

Millupa Portuguesa, Lda., Indústrias Lusitana de Óptica, Lda., Sociedade Portuguesa Cavan, Lda., Indústrias Metálicas Previdente, SARL, José Cotta Mendes e Ca. Lda., J. Costa e Silva Lda. (FAR), Emílio de Azevedo Campos e Ca. Lda., Supersomos, Lda., Henrique Mesquita, Lda., e António Pinto de Almeida, Companhia Portuguesa de Amidos F. A. Caído, Indústria de Produtos Alimentares SARL (Framil), Produtos Corticeiros Portugueses, SARL, Embalagens de Papel, SARL, Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, SARL, Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento, SARL (Luselite), Imprimeira-Publicações e Artes Gráficas, SARL, Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, SARL, Sociedade Portuguesa de Novendal, SARL, Fima-Fábrica Imperial de Margarina, Lda., Fábrica Nacional de Margarina, SARL, Aveirens, Lda., Indústrias de Carne, Lda. e, ainda, Aviúmica, Lda (presumível infracção contra a saúde pública).

Parte dessas firmas é acusada de ter violado os artigos 6 e 7 do decreto-lei n.º 329-A/74 que estabelecem o prazo dentro do qual as empresas produtoras ou importadoras de bens ou serviços sujeitas ao regime de preços controlados ou declarados devem fazer a declaração dos mesmos. As restantes envolveram-se em actividades especulativas.

A iniciativa da Direcção-Geral de Fiscalização Económica de instaurar processos a duas dúzias de empresas responsáveis por graves delitos económicos vem ao encontro de uma exigência nacional, repetidamente formulada pelas massas trabalhadoras. Não é possível lutar contra a sabotagem económica apenas com palavras e críticas. Torna-se necessário punir, e com a maior severidade, as empresas que continuam a conspirar contra a reconstrução económica do País, desafiando abertamente o espírito e a letra do Programa do MFA e as leis promulgadas pelo Governo Provisório. E com um critério diferente do adoptado no passado, quando o fascismo, para desviar as atenções dos crimes contra o povo cometidos pelos monopólios, levava aos tribunais firmas quase artesanais. É preciso que os principais responsáveis sejam castigados e de forma exemplar. Os protestos populares contra a libertação dos banqueiros e latifundiários do BIP e da Torralta valem por uma advertência, são um apelo à vigilância. A interdição exprime o pensamento de milhões de portugueses ao lembrar que os trabalhadores não podem compreender que alguém, cegamente, pretenda esquecer que a «legalidade» fascista se substituiu, com o 25 de Abril, a legitimidade revolucionária do MFA».

O brigadeiro Saraiva de Carvalho fala sobre as negociações em Lusaca

O boletim mensal «Portugália», da editora do mesmo nome, publica no seu último número uma síntese de textos políticos que serão reunidos em Caderno sob o título «Cinco Meses Mudaram Portugal». Entre esses

documentos figura uma longa entrevista com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, da qual transcrevemos as seguintes passagens:

«Em Lusaca eu vi logo que a única solução era a que se veio a efectivar. Não havia outra possível. O dr. Mário Soares, muito cauteloso e com elevado espírito diplomático, durante as negociações não se comprometeu de modo nenhum, falou sempre com firmeza mas com «sentido político». Eu expus as minhas ideias numa linguagem aberta, sem rodeios. Senti, claro, que diplomaticamente estava, como costuma dizer-se, a «espalhar-me», mas como não era capaz de falar de outra maneira, a partir de certa altura calei-me. O resultado foi que o Samora Machel e os homens da Frelimo ficaram um bocado desconfortados com o dr. Mário Soares e a mim adoraram-me... Quando chegámos a Lisboa, o dr. Mário Soares pediu-me que fosse com ele a Belém dar contas ao general Spínola do que se passara. Mário Soares expôs o mais cautelosamente possível o problema ao general e depois passou-me a palavra. Eu disse claramente quais as condições da descolonização e referi a posição do Frelimo que me parecia ser a única correcta e possível. O general Spínola «atirou-me ao ar». «Tem de haver outras soluções, não é nada disso», gritava o general, «não quero ouvir mais nada, você o melhor que tem a fazer é calar-se». Limitei-me a reforçar as minhas afirmações, insistindo em que a realidade nos levava a ter de aceitar outro tipo de descolonização que não o previsto pelo general, até porque as nossas tropas (e isso eu sabia-o bem) não estavam dispostas a continuar na mesma situação — atingira-se um tal ponto de saturação que o 25 de Abril surgiu como o fim de um pesadelo. De facto, se queríamos sair de Moçambique de cabeça levantada, tínhamos de ser nós a tomar a iniciativa. Caso contrário, correríamos o risco de ter de sair de lá com uma derrota vergonhosa às costas. De resto, só concordando com a Frelimo tínhamos hipóteses de evitar que se cavasse um fosso total entre nós e o futuro Moçambique. «Não senhor, não pode ser assim — dizia o general Spínola — porque se for preciso, eu, ao meu nível, falo com o Nixon e ele manda tropas americanas para lá». Chamel-lhe a atenção para o risco de uma «vintanagem» do conflito em Moçambique, que, com certeza, nem ao próprio Nixon interessaria. «Mas, se não for o Nixon, a África do Sul dá-nos tropas» — continuava o general Spínola, que procurava o máximo de argumentos para evitar a solução preconizada, ou seja uma solução política (pela qual de resto o Exército Português lutava há dez anos), que teria de se encontrar através de um partido que fosse o mais representativo do povo moçambicano, e esse partido era a Frelimo, que, embora não represente todo o povo, era, sem dúvida, aquele que havia lutado pela independência da sua terra, que sofrera na carne todos os horrores de uma guerra de dez anos.»

Os bairros camarários não são para gente rica

«Com tanta gente a viver em condições sub-humanas, a Câmara não se pode dar ao luxo de conceder casas por 400 ou 500 escudos a indivíduos que ganham 15 mil mais contos. Terá de haver um inquérito rigoroso aos actuais moradores, para não podermos hesitar perante casos de flagrante protecção. Essas pessoas têm mesmo de sair dos bairros para dar lugar a quem precisa».

A Câmara Municipal em causa é a do Porto e o autor desse desabafo crítico é o presidente da sua comissão administrativa, arquitecto Artur Andrade. Visitou o Bairro do Bom Pastor e ficou indignado com a situação que ali se lhe deparou. O Bairro tem 264 casas, é da Câmara, e começou a ser ocupado pelos actuais moradores após o 25 de Abril, há cerca de quatro meses. Logicamente as casas deveriam ter sido atribuídas a famílias de escassos recursos. Mas não foi o que aconteceu. O Bom Pastor parece um parque de estacionamento. A maioria dos moradores tem automóvel e muitos de alto preço.

O caso do Bom Pastor não é único. Nos bairros camarários do Porto vivem dezenas de milhares de pessoas. E em quase todos o panorama é semelhante. Como em Lisboa e outras cidades. As casas foram construídas para trabalhadores de salários modestos. Por isso as rendas são baixas. Mas a política do fascismo era outra. Os pedidos das «personalidades influentes» tinham mais força do que a lei. O favoritismo prevalecia sempre sobre as necessidades reais dos trabalhadores. Falsificava-se qualquer documento para atingir um objectivo anti-social. O resultado está ali, em dezenas de bairros económicos: casas de renda barata para pessoas que a elas não têm direito... e bairros de lata para os trabalhadores. No caso específico do Bom Pastor, segundo se depreende das palavras do presidente da comissão administrativa da Câmara do Porto, o protecçãoismo é ainda mais essencial. Depois do 25 de Abril procedeu-se exactamente como antes, do 25 de Abril. O inquérito justifica-se, é indispensável. Essas pessoas têm de sair para dar lugar a quem precisa. Quem tem um automóvel de luxo não pode morar numa casa de renda baixa. É um insulto ao povo, um desafio ao processo de democratização.

Negócios fraudulentos com o vinho do Porto

A exportação de vinhos do Porto e da Madeira está a ser prejudicada por manobras ilegais, ao nível da comercialização, e que não foram ainda tornadas públicas.

Desde 1971 que esses vinhos contém apreciáveis quantidades de álcoois de origem sintética, isto é, petroquímicos. De acordo com a lei, a aguardente utilizada pelos produtores de vinho do Porto deve ser exclusivamente fornecida pela Junta Nacional do Vinho e terá de ser obrigatoriamente de origem vinica. Mas na prática isso não está ocorrendo. Até há poucos anos Portugal produzia esse tipo de aguardentes em quantidades suficientes para abastecimento do mercado interno e exportava os excedentes. Quando a situação se modificou, a Administração Geral do Açúcar e do Alcool recorreu à importação. Só mais tarde se soube, contudo, que parte das aguardentes e álcoois importados vinham acompanhados de certificados falsos que garantiam a sua origem vinica. Na realidade, tratava-se de produtos sintéticos. Está provado, concretamente, que aguardentes importadas de Jugoslávia eram de origem petroquímica.

Os resultados nefastos dessas fraudes não se fizeram esperar. Em Julho e Agosto do ano corrente ficaram retidos na alfândega de Bremen, na República Federal da Alemanha, cerca de 300 000 litros de vinho do Porto. As rigorosas análises efectuadas pelas autoridades sanitárias alemãs provaram que havia álcool sintético na composição do vinho. Graças à intervenção da Embaixada de Portugal, o embargo foi levantado a título excepcional, mas, a partir de então, o volume da exportação de vinhos do Porto para a RFA sofreu uma queda de 87 por cento. Posteriormente, e pelo mesmo motivo, foi rejeitado, em meados de Setembro, o primeiro lote de vinho da Madeira.

Uma lei está, portanto, a ser abertamente violada. E por trás dessa violação existe uma rede de negócios sujos. O preço do álcool sintético é cerca de três vezes menor do que o do álcool de fermentação. É possível que haja um forte componente político no comportamento das autoridades da RFA, pois outros países do Mercado Comum Europeu não apresentaram ainda as mesmas exigências. Mas, esse facto não diminui a gravidade da fraude cometida em Portugal. Tudo indica que certos indivíduos retiraram consideráveis lucros dos fornecedores de aguardente sintética aos produtores de vinho do Porto. Outros estariam implicados na falsificação de certificados de origem.



Estamos, assim, diante de um escândalo que mergulha as raízes nos tempos do fascismo, mas que sobreviveu ao 25 de Abril. A venda de vinho do Porto falsificado é um crime contra a economia nacional e também contra a economia popular, pois milhões de pequenos camponeses acabam por ser prejudicados. O «negócio» envolve centenas de milhares de contos e urge averiguar se nele estão também implicados funcionários do Estado.

No momento, o valor dos vinhos do Porto em armazém é de cerca de 4 milhões de contos. Uma grande parte não inclui aguardente sintética. Mas para o consumidor estrangeiro, e até para o nacional, existe, agora, a dúvida. Só um rigoroso inquérito, que leve à punição dos responsáveis pela fraude, poderá evitar que as vendas e as exportações de vinho do Porto caiam verticalmente. Não basta falar no espírito do 25 de Abril. É preciso que ele se traduza, em todos os níveis e frentes, numa prática democrática e revolucionária.

● A União Soviética tornou-se em 1974 o primeiro país produtor de petróleo do mundo, superando largamente os Estados Unidos. Em 1975 será estabelecido um novo recorde, com a extração, prevista, de 490 milhões de toneladas.

● A agência soviética Novosti denunciou como perigoso «traficante da morte» o cidadão inglês Sam Cummings. A empresa Interam, com sede em Manchester, e da qual é director, «controla actualmente 90 por cento do comércio mundial de armas ligeiras».

● Um inquérito Gallup, efectuado nos Estados Unidos, revelou que a popularidade do presidente Gerald Ford atingiu o seu nível mais baixo desde que tomou posse há cinco meses.

● Os ministros da Defesa dos países do Pacto de Varsóvia reuniram-se em Moscovo, este mês, para debater questões relacionadas com os objectivos e organização daquela aliança defensiva.

● A União Soviética instalou no Mar Báltico o primeiro farol atómico do mundo.

● O governo da Coreia do Sul desencadeou uma ofensiva contra a imprensa oposicionista liberal. Para mudar a linha de alguns jornais íntima as grandes empresas a cortar a publicidade concedida a esses órgãos de informação.

● A República Democrática Alemã recebeu até agora 1200 refugiados chilenos.

● Alberto Sotomayor foi expulso do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) chileno, sob a acusação de «traição e cobardia». Era um dos principais dirigentes daquele movimento.

● O Partido Guatemalteco do Trabalho divulgou um comunicado em que responsabiliza o governo pelo clima de desespero existente na Guatemala, pela carestia e pela miséria do povo.

● O jornal «La Vie Française», de Paris anunciou que a maioria do capital accionário da Pan American Airways será adquirido por empresas iranianas, nos termos de um acordo assinado pelo xá do Irão e por aquela companhia de aviação norte-americana.

● O ministro dos Negócios Estrangeiros da Colômbia informou que o seu país restabeleceu relações comerciais com a República Socialista de Cuba e normalizará em breve as relações diplomáticas.

● A cidade de Darwin, no norte da Austrália, foi praticamente arrasada por um ciclone no dia 25 de Dezembro. Mais de 80 por cento dos edifícios ficaram destruídos e há dezenas de milhares de desabrigados.

● Quatro polícias sul-africanos foram mortos na Rodésia durante um combate com patriotas de um movimento de libertação. Poucos dias antes, o primeiro-ministro Vorster, da África do Sul, havia declarado que o seu governo retiraria da Rodésia todas as forças paramilitares enviadas para aquele país.

● O México está a sofrer duramente as consequências da crise económica norte-americana. Os EUA já reduziram para metade as suas compras de produto têxteis mexicanos.

● Seiscentas e oitenta bombas de gasolina da Shell e da Esso foram colocadas sob «controlo» da Yacimientos Petrolíferos Fiscales da Argentina, em consequência da decisão do Governo de Maria Estela Perón de nacionalizar a comercialização de combustíveis.

● Vários países latino-americanos iniciaram negociações para a criação de uma companhia aérea continental. Objectivo: fazer frente ao quase monopólio exercido pelas grandes companhias de aviação dos Estados Unidos.

● O FBI — Polícia Federal dos EUA — espionou legalmente a Convenção da Aliança da Juventude Socialista, realizada no sábado em Saint-Louis. De acordo com a decisão de um tribunal de Nova Iorque, o FBI «tem o direito e até mesmo o dever de se manter informado».

● O general Velasco Alvarado foi proclamado «primeiro presidente camponês do Peru» durante uma manifestação de 15 000 camponeses, em Andahuaylas, após uma distribuição de 29 000 hectares de terras.

● O ministro da Energia e Minas do Peru, general Fernandez Maldonado, assinou o decreto que criou a primeira empresa mineira de propriedade social, em Puno. As reservas da mina — cuja propriedade foi atribuída aos trabalhadores — são de 186 milhões de toneladas de polimetálicos e de 5 milhões de metros cúbicos de minérios auríferos.

● O primeiro-ministro da Suécia, Olof Palme, visitará Cuba em Junho.

● Um juiz de Turim passou 34 mandatos de captura contra membros das organizações fascistas italianas «Ordem Negro», «Ordem Nova» e «Vanguarda Nacional». A «Ordem Nova» chegou a criar campos paramilitares no Norte da Itália. Proibida, reapareceu com o nome de «Ordem Negro».

● Dois mil e oitocentos proprietários de automóveis, que, pelas suas condições contribuíram para aumentar o alto teor da poluição da Cidade do México, foram multados pela Polícia local. Com quase 11 milhões de habitantes, a capital mexicana é uma das cidades mais poluídas do mundo.

● As últimas revelações sobre a interferência da CIA na vida privada de milhares de cidadãos americanos forçaram o chefe da contra-espionagem, James Angleton, a demitir-se. Declarou tomar essa atitude «para bem da CIA».

● O preço do ouro atingiu outra vez um nível recorde no mercado de Paris: 201,4 dólares por onça.

● O número de crimes aumentou 16 por cento nos Estados Unidos durante os primeiros nove meses de 1973.

● O juiz William Douglas, do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos, foi uma das altas personalidades norte-americanas espiadas pela CIA.

● Ahmed Sakou Touré foi eleito presidente da República da Guiné.

● A nomeação de Harry Schlaudemann para embaixador dos Estados Unidos na Venezuela foi definida como um acto de provocação pelos representantes de todas as forças democráticas daquele país sul-americano. Schlaudemann teve participação directa na intervenção militar americana na República Dominicana em 1965 e no golpe de Estado que implantou o fascismo no Chile em 1973. O camarada Gustavo Machado, secretário-geral do Partido Comunista Venezuelano, qualificou a nomeação desse diplomata da CIA de «forma de pressão e de terrorismo ideológico» no momento em que a Venezuela vai nacionalizar o ferro e o petróleo.

● O Governo de Bangla Desh proclamou o estado de emergência.

● Nos Estados Unidos desapareceram várias toneladas de urânio enriquecido e plutónio, material utilizado no fabrico de armas atómicas Segundo o «New York Times», ninguém sabe onde se encontra esse urânio...

● A empresa inglesa Aston Martin, que fabrica alguns dos automóveis mais caros do mundo, vai entrar em «liquidação voluntária». Mais de 500 funcionários e operários serão despedidos.

● Guido Gianetti, antigo informador dos chamados serviços secretos italianos acusou o ex-chanceler da RFA, Willy Brandt, de ter sido um dos instigadores de um atentado em Milão que causou 14 mortos e 90 feridos. Esse acto de terrorismo, praticado por elementos ultra-esquerdistas, poderia, na opinião de certos dirigentes políticos, criar problemas aos partidos comunistas europeus e favorecer os socialistas.

● James Callaghan, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha iniciou uma visita a seis países africanos em busca de uma «solução» para o problema da Rodésia.

● Na sua mensagem de Ano Novo, Franco não ajudou a Portugal, ao contrário do que era norma.

● Os sindicatos italianos condenaram como reacção à greve de 40 000 médicos.

● Milhares de pessoas morreram no Paquistão em consequência de um terramoto.

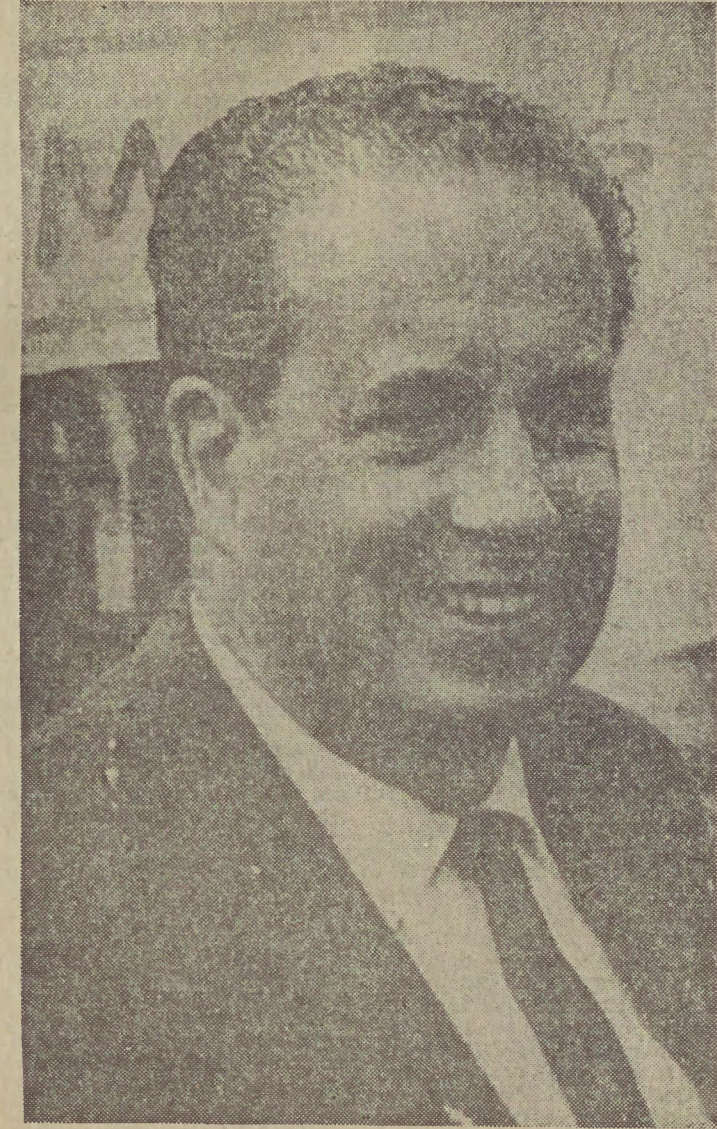
● O secretário da Agricultura dos Estados Unidos declarou que no primeiro semestre do ano os preços dos produtos alimentares continuaram a aumentar à taxa de 15 por cento.

informação

Libertemos Rodney Arismendi!

O agravamento da crise económica, a repressão política, o desemprego e a emigração maciça foram os factos mais salientes da vida uruguaia em 1974.

O governo policial militar de Juan María Bordaberry fez grandes promessas há um ano. Nenhuma foi cumprida. O ministro da Economia, Alejandro Vegg Villegas, anunciou que o índice da inflação seria este ano inferior ao de 73 (77,5 por cento). Mas subiu para 91,45 por cento e o peso uruguaio tornou-se a moeda mais desvalorizada do mundo, com excepção do escudo chileno. A balança comercial já registava no começo de Dezembro um défice equivalente a 2 700 000 contos. Em con-



sequência da falta de trabalho, o povo deixa o país. Mais de 600 000 uruguaios emigraram desde 1967. Para um país que hoje tem apenas 2 600 000 habitantes, essa sangria da força de trabalho constitui uma verdadeira tragédia nacional, pois a maioria dos que saem é constituída por jovens.

A repressão ampliou-se também. Com a prisão do camarada Rodney Arismendi, no dia 8 de Maio de 1974, a ditadura partiu para uma nova escalada de violência.

O Uruguai é, como o Chile, uma imagem do fascismo e dos seus efeitos destruidores. A ditadura de Bordaberry instalou-se com o apoio activo do imperialismo norte-americano. O principal argumento dos homens que suprimiram a liberdade, dissolveram os partidos democráticos, desencadearam uma feroz repressão e tentaram anular todas as conquistas dos trabalhadores era a necessidade de criar condições para um desenvolvimento económico «americana». Os resultados aí estão, à vista do mundo inteiro.

Mas a ditadura fascista está a perder, dia a dia, a batalha contra o povo do Uruguai. Teve de libertar o general Liber Seregni, candidato da Frente Ampla às eleições fraudulentas que levaram à presidência Bordaberry e mostra-se incapaz de conter a ascensão do movimento de massas que a combate. A grande batalha contra a repressão tem agora um objectivo prioritário: a libertação do camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai. A ditadura fascista somente conseguiu aumentar o prestígio do grande patriota. Como bem sublinha a «Carta Semanal do PCU», não é por acaso que o dirigente político da classe operária uruguaia goza de um respeito internacional pouco comum. «Da tribuna — recorda a «Carta» — ou na reunião, do parlamento ou no livro, Arismendi é uma grande figura que analisou em profundidade as causas da dependência do nosso País, que denunciou a opressão imperialista e denunciou em épócos expressivos, a actuação sombria das forças da oligarquia. Toda a sua vida esteve sempre orientada para a procura da unidade popular, para a defesa dos trabalhadores, para a abertura de caminhos que levassem ao progresso da República».

Arrancar esse patriota, esse herói da classe operária uruguaia das garras da ditadura não é apenas tarefa do seu povo e dos seus camaradas. É uma tarefa dos democratas de todas as nacionalidades, dos comunistas de todo o mundo. A exigência da libertação de Rodney Arismendi transformou-se em clamor universal.

A Grã-Bretanha resiste à descolonização

Um dos problemas com inscrição certa na agenda da próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas será o de Belize, território da América Central que se tornou conhecido pelo nome de Honduras Britânica até 1973.

A ONU considera que se trata de uma colónia de tipo clássico e é favorável à sua independência, mas a Guatemala reivindica Belize como parte integrante do seu território. A Grã-Bretanha nega que o regime seja colonial e afirma estar disposta a conceder a independência ao território, desde que o povo assim o deseje.

Belize é realmente uma colónia. Pertence ao império espanhol até que os ingleses ocuparam a região. Durante mais de um século foi colónia da coroa britânica. Depois continuou a ser colónia. Apenas mudou o nome e o estatuto jurídico. O Governo de Londres concedeu a «autonomia política» em 1964 e instalou uma Administração fantoche: um governador nomeado pela rainha, um ministério, uma câmara de deputados e um senado. A independência foi, primeiro, anunciada para 1972, depois para 1973. Mas ficou tudo na mesma.

A pequena colónia tem somente 14 200 km² e uma população de 130 000 habitantes. Mais de 90 por cento dos habitantes são de origem africana ou descendentes de povos ameríndios. Toda a actividade económica é controlada por uma minoria de quatro mil brancos, dos quais mil são ingleses. E, em termos políticos, o que pesa em Londres é a defesa dos interesses económicos desses ingleses. O imperialismo britânico é hoje um colosso com pés de barro. Mas diante dos mais fracos ainda sabe arrastar os dentes. Tivemos a prova há poucos anos quando a Grã-Bretanha interveio militarmente numa pequena ilha das Caraíbas para defender negócios de um punhado de aventureiros. Belize é outro exemplo. Uma colónia inglesa na América Latina em 1974.

Chantagem económica imperialista

A nova lei para o comércio externo dos Estados Unidos e sobretudo a emenda parlamentar que atribui ao Governo amplos poderes para estabelecer restrições às importações desencadearam uma tempestade de críticas em muitos países do Terceiro Mundo. Esse discutido diploma estabelece um tratamento discriminatório para os países exportadores de petróleo e inclui ameaças àqueles que decidam expropriar empresas multinacionais com sede nos Estados Unidos.

Os países árabes não serão, por ora, directamente atingidos, pois nenhum deles exporta produtos manufacturados ou alimentos para os EUA. Muito diferente é a situação dos países petrolíferos latino-americanos. A eliminação das tarifas preferenciais criará graves problemas económicos ao México, ao Equador, ao Peru, à Venezuela e a Trinidad-Tobago.

Kissinger havia deixado transparecer o que agora aconteceu quando, há poucas semanas, apresentou o esboço de um plano para resolver a crise de combustíveis e pediu a solidariedade dos países consumidores de petróleo contra os produtores. A nova lei de comércio externo dos EUA é, na verdade, uma represália contra a política

de defesa dos recursos naturais praticada por certos países do Terceiro Mundo. Mais do que isso, é um desafio à Resolução sobre o sistema geral de preferências aprovado em Nova Delhi durante a II Reunião de Ministros da UNCTAD. Para países como o México (70 por cento das suas exportações são absorvidas pelo mercado norte-americano) a iniciativa dos EUA assume um carácter de pura chantagem e lançará no desemprego centenas de milhares de trabalhadores.

Em 1969, o próprio Nixon reconheceu que todos os vestígios de uma política comercial discriminatória deveriam ser apagados, e que as medidas inspiradas num proteccionismo anacrónico só contribuíam para reforçar as críticas dos países subdesenvolvidos aos Estados Unidos. Mas as promessas foram esquecidas. Washington preferiu voltar à política de represálias contra as pequenas nações empenhadas em defender as suas riquezas naturais. O caloroso apoio dado pela Assembleia Geral das Nações Unidas aos povos que seguem essa linha de independência em face do imperialismo não agradou ao Governo norte-americano. Mas o novo tipo de «diálogo» sugerido por Kissinger e que encontrou a sua forma na lei do comércio externo é uma arma de dois gumes. Não prejudicará apenas países do Terceiro Mundo. As relações comerciais, políticas e diplomáticas dos Estados Unidos com todos os povos serão, no seu conjunto, afectadas.

Os Estados Unidos fecham o cerco à Revolução Peruana

A esperada ofensiva do imperialismo americano contra a Revolução Peruana acaba de iniciar-se com uma ambiciosa manobra que se desenvolve nas frentes diplomática e económica. O governo dos Estados Unidos violou frontalmente o acordo assinado em Fevereiro entre os dois países, sobre as indemnizações concedidas a empresas americanas nacionalizadas. Esse acordo previa o pagamento pelo Peru de 76 milhões de dólares a várias firmas, mas uma das cláusulas esclarecia que a International Petroleum Company, filial da Standard Oil of New Jersey, seria excluída quando o governo americano procedesse à distribuição do total a ser pago. Entretanto, Washington ignorou o espírito e a letra do acordo e incluiu a Standard Oil entre as empresas com direito a indemnizações.

O governo revolucionário peruano reagiu imediatamente e denunciou a iniciativa de Washington como uma provocação e devolveu ao Departamento de Estado a nota com a lista das empresas a indemnizar. Até agora os EUA não responderam ao pedido de explicações, mas a situação tornou-se particularmente tensa, porque o próprio embaixador americano em Lima, William Dean, e mais quatro membros do pessoal diplomático foram acusados de serem elementos da C.I.A. e de estarem implicados nessa conspiração antiperuana.

A gravidade da crise entre Lima e Washington só pode ser entendida em função dos seus antecedentes. A expropriação de todos os bens da International Petroleum Company, em 1968, marcou o rumo da Revolução Peruana. O governo de Velasco Alvarado não só se negou a pagar um centavo à IPC como exigiu dela a restituição do Estado e ao povo peruanos de 690 milhões de dólares (mais de 17 milhões de contos) por usufruto ilegal dos jazigos de petróleo da Brea y Parinas, em Talara. A IPC nem sequer pagava impostos. Com o seu gesto de desafio, ignorando o acordo bilateral de Fevereiro, o governo americano força o Peru a pôr em causa o conjunto desse mesmo acordo que estabelecia, aliás, indemnizações muito inferiores às que as empresas abrangidas pretendiam. Washington parece, assim, querer mobilizar todas essas firmas, cujas tentáculos cobrem a América Latina e boa parte do mundo, contra o Peru. Tende a repetir-se, assim, uma situação semelhante à que se produziu quando a Kennecott tentou e conseguiu embargar as exportações do cobre chileno para países da Europa Ocidental.

O envolvimento do pessoal diplomático americano na provocação contribui para o agravamento das relações, já muito frias, entre os dois governos. A imprensa de Lima publicou os nomes dos cinco elementos acusados de serem membros da C.I.A.: o embaixador Dean, William David, conselheiro; Richard Welch, primeiro-secretário; Raymond Gonzalez, cônsul; e Donald Finberg, director em Lima da chamada Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

Nem um dólar sairá do Peru para a IPC, declarou o presidente Velasco. O embaixador deixou o país sem dar explicações. Washington não desmentiu ainda as acusações e o «Expresso», o principal diário de Lima, acaba de voltar à carga. «O Peru — afirma em editorial — ficaria satisfeito se «m.r.» Dean, da CIA, ficasse nos Estados Unidos».

A reacção prepara na Grécia uma nova ditadura

O projecto da nova Constituição grega vai ser discutido pela Câmara de Deputados que terá de se pronunciar sobre ele antes do fim de Março. O texto preparado pelo Governo define o regime como «uma democracia parlamentar de tipo presidencial». Segundo o primeiro-ministro, Constantino Karamanlis, a aprovação da futura Constituição será «o passo final no caminho da total restauração do Governo democrático abolido pelo golpe dos coronéis, em 1967». Mas a oposição não concorda com esse ponto de vista. O projecto cria um regime autoritário e atribui ao presidente da República poderes comparáveis aos de um rei numa monarquia absoluta. Além de ter poderes legislativos, o presidente disporá de instrumentos adequados para dissolver o Parlamento ou convocar referendos.

Na opinião de Andreas Papandreu, líder do Movimento Socialista Pan-Helénico, a futura Constituição permitirá a existência de um regime totalitário com uma capa parlamentar. O Partido Comunista da Grécia foi mais categórico, ao qualificar o projecto de antidemocrático, reacção e caduco. «Esta Constituição — afirmou num comunicado — abre o caminho para um regime autoritário, despótico, personalista».

A discussão pela Câmara dos Deputados do projecto de Constituição elaborado pelo Governo será uma mera formalidade, devido à ampla maioria com que as forças da reacção contam na Assembleia. Trata-se de um diploma reacção, concebido para servir os interesses da reacção e sobretudo os dos grupos monopolistas e bancários que controlam a vida económica do país. O primeiro-ministro Karamanlis é o porta-voz desses grupos e será o seu instrumento de acção. Por ora, no Governo, mais tarde na Presidência da República. Tudo foi preparado para que o presidente disponha de poderes praticamente ditatoriais. E ele aspira a ser esse presidente, isto é, o futuro ditador.

As eleições gregas não resolveram, infelizmente, os problemas do povo da Grécia em luta por uma verdadeira democracia. O poder económico continua nas mãos da reacção, que dispõe também do poder político e procura reforçá-lo através de instrumentos institucionais adequados. O Partido irmão da Grécia exprime uma evidência ao advertir as massas de que a nova «Constituição abre caminho para um regime autoritário, despótico e personalista». A reacção, manobrando com grande habilidade no campo eleitoral, conseguiu o que pretendia: dar uma cobertura democrática a um regime que, no essencial, não passa de uma farsa democrática. A última palavra, porém, será do povo grego.

A República Democrática do Vietnam ganha uma nova batalha

Quebrando o seu tradicional silêncio sobre tudo o que se passa na República Democrática do Vietnam, os órgãos de Informação conservadores da Europa Ocidental divulgaram nos últimos dias do ano alguns números reveladores da extraordinária obra de reconstrução empreendida na pequena e heróica nação asiática. A produção industrial foi, em 1974, superior em 15 por cento à de 1973 e o esforço realizado no sector energético alcançou tanta profundidade que o fornecimento de energia eléctrica bateu todos os recordes, excedendo em 66 por cento o máximo registado antes do início dos bombardeamentos americanos.

O Vietnam continua a dar lições à Humanidade e particularmente aos países cujos Governos e classes dominantes teimam, contra os factos, em sustentar uma pretensa superioridade do capitalismo sobre o socialismo. Enquanto os Estados Unidos enfrentam a maior crise económica dos últimos 45 anos, enquanto na Europa Ocidental há quatro milhões de desempregados, enquanto o Governo de Tóquio reconhece o malogro do «milagre japonês», enquanto as nações capitalistas da Ásia Oriental imploram ajuda para fazer frente à fome e à miséria das populações, a República Democrática do Vietnam alcança, na sua obra de reconstrução, os mais altos índices de crescimento económico do continente asiático. Nenhum povo foi jamais alvo de uma tentativa de genocídio tão cientificamente preparada e executada com armas tão destruidoras. Mas a RDV ganhou a guerra e agora está a ganhar a batalha da paz na frente económica, como em todas as demais. A RDV é uma imagem de superioridade do socialismo sobre o capitalismo.

Na Eritreia, a guerra colonial prossegue

Na Etiópia a situação continua confusa. O novo Conselho Militar anunciou em Adis-Abeba que o país enveredará pela via socialista e que desenvolverá todos os esforços necessários para a construção de uma

sociedade assente na justiça económica e social. O Conselho reafirmou também o seu propósito de encontrar, através de negociações, uma solução pacífica para o problema da Eritreia. Mas, contrastando com o tom pacífico dessas afirmações, o Comando Militar do Norte, que dirige as operações contra os combatentes que lutam pela independência da Eritreia, emitiu um comunicado inquietante. «Como a nossa política da paciência não conseguiu produzir os resultados pacíficos que esperávamos — salienta no documento —, de que vale a paciência? Devemos modificar a nossa atitude pacífica».

Osman Sabbi, secretário da Frente de Libertação da Eritreia, um dos movimentos que lutam pela independência, exigiu novamente a independência do território. «Vamos passar do campo da guerrilha — disse — para o da guerra entre dois exércitos.» E esclareceu que a FLE dispõe agora armas antitanques e anti-aéreas.

As informações das agências noticiosas sobre a Etiópia continuam a ser extremamente contraditórias. O único facto que não sofre contestação é a existência da guerra. A Eritreia, independentemente do estatuto de autonomia, é tratada como uma colónia. Nesse aspecto, a atitude do actual Conselho Militar não difere muito da que adoptava o Governo de Haile Selassié. Não há negociações com os movimentos nacionalistas, mas apenas com as forças que na Eritreia reconhecem a legalidade da situação vigente. O apoio dispensado pela imprensa de língua italiana da capital eritreia ao diálogo do Conselho com chefes tribais e religiosos apenas demonstra que as forças conservadoras da tradição colonialista estão ao lado dos novos detentores do poder político e militar.

Um país cujos governantes afirmam ter a intenção de construir uma sociedade socialista não pode, sem desmentir essas mesmas intenções, ignorar a existência de uma situação colonial. Acabar com a guerra na Eritreia deveria ser a sua primeira preocupação. E para isso é indispensável reconhecer o direito do povo eritreu à independência. O socialismo não se constrói com palavras.

Mau fim de ano para Franco

Para certos órgãos da desinformação da Espanha, o acontecimento mais importante dos últimos dias foi a constipação de Franco. Dir-se-ia que no país irmão tudo corre às mil maravilhas, num ambiente de festa, próprio da época.

A realidade é, porém, muito diferente. Em Espanha ocorreram muitas coisas importantes, esquecidas, deturpadas ou pouco valorizadas pela imprensa franquista. Nos estaleiros do Ferrol, pertencentes ao Estado, 6000 operários entraram em greve. Em Cadiz, também nos estaleiros, 3500 trabalhadores reconhecem uma greve para impor reivindicações salariais. A direcção respondeu com um lock out, «solução» provocatória a que o patronato espanhol está recorrendo com frequência, mas sem êxito. Na Navarra várias empresas suspenderam milhares de operários. Em Madrid, a revista «Posible» foi apreendida por conter material político considerado «subversivo».

O movimento de apoio à campanha pela amnistia aos presos e exilados políticos prossegue, entretanto, em todo o país. A Ordem dos Arquitectos das Vascongadas e Navarra decidiu apoiar o documento da Comissão de Justiça e Paz que já conta com mais de 160 000 assinaturas. Os advogados de Bilbao, reunidos em assembleia extraordinária, decidiram também enviar ao Governo uma petição sobre a amnistia.

Como se verifica, a última semana do ano não foi tranquila em Espanha. A luta do povo espanhol contra o regime franquista intensifica-se e participam nela democratas de todas as tendências. Na frente económica, as coisas também vão mal para a ditadura. O Governo não se atreve mais a falar do «milagre económico». Não há expansão; há crise. O défice da balança comercial aumentou 88 por cento em relação a 1973. A constipação de Franco, as dores do velho «caudilho» fascista são um reflexo da incapacidade do regime para restabelecer, em seu benefício, uma situação que não se mostra capaz de controlar. A ditadura franquista teve um mau fim de ano. Esperemos que 1975 fique a assinalar a sua destruição.

As ameaças de Israel

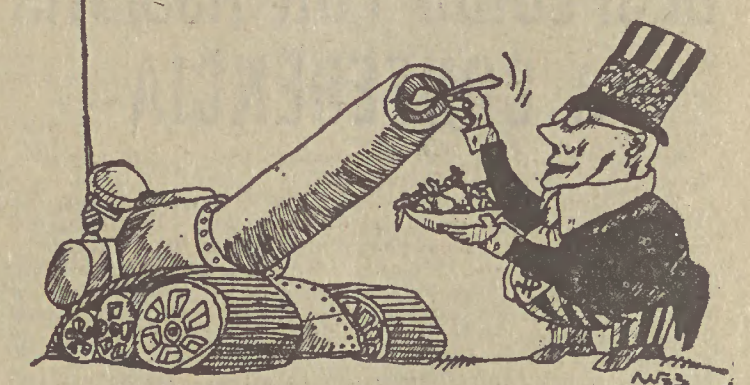
Nos últimos dias do ano aumentou a tensão no Médio Oriente. Em menos de 24 horas, o primeiro-ministro de Israel pronunciou dois discursos extremamente agressivos. «Ninguém poderá forçar-nos — afirmou em tom de desafio — a recuar para qualquer das posições que tentacionamos manter.» E para deixar claro que o governo de Tel-Aviv não está disposto a um diálogo construtivo, mas apenas desejoso de impor condições inaceitáveis, Yitzhak Rabin acrescentou que «qualquer negociação com os Estados árabes será feita a partir de uma posição de força militar e de uma potência como Israel nunca teve no passado». Terminou prometendo uma «vitória brilhante» garantida pela potência militar israelita.

A arrogância não ficou nas palavras. Na própria véspera de Natal a artilharia israelita bombardeou várias aldeias do Sul do Líbano destruindo casas e campos cultivados.

A situação tornou-se tão grave que o presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford, reconheceu em Washington, que há grandes possibilidades de uma nova guerra no Médio Oriente.

O que o presidente Ford não explicou foi a razão pela qual esse risco de guerra é tão real e a linguagem do primeiro-ministro de Israel se tornou tão agressiva que lembra a dos marechais de Hitler. Mas aquilo que o presidente dos Estados Unidos não quis confessar foi dito sem rodeios por Zuhair Mohsen, chefe do departamento militar da Organização de Libertação da Palestina. A quinta guerra israelo-árabe está iminente — acentuou — porque «os EUA forneceram a Israel armas em número bastante para 25 dias de guerra inintermitente. (...) Enquanto Israel insistir na corrida às armas para manter a sua superioridade militar em relação ao mundo árabe, não haverá paz, mas antes guerras».

Israel recusa-se a negociar com base na Resolução de Novembro de 1967 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Negase a restituir territórios ocupados pela força das armas. O Egipto tem afirmado insistentemente que uma nova retirada israelita constituiria um passo



preliminar para o restabelecimento da Conferência de Genebra e para a paz no Médio Oriente. Israel responde bombardeando o Líbano indefeso, começa a falar do seu poderio nuclear e promete vitórias de estilo hitleriano.

Essa arrogância confirma a realidade do perigo de uma nova guerra. Mas é também uma bravata gratuita. Os antigos passelos militares no Médio Oriente acabaram para Israel. Em 1972 as suas tropas sofreram duras derrotas. Graças à ajuda dos países socialistas, e particularmente da União Soviética, os exércitos árabes puderam enfrentar, pela primeira vez, em condições de igualdade o aparelho militar do Estado sionista. E os últimos encontros de governantes sírios e egípcios com dirigentes do Partido e do Estado soviético confirmaram que a solidariedade fraterna da URSS aos povos árabes será mantida e reforçada.

NOVIDADE

OS CAPITÃES

ANALISE CRITICA DA SUA FORMAÇÃO

pelo Tenente-Coronel LUIS ATAIDE BANAZOL

Esc. 30\$00



EDITORIA

R. da Misericórdia, 67. 2.º Esq.

LISBOA

CONFERÊNCIA DOS CAMPOSES DO NORTE

CONT. DA PAG. 1

adesão ao PCP, salientando-se igualmente que estava aberta a todos os que quisessem colaborar na discussão e procura de soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem respostas imediatas.

Como desde há muitos anos a nossa agricultura está em crise não só devido aos processos arcaicos de cultivo, mas também à exploração crescente que se faz sentir naquele ramo de actividade, em que o trabalho dos camponeses apenas serve para aumentar os lucros dos intermediários e dos grandes proprietários rurais, igualmente desde há muito que o Partido Comunista Português vem lutando contra esta exploração, não só através dos seus militantes mas também por intermédio da sua imprensa — «Avante!», «O Camponês» e «A Terra» — que mesmo no tempo em que se viu forçada a clandestinidade nunca deixou de alertar as massas trabalhadoras dos campos para os problemas que as afligiam.

Agora, nesta nova fase da vida do nosso Partido, a agricultura e as soluções necessárias para melhorar a vida nos campos eram assuntos que não podiam deixar de merecer uma atenção redobrada. Depois das sessões de esclarecimento nas aldeias e das jornadas de Agosto, em Braga, a Conferência dos Camponeses do Norte, em que estiveram presentes centenas de pequenos e médios agricultores e assalariados rurais, é a prova do interesse que o nosso Partido tem em resolver os problemas do povo trabalhador de acordo com os interesses e as soluções apresentadas por este.

Viver à custa do seu trabalho

A Conferência dos Camponeses do Norte, efectuada no domingo passado, no Porto e a prova de que a actividade do Partido Comunista Português não se limita a simples declarações, antes põe em prática todo um trabalho que realmente possa corresponder aos interesses dos trabalhadores.

Muito antes das nove horas da manhã eram já numerosos os participantes da conferência que se aglomeravam no Liceu Rodrigues de Freitas onde os trabalhos das várias secções iriam decorrer durante todo o dia.

Abriu os trabalhos um plenário no anfiteatro do liceu e no qual foram expressos os objectivos da Conferência dos Camponeses do Norte. A mesa que presidiu a estes trabalhos era constituída pelo camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, e das camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Comité Central; Angelo Veloso, do Comité Central e membro da DORN; Margarida Tencarrinha, suplente do Comité Central e membro da DORN; e António Bica, membro da DORN. A mesa contou também com a presença de Luís Camilo, Fernando Outeiro, Ricardo Moura, Otília Bica, Fernando Almeida, Amadeu Leandro, Joaquim Alves da Silva, Fernando José Gonçalves Quintas, António Chaves, Anselmo Moutinho, Modesto da Silva e José Costa, respectivamente pequenos e

médios agricultores de várias regiões do Norte do País que desempenham funções ou em Juntas de Freguesia ou nas Associações de Pequenos e Médios Agricultores, já criadas em diferentes localidades, e ainda, João Moreira Veiga, assalariado agrícola.

«Os pequenos e médios agricultores, que cultivem terras próprias, quer arrendadas, vivem do seu trabalho na terra e não à custa de rendimentos obtidos pelo trabalho dos outros» — começou por declarar António Bica, membro da Direcção da Organização Regional das Beiras do PCP e da Comissão do PCP para o Trabalho Camponês do Norte, durante a saudação que proferiu na abertura do plenário.

Seguidamente aquele camarada referiu que o Partido Comunista, como partido da classe operária e de todos os trabalhadores do nosso país, sempre defendeu o seu programa uma reforma agrária que garanta melhores condições e segurança de vida para os que vivem do seu próprio trabalho nos campos, recordando que o PCP dirigiu em todo o Norte, durante o fascismo, as lutas dos agricultores para o não pagamento e extinção da taxa do vinho, a recuperação dos baldios usurpados pelos Serviços Florestais e pelos caciques locais, contra o corte das videiras americanas dos pequenos e médios produtores e outras lutas com ampla participação popular e que se saldaram em importantes vitórias dos agricultores na defesa dos seus direitos.

«Tornar possível um amplo debate»

Proseguindo, o camarada António Bica afirmou que apesar das mentiras e calúnias que os grandes proprietários e senhores locais lançam contra o Partido Comunista Português, este tem desfeito pacientemente as mentiras e ganho a confiança de cada vez mais largas camadas de camponeses que apesar de não serem militantes do Partido sabem que ele luta pela defesa de todos aqueles que vivem do próprio trabalho e que sofreram e sofrem ainda as duras condições de vida a que a exploração do regime fascista os lançou.

Referindo depois que a discussão e conhecimento dos problemas complexos que preocupam e afligem todos os homens e mulheres que vivem do seu trabalho como agricultores, e alguns deles a exigirem urgente solução, deve ser feita o mais aprofundado e possível e com a maior participação colectiva, o camarada António Bica acrescentou:

«Convocou-se, por isso, esta conferência para tornar possível um amplo debate daquelas problemas que mais de imediato preocupam os agricultores. Não é uma conferência do Partido Comunista de camponeses e de agricultores, pequenos e médios, que vivem do seu trabalho na terra e de assalariados agrícolas.

«Se é o Partido Comunista Português a convocá-la é porque é e foi o nosso Partido que sempre esteve e continua a estar na vanguarda da luta por melhores condições de vida para os que vivem do seu próprio trabalho. Pois se do trabalho é que sai a riqueza, como é que se pode

aceitar que na maior parte das vezes sejam aqueles que menos fazem que vivem melhor?»

Trisando depois que a grande participação verificada na Conferência dos Camponeses do Norte é o sinal de que as forças reaccionárias que procuram atirar os camponeses contra o PCP com as mais infames e desavergonhadas mentiras, são cada vez menos capazes de manterem o povo enganado pela ignorância e pelo medo, aquele camarada terminou, declarando que «a democratização das zonas rurais passa pela libertação dos camponeses do domínio económico que sobre eles exercem, directa ou indirectamente, os grandes senhores e caciques locais; e a libertação desse domínio económico só é possível se se criarem rapidamente condições económicas para os pequenos e médios agricultores e assalariados tenham uma vida mais desafogada sem necessidade de dependência pessoal dos senhores locais.»

«Tomai a solução dos vossos problemas nas vossas mãos»

A presença do camarada Alvaro Cunhal na Conferência dos Camponeses do Norte significou o grande interesse que o nosso Partido tem na discussão pelos camponeses dos seus problemas. Referindo-se ao encontro que dentro em breve se iria efectuar, o secretário-geral do Partido Comunista Português afirmou:

«Camaradas, amigos: pedem-me para dizer algumas palavras neste momento. Mas com muita dificuldade posso falar-vos.

«O Partido Comunista não pretende ensinar os camponeses. Pretende por um lado transmitir-lhes a sua experiência e, por outro lado, aprender com eles e, se tomou a iniciativa deste encontro, não é porque tenhamos na mão soluções para vos apresentarmos mas porque queremos saber das vossas bocas, quais são os problemas dos campos e quais são os vossos entender também as soluções para esses problemas.

«Muitas vezes se tem dito que o Partido Comunista pretende impor soluções. E que soluções? Muitas vezes os todos sabem, dizem que se alguma vez o Partido Comunista chegasse ao Poder sozinho, prejudicaria bastante os interesses dos pequenos e dos médios agricultores. Todos conhecemos as calúnias que se inventam, dizendo que o Partido Comunista vai arrancar as terras aos camponeses, tirar-lhes as casas e impor outras coisas semelhantes.

«Pois bem, o que nós dizemos aos pequenos e aos médios agricultores é o seguinte: tei, dizai-vos o que é necessário fazer para defender os vossos interesses. O que é necessário fazer para resolver os vossos problemas. Tomai a solução dos vossos problemas nas vossas próprias mãos. Podeis vos próprios decidir do vosso futuro.

«E esta a nossa posição fundamental em relação à discussão dos problemas do campo e, ao tomarmos a iniciativa deste encontro, ao tomarmos a iniciativa de fazermos reuniões separadas em que se estudem os vários problemas com a vossa participação com a vossa opinião que nós pretendemos na verdade é aprender convosco para resolvermos os problemas da agricultura, para resolvermos os problemas dos pequenos e dos médios agricultores.

«Por isso não é neste momento a mim que me compete falar mas a vós próprios que ireis falar nas comissões ou nas sessões de trabalho em que participais.

«No fim, depois de vos termos ouvido, poderemos, talvez, dizer coisas mais acertadas, o que neste momento, no início dos nossos trabalhos.»

Por último usou da palavra a camarada Margarida Tencarrinha que deu conta dos objectivos da conferência, realçando a sua importância para o encontro de soluções urgentes para os

problemas que afligem a agricultura nacional e explicou o modo de funcionamento dos trabalhos.

Cinco horas de debate

As salas do liceu encheram-se então de pequenos e médios agricultores, assalariados agrícolas e muitas outras pessoas interessadas na discussão dos problemas.

Os temas em debate eram: doze: impostos, taxas, licenças, foros e outras formas de tributação que sobrecarregam os pequenos e médios agri-

cultores. Não podemos viver sem ser em associações onde os homens da terra discutam abertamente as suas realidades. Para isso só temos o caminho de cooperativas ou outras associações. O grupo de trabalho em que estive hoje estudou a fundo os problemas que cada agricultor apresentou. Agora só falta que seja o Governo a apoiar o nosso trabalho e as nossas necessidades, pois temos de estar todos conscientes de que se não forem postas em prática pelo menos as soluções mais importantes, nunca fazemos frente à realidade.

Portanto, há que banir os intermediários que vivem a parasitar do trabalho dos que trabalham. Também temos o problema da semente que os grémios falsificam ou quando é comprada pelos intermediários. Não podemos importar batata do estrangeiro porque as nossas terras não são todas iguais e quando compramos por exemplo, batata de semente estrangeira não temos a certeza se ela vai produzir ou não.

Por último manifestou a opinião de que a iniciativa deveria continuar.

Para que a gente sinta o que é a democracia

Serafim Cabral, de Celorico da Beira, que como o anterior agricultor participou no grupo de trabalho sobre política de preços manifestou a seguinte opinião sobre a realização da conferência:

«Esta conferência mostrou mais claramente a todos os seus participantes, vindos das mais diferentes regiões do Norte, a verdadeira dimensão dos seus problemas contra uma política que foi sempre de apoio aos grandes monopolistas deste País. Todos ficamos conscientes de que só as soluções que aqui apontamos servirão os problemas que trabalham a terra e vivem dela. Temos de continuar a discutir os nossos problemas democraticamente como hoje aconteceu, e, além disso, fazer ver ao Governo que a aplicação de uma nova política de preços, circuitos de comercialização e outras medidas são tão urgentes como mostrar às pessoas o que significa a democracia em toda a parte, especialmente nos campos. Para que a gente sinta o que é democracia temos de acabar com as formas que nos exploram e estudar formas de associação onde nos camponeses e pequenos agricultores, possamos, ser realmente pessoas a trabalhar com condições melhores. Concordo inteiramente com as soluções que em conjunto se estudaram, mas precisamos do apoio das Forças Armadas para elas se levarem à prática.»

A esmagadora maioria das opiniões dos participantes referiram sempre a validade e a oportunidade da Conferência e as opiniões discordantes que houve, para além de representarem uma minoria, diziam respeito a questões de pormenor. Mas em todas as salas ficou bem expresso o desejo que os pequenos e médios agricultores têm de ver resolvidos os seus problemas mais imediatos, terminando assim a exploração de que são vítimas por parte de intermediários e grandes proprietários ao mesmo tempo que se elabora uma política que tenha em conta as situações desfavoráveis de molde a resolvê-las.

O plenário de encerramento Algumas das reuniões dos grupos de trabalho devido ao interesse manifestado pela assistência, prolongaram-se para além das 17 horas, limite programado, e só depois é que as respectivas mesas elaboraram as conclusões aprovadas em cada secção. Este facto resultou num ligeiro atraso em relação ao plenário de encerramento onde as mesmas conclusões foram lidas.

No anfiteatro do liceu, completamente cheio, em que a

prioridade de assistência foi dada aos camponeses presentes, começou pelas 19 e 30 o plenário de encerramento da Conferência dos Camponeses do Norte, a que presidiram as mesmas pessoas que constituíram a mesa do plenário inaugural.

Usou primeiro da palavra a camarada Margarida Tencarrinha, que acentuou ter sido a Conferência um facto importantíssimo para os agricultores do Norte, que, pela primeira vez, discutiram os seus problemas em grupos de trabalho com o fim de eles próprios procurarem caminhos para as soluções mais convenientes. Frisou a seguir que alguns problemas foram discutidos por dezenas e dezenas de participantes, outros por número mais escasso, pelo que se deveria ter em conta que o apuramento de alguns problemas não poderia ir tão ao fundo como aconteceu com outros referindo que o material elaborado na Conferência deve ser considerado como um primeiro apuramento que avança o caminho para o estudo aprofundado dos temas em debate e que as conclusões dos diferentes grupos de trabalho — lidas no final — são uma contribuição muito importante para o desenvolvimento do movimento dos pequenos e médios agricultores em defesa dos seus interesses.

O PCP não tem nenhuma intenção de impor soluções

Antes da leitura das conclusões, o camarada Alvaro Cunhal, que durante toda a Conferência assistira aos trabalhos das diferentes secções acentuou que as mesmas avançaram bastante para a resolução dos problemas e que seria pena que as conclusões que aqui foram tiradas nos grupos de trabalho não intervissem o mais rapidamente possível na vida

quenos e médios agricultores». E acrescentou:

«Quando aqui se concluiu que os arrendamentos devem ser por escrito e pagos em dinheiro, isto independentemente da superfície das explorações, ao contrário do que estabelece o projecto-lei, que tornava esse preceito apenas válido nas explorações de mais de cinco hectares, e, aqui, o grupo de trabalho respectivo concluiu que deveria essa disposição ser aplicada indiferentemente a todas as explorações agrícolas independentemente das áreas dessas explorações como no caso do Norte, em que a grande maioria, para não dizer a totalidade das pequenas explorações, estão abaixo dos cinco hectares, portanto, creio que essas conclusões relativas à Lei do Arrendamento devem ser conhecidas devem intervir para que a Lei do Arrendamento as reconheça. E acho que é possível que a maior parte delas senão todas, possam vir a ser reconhecidas na Lei do Arrendamento se os pequenos e médios agricultores lutarem por isso não apenas nas conclusões aqui tiradas num grupo de trabalho nesta Conferência, mas se nos vários sítios, nas várias localidades aprovarem moções nesse sentido e procurarem encaminhá-las para as forças políticas e para o Governo de forma a que essas suas opiniões sejam respeitadas e sejam atendidas.»

Frisou entretanto que existem conclusões que devem merecer um exame mais aprofundado, porquanto os interesses dos pequenos e médios agricultores não se podem separar dos interesses do resto da população, e sublinhou depois que os pequenos e médios agricultores têm sido grandes vítimas no nosso país de uma exploração que lhes vem de muitos lados, e exemplificou: «Nós dizemos que o operário industrial tem um explorador que é o capitalista que o explora e que é



O camarada Alvaro Cunhal falando no Plenário

cultores; o regime de arrendamento rural; os baldios e a produção de madeira; produção e comercialização do leite, carne e ovos; produção e comercialização da batata; os baldios e o arrendamento rural.

«Fiquei bastante satisfeito com as conclusões que aprovamos no final deste dia de trabalho sobre os problemas dos agricultores», declarou Dinis Cabral de Figueira de Castelo Rodrigo, que também participou no grupo de trabalho acima referido. Acrescentou a sua confiança «em que o Governo e o MFA tudo farão para pôr em prática o que os trabalhadores do campo consideram prioritário para uma vida melhor. Serviu este trabalho para esclarecimento de muitos que ainda têm medo de dizer que são os grandes proprietários e que tinham regalias e nos confiavam a explorar. Os grémios, tal como existiam, não poderão mais funcionar se não forem beneficiados de que trabalham a terra incansavelmente.»

Alguns temas mereceram uma grande afluência por parte dos agricultores, tornando-se as salas pequenas para conterem a grande quantidade de pessoas que queriam ouvir o debate ou mesmo intervir com as suas opiniões. Estiveram neste caso os grupos de trabalho da produção e comercialização do vinho, cuja discussão se prolongou para além da hora estabelecida previamente para o encerramento; produção e comercialização do leite, carne e ovos; produção e comercialização da batata; os baldios e o arrendamento rural.

Os trabalhos das várias secções começaram por volta das 10 horas da manhã e depois de um intervalo para refeição continuaram durante a tarde, até às 17 horas, sendo então elaboradas as conclusões finais para serem apresentadas no plenário de encerramento.

O interesse verificado pela Conferência dos Camponeses do Norte foi um grande êxito. De hora a hora chegavam mais interessados, principalmente pequenos e médios agricultores. Muitos faziam perguntas e solicitavam esclarecimentos discutindo-os, criticando-os, o que proporcionou uma vivacidade e uma participação muito grande em quase todas as salas.

«Há que banir os intermediários» Para o agricultor Hilário Varzim, de 35 anos da Póvoa do Varzim, a conferência significou um ponto importante para a resolução dos problemas agrícolas e referiu os problemas específicos da sua zona, abastecedora de uma grande região do País, no que respecta à produção de cenouras e cebolas, acrescentando:

«Estávamos a vender a cebola a 1350 e vamos encontrá-la a venda no Pombal por 7550 e a 8 escudos por quilo, sem que o produtor ou o consumidor ganhe nada com isso. Esta conferência é um passo importante para a resolução dos problemas que já apontei e temos esperança nas decisões do Governo quanto à aplicação das propostas aqui aprovadas. Ninguém as pode-

«Demos um passo importante» Manuel Veloso, pequeno agricultor do Minho, participava no grupo de trabalho que discutia a liquidação dos Grémios da Lavoura e das suas Federações. Relativamente ao encontro que estava a viver afirmou:

«Só lamento que ninguém tenha tido há mais tempo uma iniciativa destas para possibilitar aos camponeses a consciência dos seus problemas. Sabemos que esta conferência não será o suficiente para a resolução de todos os problemas dos campos mas ao mesmo tempo sabemos que demos um passo importante.»

Pela primeira vez, depois de 48 anos de opressão fascista, os pequenos e médios agricultores do Norte puderam discutir ampla e aprofundadamente os seus problemas mais graves e mais urgentes, na Primeira Conferência dos Camponeses do Norte.

Convocada e organizada pelo Partido Comunista Português, a conferência excedeu todas as expectativas. Centenas de camponeses participaram nela: cerca de 400 no início e 600 no período final dos trabalhos.

Acorreram ao Porto camponeses vindos dos distritos do norte do Mondego — Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Porto, Braga, Vila Real — representando as regiões onde se localizam as principais produções agrícolas do Norte.

Cerca de 80 por cento dos participantes eram camponeses pobres (rondreiros e pequenos proprietários), dos quais vários eram dirigentes e membros das APMA (Associações de Pequenos e Médios Agricultores), do MOLA e das cooperativas agrícolas de produção e comercialização.

É de realçar a grande participação, vivacidade e agudeza das



Plenário de encerramento: toda a atenção para as conclusões

política nacional de forma a contribuírem para a justa decisão dos problemas dos pe-

o dono da fábrica mas o pequeno agricultor é explorado por mais gente. Por exemplo, um rendeiro é explorado pelo grande proprietário é explorado por aquele que empresta o dinheiro é explorado pelo grande comerciante, quer dizer, é explorado por todos os lados, enfim, é beneficiado muito pouco. O pequeno agricultor, seja proprietário seja rendeiro, seja parceiro tem sido uma das grandes vítimas da exploração capitalista. E tem assim como o médio agricultor um grande papel a desempenhar na construção do Portugal democrático.»

A terminar, o camarada Alvaro Cunhal afirmou que da parte do Partido Comunista Português não há «nenhuma intenção de impor soluções aos pequenos e médios agricultores em qualquer situação que seja da política portuguesa. Não haverá problemas que lhes digam respeito que tenhamos qualquer intenção de resolver sem saber qual é a opinião dos próprios interessados. E no que respecta a este encontro e no que respecta ao futuro de Portugal pensamos que os pequenos e médios agricultores têm um papel importantíssimo a desempenhar papel esse cuja perspectiva é fortalecida pela realização deste encontro e que certamente, devemos ter confiança nisso, será mais reforçada com o trabalho que todos iremos realizar a partir daqui, junto das grandes massas de pequenos e médios agricultores em todo o País.»

O plenário terminou, depois de lidas as conclusões com o hino nacional cantado por todos os presentes.

DESPEDIDO POR ASSISTIR À CONFERÊNCIA

António Pinto Neves, assalariado agrícola, trabalha na Quinta do Sol, em Valbom (Gondomar), propriedade do Dr. Joaquim Pinto Ribeiro, director da Associação dos Portos do Douro e Leixões. Como centenas de outros trabalhadores agrícolas, no domingo passado esteve presente na Conferência dos Camponeses do Norte que o nosso partido promoveu.

Num ambiente democrático, em que todas as opiniões foram ouvidas e discutidas, aquele trabalhador tomou conhecimento das soluções propostas para terminar com a exploração e o despotismo que reinam nos campos e que não o atingem só a ele mas a milhares e milhares de assalariados rurais e pequenos e médios agricultores.

Quando regressou a casa teve a prova que a reacção, apesar de estrebar, não se dá por vencida. A esposa do proprietário, enfurecida, segundo conta, deu-lhe ordem de despedimento e chamou-lhe nome afirmando que ele fora à conferência «para queimar o marido mas que se queimou bem».

Convém recordar que o proprietário, dr. Joaquim Pinto Ribeiro, durante as eleições presidenciais de 1958 perseguiu toda a gente de Valbom que ajudava a candidatura do general Humberto Delgado e que todas as suas atitudes posteriores indicavam a simpatia que tinha pelo regime fascista.

O trabalhador despedido pela esposa do proprietário amanhã seis hectares de terreno e ganha 85500 por dia com os descontos. Para além disso trabalha 16 horas diárias durante toda a

semana, incluindo domingos e feriados.

Compreende-se, pois, que não houvesse muito interesse em que o trabalhador fosse assistir à conferência, em primeiro lugar porque foi um domingo em que não trabalhou e, depois, porque havia o perigo de terminar de vez a exploração.

Este é bem o exemplo de uma situação que tem de terminar, principalmente no Norte, onde o caciquismo ainda reina e os grandes senhores pensam que o feudalismo não terminou, permitindo-lhe dispor a seu bel-prazer daqueles que necessitam de trabalhar para viver.



Nos bancos do liceu, os camponeses debateram os seus problemas

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial "Avante!"

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44—Série VII—N.º 35
3 de Janeiro de 1975

SUPLEMENTO

CENTROS

Redacção/Administração - Av. Santos Dument, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 - a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SECVLO»



VENCER AS MASMORRAS, CONTINUAR O COMBATE

A FUGA DE PENICHE

Há quinze anos a fuga de Peniche.

Primeiro aniversário passado nesta nova fase de luta em que o nosso Partido se afirma como catalisador da esperança e vontade populares. Hoje, 3 de Janeiro, no décimo quinto aniversário da fuga de Peniche, momento vitorioso da resistência antifascista, as palavras do grande combatente da liberdade, Pablo Neruda, são, mais do que nunca, uma mensagem do internacionalismo proletário: «Navega Portugal a hora chegou, levanta a tua estatura de proa e entre as ilhas e os homens volta a ser caminho.»

Este novo caminho que trilhamos após o 25 de Abril foi desbravado através do longo e incessante combate das massas populares enquadradas pelo nosso Partido contra o fascismo. A fuga de Peniche, a 3 de Janeiro de 1960, constituiu um marco histórico desse combate. Nove das camaradas mais destacados do nosso Partido participaram desta célebre evasão: Alvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Guilherme de Carvalho, Pedro Soares Carlos Costa, Rogério de Carvalho e José Carlos.

No próprio dia da fuga, os camaradas evadidos, em saudação ao Partido e ao Povo Português, afirmariam:

Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos, antes de mais o nosso Partido e o Povo Português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje, na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade.

Saudamos todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideologia ou crença religiosa; saudamos todas as forças e correntes anti-salazaristas, salientando a importância e a urgência da unidade, como condição fundamental para a solução do problema político português.

O povo regozija-se com a fuga...

Peniche, 3 de Janeiro de 1960. Cerca de 20 horas e 30 minutos. Domingo, dia de futebol que ainda acende discussões nas esquinas do bairro dos pescadores, ali mesmo junto do campo da bola. Nesse campo a essa hora vão desembocando em grupos de dois e três, os camaradas evadidos e o guarda republicano José Jorge Alves, elemento precioso desta fuga.

Entre os grupos, mais do que um pescador se apercebe do sucedido. Rompem-se as conversas por instantes. Pesa de espanto e angústia essa pausa súbita. Mas logo se reatam as vozes, forçado o tom. Ninguém viu ninguém sabe. Entre os pescadores, desviam-se os olhos que se fitam na solidariedade comum do mesmo silêncio. Aliam-se, no entanto, os rostos quando do vulto dos evadidos não há sinal e só visível na noite, o lençol pendurado na muralha da fortaleza é um desafio presente.

Ninguém viu, ninguém sabe. Não trocamos palavra sobre o assunto. Mas demonstramos mais a despedida — diz-nos um velho pescador que dessa noite conserva memória viva. — Animávamo-nos à medida que o tempo passava e nada de alarme. Houve um certo pânico quando se ouviu aquele barulho. E despedimo-nos à pressa, cada um a meter-se em casa. Não sei se dormiram. Eu passei a noite a fazer «cruzes, canhotos», à ideia de apanharem os fugitivos. Não sabia quem fugira. Quando veio notícia dos nomes, não cabíamos em nós de contentes. Não sabíamos de política. A nossa política era a falta de pão, a miséria do salário. Calávamos a boca e fingíamos não ver a vergonha da terra, a fortaleza mesmo aqui a apontar o destino de quem protestasse. Mas sabíamos quem era Alvaro Cunhal e o respeito que lhe tínhamos. E aos outros do vosso Partido. Por isso não cabíamos em nós de contentes. E como as coisas não podiam dizer-se às claras, inventou-se modos de contar em todo o País. Na faina, no porto, na taberna, dizíamos: «Consta que fugiu uma equipa de futebol com o guarda-redes», ou então: «Salazar está doente, levou dez unidades de penicilina.» E bebíamos à novidade. Os que tinham visto sentiam uma ponta de vaidade. Nunca passou pela cabeça dizer o que tínhamos visto. Mas até olhávamos a fortaleza mais animados. «Quem foi, quem foi que saltou essas muralhas?» pensávamos e, no meio do medo, era um gozo ver a movimentação dos

guardas e da polícia, tudo de cabeça perdida.

Estas palavras de um pescador da terra, sintetizam o apoio e o entusiasmo populares em todo o País pela fuga dos camaradas. Verdadeiro acontecimento político nacional comemorado em todo o lado, nas barbas da polícia, toda ela mobilizada para um desusado aparelho repressivo, montado de lesões do País. Alguns correspondentes do «Avante!» dão notícia do regozijo popular. Por todos os lados se falou e se fala ainda na evasão dos nossos camaradas. Nas fábricas, nos cafés e nos mais variados pontos de reunião. Em vários lados foram abertas garrafas de champagne, beber-se e fizeram-se saúdes, etc. Os telefones tocaram e houve quem telefonasse para todos os seus conhecidos a comunicar a fuga. Houve lágrimas de pessoas simples, de trabalhadores, etc. Houve abraços e beijos em plena rua. Várias pessoas, ao terem conhecimento da fuga, correram a dar a notícia, a quererem ser os primeiros. Numa fábrica, perante os grupos e os grupinhos que se formavam o patrão mandou parar as máquinas e quis saber o que se passava (nosso correspondente do Porto «Avante!» da 2.ª quinzena de Janeiro de 1960). Do Sul, escreve um nosso correspondente: Por toda a parte os trabalhadores dão largas ao seu entusiasmo e alegria. Em muitos pontos houve discursos e beber-se mesmo uns copitos a mais.

Nos dias a seguir a 3 de Janeiro em muitos lados foguetes são lançados ao ar. Nos centros operários de Alameda e Barreira, Marinha Grande e Sacavém, a vontade de luta revitaliza-se. O nome de Alvaro Cunhal e dos companheiros anda de boca em boca. É uma mensagem de vitória sobre a repressão fascista. É uma mensagem de incentivo da luta partidária que se concretizará na realidade dos anos subsequentes.

...E o governo fascista monta um monstruoso aparelho repressivo

Logo após o alarme, o governo fascista pôs em movimento todo o aparelho repressivo de que dispunha. GNR, PSP, PVT sob a direcção dos criminosos da PIDE, envolvem o País numa rede de vigilância, particularmente rigorosa nas entradas das cidades e vilas. As forças militarizadas ocupam as estradas os cruzamentos as encruzilhadas, os caminhos. Exibindo as suas metralhadoras, munidos de cães-polícia, a força brutal actua ferozmente numa vingança impotente e desesperada que dura uma semana. A PIDE assalta casas de democratas, promove buscas revistas, detém transeuntes.

Segunda-feira, dia 4 de Janeiro, tive de ir a Abrantes — narra-nos uma camarada legal. — Não sabia o que se passava, mas verifiquei imediatamente, que alguma coisa tinha sucedido. Em todas as encruzilhadas estavam patrulhas da GNR com cães. Enquanto um apontava a metralhadora, outro identificava os passageiros e revistava o carro, malas, motor, bancos. E em todas as encruzilhadas fomos sujeitos a buscas sucessivas.

No mesmo dia, o comboio-correio Lisboa-Porto era assaltado pela PIDE e pela GNR, que identificaram os passageiros.

Apesar desta gigantesca operação de controlo à esca-

la nacional, não foi detectado qualquer rasto dos fugitivos. O balanço da vaga repressiva seria catastrófico para o fascismo. A lamentar apenas a prisão de um destacado camarada do nosso Partido.

No dispositivo montado para a realização da fuga, contavam-se as precauções perante a intensa vigilância que como esperávamos, se seguiu — diz-nos o camarada Dias Lourenço, que desempenhou, na preparação da fuga, uma importante tarefa —; com antecedência, demos instruções a todos os camaradas clandestinos para recolherem a casa, sem os informar do que se passava. Em virtude da dificuldade de contactos na vida clandestina, falhou nos avisar uma camarada que acabou por ser preso durante a repressão desencadeada por motivo da fuga.

Nas cadeias políticas, como represália, tornar-se-iam ainda mais duras as condições prisionais. Pelo menos, os democratas Humberto Lopes e Borges Coelho que se encontravam presos em Peniche no piso donde se efectuou a fuga, foram levados para o Aljube, em Lisboa, e sujeitos a regime de completa incomunicabilidade.

Esta repressão incentivaria a unidade entre comunistas e outros democratas, irmãos pelo mesmo sentimento de combate ao fascismo. A Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, perante a intensificação da repressão, lançaria em comunicado ao povo português, a palavra de ordem: «Unidos para forçar o governo a recuar!»

A preparação da fuga, trabalho colectivo

Como foi preparada esta fuga que constituiu, sem dúvida, uma importante vitória do Partido Comunista e de todas as forças da oposição ao regime sobre a política de perseguição do salazarismo a todos os que desejam a Liberdade e o Progresso do País, a todo o povo português (doc. da Comissão Política do CC, Janeiro de

1960)? Eis uma questão que finalmente pode ser esclarecida e sobre a qual a PIDE após a correr as mais ridículas lendas.

Jaime Serra, um dos corajosos camaradas participantes na fuga diz-nos:

— A concepção da fuga de Peniche resulta de um trabalho colectivo efectuado pelas camaradas do Comité Central que se encontravam nessa época em Peniche, no piso 3. As condições em relação à fuga eram extraordinariamente difíceis. Todos os camaradas estavam em celas individuais e só durante o recreio podiam trocar opiniões sobre o assunto, sob a vigilância do guarda e apenas durante uma hora por dia. Eramos obrigados a falar sempre em voz alta, de modo a que o guarda ouvisse. Forçando este regulamento, tudo foi combinado ao longo de muito tempo. Inicialmente não havia uma ideia precisa sobre a concepção da fuga. Esta só pôde ser organizada na medida em que trabalhávamos para ela a partir do interior e com uma colaboração muito estreita com a Direcção do Partido no exterior, nomeadamente com o Secretariado, que tomou, directamente, em mãos a preparação da evasão. Na organização de qualquer fuga, durante o fascismo, o trabalho no interior da prisão foi sempre fundamental, dadas as circunstâncias políticas. Só em situações de luta mais avançada, de luta armada, se poderia ter organizado uma preparação somente do exterior, como, por exemplo, planeando um assalto a uma cadeia. Nas condições em que vivemos, todas as fugas foram concebidas e organizadas a partir do interior com a colaboração preciosa do exterior.

Entre os camaradas do Comité Central detidos no Piso 3, encontrava-se Alvaro Cunhal preso pela terceira vez, em 1949, e condenado pelo Supremo Tribunal da Justiça, enfeudado ao fascismo, a uma pena de 4 anos de prisão maior celular seguidos de 8 de degredo e mais um

ano de medidas de segurança. O Governo fascista tudo fizera para aniquilar fisicamente Alvaro Cunhal. A ameaça pendente sobre a vida deste camarada desencadeara, em todo o mundo, provas de solidariedade. Em nome do Comité Central do Partido Comunista Francês Jacques Duclos, enviou, em 1953, uma mensagem a Alvaro Cunhal, onde manifestava «em nome do povo de França» a sua «solidariedade fraternal total com a luta dos democratas e combatentes da Paz em Portugal consagrada a arranjar-vos, assim como aos outros lutadores da causa dos povos, das masmorras do ditador Salazar». No Brasil Jorge Amado de então escrevia ao seu povo: «Ajude-mos a salvar a vida de um dos grandes homens do nosso tempo.» Pablo Neruda, a ansia de liberdade, feita poesia em «Lâmpada Marinha», poema dedicado ao povo português e aos povos de todo o mundo, clama: «Porém/ó português da rua (...) Sabes tu/onde está/ Alvaro Cunhal?»

Uma mulher responde pelo povo português, ao escrever a Alvaro Cunhal no dia do seu aniversário «Garantimos-te que unidos como um só te havemos de arrancar das mãos dos carrascos do nosso povo!»

Estes testemunhos vindos de todo o mundo acirravam ainda mais o ódio dos fascistas em relação aos comunistas e, muito particularmente, ao camarada Cunhal.

— Era imperioso arrancar o camarada Alvaro da prisão pois o Governo fascista estava apostado em assassinar-lo lentamente — declarava-nos o camarada Dias Lourenço — Com esse pensamento, nos metemos ao trabalho. Na prisão os camaradas começaram a olhar para as guardas republicanas com a ideia de poderem utilizar algum, o que abria grandes possibilidades de concretização da fuga.

Jaime Serra, continua a falar-nos da acção desenvolvida no interior da prisão:

— Em Peniche, a fuga de 1960 implicou um trabalho longo que envolveu inclui-

«AJUDEI A LIBERTAR ALGUNS FILHOS DO POVO QUE ESTAVAM PRESOS»

Em 20 de Janeiro de 1960, José Jorge Alves, soldado n.º 139 da 2.ª Companhia do 1.º Batalhão dirigiu aos seus camaradas da GNR uma carta em que contava os motivos da sua ajuda à fuga de Peniche.

Divulgada clandestinamente, essa carta constitui um esclarecedor documento da forma como já então o descontentamento lavrava entre quantos viam o fascismo lançar homens do povo contra homens do povo.

Afirmava José Jorge Alves:

Eu tomei parte directa na fuga de Peniche, por ver que as coisas não estão no seu verdadeiro lugar, não estão certas.

Alvaro Cunhal, um homem sério e que tem dado a maior parte da sua existência pela libertação do povo, encontrava-se preso há cerca de 11 anos. Tendo ele terminado a pena já há bastantes anos não tentavam dar-lhe a liberdade.

Francisco Miguel, nas mesmas condições, estava preso há 13 anos e as esperanças de libertá-lo eram as mesmas de Alvaro Cunhal. Além destes dois amigos do povo, ajudou a libertar também Guilherme de Costa Carvalho, Pedro Soares, Carlos Costa, Jaime Serra, Rogério de Carvalho, José Carlos e Joaquim Gomes, que também se encontravam presos há bastante tempo.

Que crimes cometeram estes bons portugueses para estarem encarcerados num total de 77 anos? Nenhum. Apenas por quererem que o povo tenha trabalho e não, coisas que actualmente não tem. Não está certo.

Há indivíduos que roubam, matam e fazem tudo quanto é condenável, no entanto, estão presos meia dúzia de meses ou anos e são restituídos à liberdade, para continuarem a sua profissão negra do crime.

Com estes amigos do povo acontere o contrário, não cometem crimes alguns e são presos por toda a vida. Não é justo.

Vim para a GNR em 1946, logo de início verifiquei que não se cumpriam as leis que regulam a sua missão.

Na GNR comete-se toda a espécie de irregularidades. Diz o n.º 1.º do artigo 4.º do Regulamento de Disciplina Militar, que todo o militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria, guardar e fazer guardar a Constituição Política em vigor no País, etc. Aqui está que isto não é cumprido, porque a Constituição Política é deturpada pelo próprio Governo, que devia ser o primeiro a ser obrigado a cumpri-la como está escrita.

O povo pretende que lhes sejam concedidos os direitos estabelecidos no artigo 8.º da Constituição, que lhes

dá o direito da liberdade de expressão e só porque pede o que lhe pertence é massacrado e numerosos dos seus filhos são presos, torturados e mandados para as masmorras de Salazar.

Quais são os alteradores da ordem e das disposições que dão direitos ao povo? Porque é que a GNR e todas as forças armadas não obrigam o Governo a cumprir essas disposições e dar esses direitos a quem pertencem?

Não. As forças armadas são lançadas contra os que pedem o que lhes pertence, para manter na abastança umas escassas centenas de usurpadores sem escrúpulos, os da seita de Salazar. Diz o velho rifão, que não há mal que sempre dure, nem bem que sempre ature.

Isto tem que acabar. As coisas no nosso país correm de mal a pior.

E mais adiante: Devemos lembrar-nos que nossos pais, tios irmãos e sobrinhos trabalham quase a morrer de fome, e nem sempre têm trabalho. Nós, antes de vírmos para a GNR, trabalhávamos lado a lado com eles, somos filhos do povo.

E preciso que a GNR e outras forças armadas se ponham ao lado do povo, quando este reclama os seus direitos e ajudem a lutar com a sorte a tão escandaloso governo salazarista.

O aumento dos nossos vencimentos não foi obra de Salazar, mas sim do povo. Se não fosse o povo, que por intermédio dos seus homens sérios, pusesse tudo a descoberto, não eram aumentados. Salazar só deseja para o País e seus servidores, miséria e escravidão. O governo de Salazar é uma autêntica escola do crime.

Criamos os filhos com mil sacrifícios e depois de criados, não temos onde colocá-los. Porquê? Por falta de apoio do Governo.

Salazar só se preocupa em arranjar fortuna para ele e sua seita não lhes interessando as classes do povo, senão para as explorar.

Reparai por esse país fora, quantos milhares de crianças raquíticas enfeadas, famintas de alimentos, vestuários e confortos materiais. As mães têm de traba-

lhar, para ajudar os maridos a suportar o encargo familiar. Quem repara e vigia esses inocentes, que nascem e crescem sem lhes poder ser administrada a educação?

Só um Governo que dê ao povo melhores condições de vida, mas nunca o governo de Salazar, que só gasta dinheiro em armamento e entrega as riquezas aos exploradores estrangeiros.

(...)

Há na GNR um punhado de lacaios de Salazar: se eles querem ser carrascos do povo, deixai-os, eles que enfrentem o povo, que amanhã lhes pedirá contas dos seus crimes. Os homens sérios e honestos da GNR nada têm que ver com o tenente Carrajola, que matou no Alentejo a tiro de pistola — metralhadora, Catarina Eufémia, que, grávida, pedia trabalho para comprar não para si e para seus filhos; nem com o sargento Francisco Ronge, que pelos mesmos motivos, assassinou José Adelino dos Santos, em Montemor-o-Novo.

A maior parte dos elementos da GNR conhece o senhor tenente-coronel Matos, actual director da Pide.

Foi comandante do destacamento da GNR no Barreiro e do Batalhão n.º 3 em Évora, pessoa de maus instintos, proíbia os guardas de falar com os civis e até algumas expulsões arranjou por esse motivo.

Quem é ele para pretender que o povo seja excluído do convívio dos seus filhos, que são vós, filhos do povo fardados?

Afastai-vos dos inimigos do povo. E preciso que todos pensem que saíram do povo, pertencem, nortanto, ao povo.

Não luteis contra o povo e não pegueis em armas contra os vossos que vos deram o ser. Há-de chegar o tempo que vejam as coisas como eu vi.

Com o decorrer dos tempos fui vendo que isto corre de mal a pior. Homens sérios e honestos, que dizem as verdades e querem o bem do povo, são perseguidos e presos, sem qualquer remissão e Salazar continua mantendo a mentira, a espalhar maior miséria e terror.

É tempo de ajudar aqueles que podem salvar o País.

Ajudei a libertar alguns filhos do povo que estavam presos. Fiz o que me foi possível, conseguindo-o sem grande esforço.

O que é preciso é vontade, que com ela tudo se faz.

Sinto como isto, que dentro das minhas possibilidades e justiça, não fiz mais que um dever e uma obrigação de bom português.



Este desenho, traçado por um dos camaradas evadidos de Peniche, correu clandestinamente logo após a fuga

No «Avante!» n.º 285 de Janeiro de 1960, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português publicava uma nota sobre a fuga, onde se dizia:

(...) «A libertação destes camaradas foi possível pela sua coragem e abnegação, pelo seu desejo de prosseguir no combate pela libertação do povo português do jugo salazarista, pelo auxílio que lhes foi prestado pelo Partido Comunista e pelo apoio popular.

Ao mesmo tempo, o Partido Comunista lembra que continuam encarcerados nas prisões salazaristas muitos abnegados patriotas que só pela luta do povo português e pela solidariedade dos povos do Mundo inteiro serão libertados.

A recuperação para a luta destes valerosos camaradas, que em conjunto cumpriram 77 anos de prisão, constitui uma grande vitória e uma valiosa contribuição para a luta pela Paz, pela Democracia e pela Independência Nacional.

O aparelho repressivo fascista não deixará de intensificar a sua acção contra o Partido, contra as forças democráticas e o povo, para tentar refazer-se da grande derrota que acaba de sofrer. Isso exige de todo o Partido um esforço imediato e decidido para a defesa dos seus quadros e a consolidação da sua organização com vistas a poder, a curto prazo, intensificar toda a sua acção no terreno político.

A libertação destes camaradas não é apenas uma vitória do Partido Comunista, mas de toda a causa antissalazarista e é um incentivo ao alargamento da acção de todos os portugueses honrados na luta contra o fascismo e por um Portugal democrático e independente.

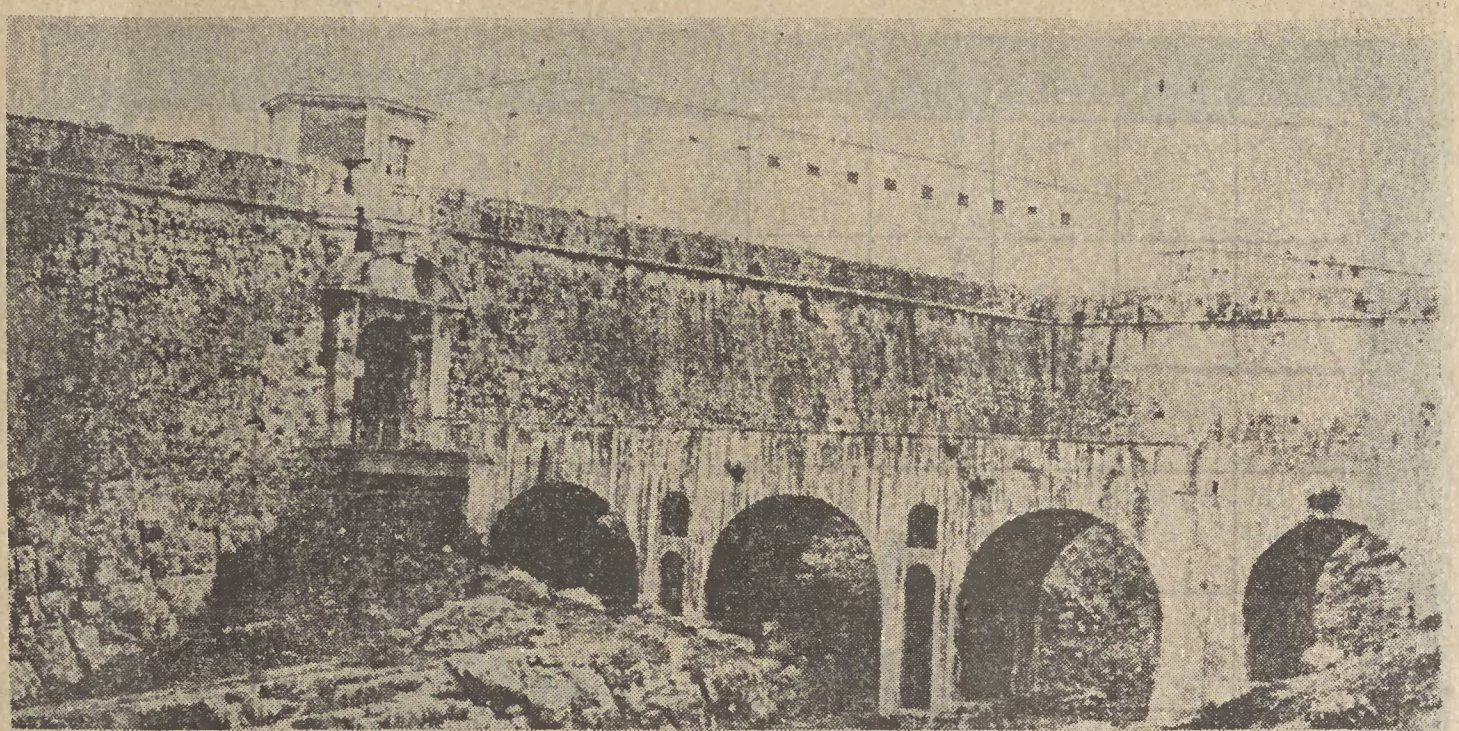
«Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos antes de mais nada o nosso partido e o Povo Português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade.

Saudamos todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideologia ou crença religiosa; saudamos todas as forças e correntes antissalazaristas, salientando a importância e a urgência da Unidade, como condição fundamental para a solução do problema político português.

Sem o decisivo auxílio do Partido Comunista Português e da sua Direcção — à qual manifestamos toda a nossa confiança —, sem a coragem, o espírito de sacrifício e o apoio de numerosos comunistas e portugueses sem partido que nos ajudaram, não teria sido possível levar a cabo a nossa libertação.

Não queremos deixar de manifestar o reconhecimento pelas provas de simpatia e solidariedade activas que, enquanto encarcerados, nos foram prestadas, assim como aos restantes presos antifascistas, pelo nosso povo e pelo movimento operário e democrático internacional, que tanto contribuíram para a defesa das nossas vidas.

Muitos dedicados filhos do povo português continuam nas prisões fascistas, sofrendo torturas e longos anos de prisão. A acção dos patriotas portugueses apoiada pelos trabalhadores e democratas do mundo conseguirá libertá-los também.»



vamente o recrutamento do guarda da GNR Jorge Alves, que foi, aliás, um elemento importante no êxito da fuga.

Na cadeia havia dois tipos de guardas, a guarda interna constituída pelos guardas prisionais que estavam em contacto directo com os presos, e a guarda exterior montada por elementos da GNR que estavam proibidos de estabelecer qualquer contacto com os presos. O guarda Jorge Alves foi, de certo modo, aliciado por nós através de pequenas conversas ao longo de vários dias em que ele passava por aquele posto de sentinela.

De Jorge Alves tinham-se já informações que permitiram o «apalpar terreno» por parte dos camaradas detidos. Um camarada legal também detido em Peniche conhecia a família de Jorge Alves e sabia-o revoltado face ao regime político. Por outro lado, era visível a simpatia de Jorge Alves para com os presos e não era de desprezar o risco que ele corria ao estabelecer diálogo com os presos, violando assim o severo regulamento prisional.

O serviço dos guardas da GNR obedecia a um esquema rotativo que os obrigava a passar por todas as cadeias do País durante o período aproximado de um mês, de seis em seis meses. Analisada a sua personalidade durante o tempo de serviço em Peniche, uma vez destacado para outras cadeias Jorge Alves seria ligado ao Partido através da camarada legal que o conhecia.

— Estas ligações obedeceram ao mais rigoroso «controlo» — informam-nos Dias Lourenço. — Todas as ligações com Peniche foram centralizadas no Secretariado. Também em Peniche se tomaram rigorosas medidas de sigilo. Só o organismo responsável de Peniche conhecia a preparação da fuga. O camarada que ligava Jorge Alves não sabia a tarefa de o iríamos encarregar. Foi exactamente eu o encarregado pelo Secretariado de contactar com ele. O primeiro contacto não foi fácil. Eu falei sobre o que pretendíamos dele, a importância da tarefa em perspectiva. Ele ouviu, ouviu, calado e depois disse-me: «Eu estive para trazer a minha pistola sabe, mas já vi pelo modo como fala que é coisa

séria.» Eram ainda notórias as suas hesitações, as suas dúvidas, que só posteriores, contactos dissolveram.

Jorge Alves era um homem do povo. Um homem honesto corajoso, sinceramente antifascista ainda que com uma visão primária sobre política. Dado à bebida (o que lhe provocaria, mais tarde, tendências neuróticas) reagindo emotivamente, impulsionado por um ódio feroz ao ditador Salazar.

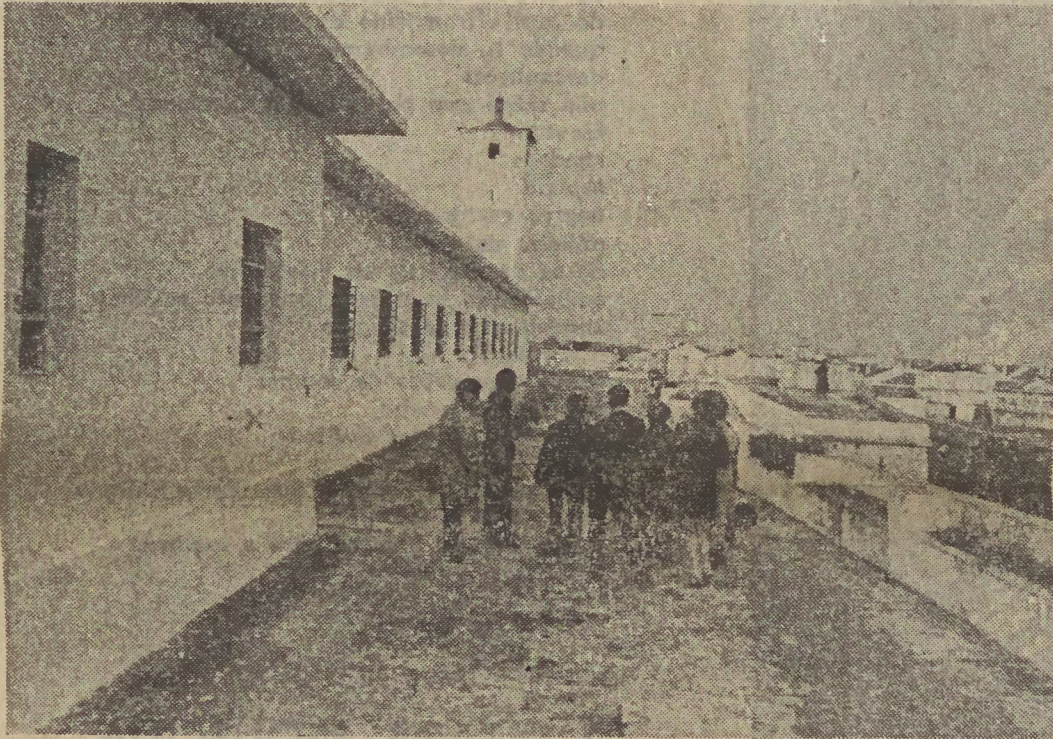
— Durante um encontro — conta-nos Dias Lourenço — chegou a dizer-me: «O amigo, um dia estarei lá de serviço, entra por ali o Salazar e eu estive a pensar: atiro, não atiro. Não atirei. Tenho a impressão que fiz muito mal.» É claro que lhe disse que isso não resolvia o problema, não era uma forma justa de luta e que não contribuía para a queda do fascismo, como se verificou mais tarde. Refiro o episódio para mostrar como alguns destes homens em que os fascistas confiavam inteiramente lhes tinham um ódio de morte. E este tinha-o.

A medida que Jorge Alves ia sendo cada vez mais ganhado para a tarefa da fuga, intensificavam-se os contactos do Secretariado no exterior com a organização central dos presos. Todos os contactos eram feitos em cifra e passados em rigorosa segurança. A vigilância dos carcereiros era, então, particularmente aguda. Comida, roupas tudo era severamente examinado. Este facto dificultou a preparação da fuga mas não logrou impedi-la, o que demonstra a força conspirativa e organizativa do Partido.

— Com Jorge Alves foram discutidos todos os pormenores da operação no que respeitava à sua tarefa — conta-nos Dias Lourenço. — Aproximava-se o mês em que lhe calharia, novamente, o turno de serviço na cadeia de Peniche. No início desses turnos, era feita, entre os guardas, uma escala de serviço, pela qual ficavam a saber, com antecedência, o dia e a hora em que estavam nos diferentes postos de vigilância. No posto de vigilância que nos convinha, ele estaria no dia 9 de Janeiro. E, portanto, tudo foi organizado para esse dia. Acertámos tudo e demos imediatamente para a mão de Jorge Alves, uma quantia

bastante elevada, que se destinava a assegurar a vida da família. Ele, possivelmente, esperava que lhe entregássemos metade da quantia e a outra metade quando tudo estivesse resolvido. Nessa reunião, estávamos dois elementos do Secretariado e eu disse-lhe: «Meu amigo isto é dinheiro que custou muito aos trabalhadores. Está todo na sua mão. Esperamos que você mereça a confiança que depositamos em si.» O homem ficou perturbado e comovido.

Tudo ficou a postos para 9 de Janeiro. Mobilizámos transportes e outros meios. Planeámos diversas formas de retardar a perseguição que viria a organizar-se. Uma tarefa importantíssima, que consistia na sabotagem da iluminação de toda a zona, logo que se desse a fuga, foi também assegurada por uma nossa organização do Oeste.



O terraço que se vê na gravura corresponde ao assinalado com os algarismos 1 e 6 no desenho. Na parede marcada com X existia uma porta que foi utilizada na evasão e que posteriormente foi fechada

que, infelizmente, viria a falhar, facto que poderia ter provocado sérias dificuldades.

De 9 a 3 de Janeiro, mudança que não impede a fuga...

«Tempo onde o tempo morreu», assim define Borges Coelho, poeta e historiador

então em Peniche, no Piso 3 o tempo passado na prisão: «Tempo de Pais amordaçados, de apitos, de portas badaladas na cara, do balde das sobras, do balde do miúdo. Nesse tempo, finais do ano de 1959, ano de luta, ano de avanços em cujo primeiro trimestre mais de 50 mil trabalhadores se haviam movimentado nesse tempo, Janeiro próximo era uma promessa. A organização forjava o salto para a libertação. Libertação de homens dispostos a aguentar a clandestinidade homens totalmente devotados à causa da liberdade do seu povo. Para esses homens, o tempo não era já somente «tempo onde o tempo morreu» mas tempo onde a libertação ganhava consistência forma quase acabada.

— No dia 2 de Janeiro, no local de encontro que tínhamos combinado desde que Jorge Alves voltara para Pe-

nica, aparece-me ele desanimado — conta-nos Dias Lourenço — «Amigo — disse-me — está tudo perdido. Não é possível fazer nada. Eu era para estar no dia 9 mas eles baralharam a escala e estou de serviço lá, amanhã. Pois então é amanhã! — respondi-lhe eu —. Ele ficou espantado. Mas não havia que recuar. Tudo estava

do ponto de vista das condições internas, isso facilitava extraordinariamente, pois havia a distração com o futebol e pouco movimento na prisão. Por outro lado, tínhamos nos assegurado da colaboração no exterior para a retirada. Só a partir do sinal vindo do exterior, dado por um camarada que passou num carro, é que se desen-

montado. Dei-lhe as últimas instruções e algumas coisas necessárias para as tarefas dos camaradas no interior.

Apesar de clandestino, perseguido pela fúria da PIDE, pois evadira-se da cadeia de Peniche, em 1954, Dias Lourenço pôs-se em movimento de modo a fazer chegar aos camaradas presos a confirmação da notícia que Jorge Alves levava sobre a alteração da data da fuga. Tratava-se de estabelecer contacto com a companhia de um camarada detido para que esta na visita lhe dissesse algo como: «Não te esqueças que a menina faz três anos.» O camarada em causa ignorando tudo o que se conspirava, apenas teria de transmitir a mensagem.

Frustrado este contacto, por outro meio chegou ao Piso 3 a confirmação de nova data para a fuga.

— Era domingo — recorda o camarada Jaime Serra — e

cadeou o mecanismo da fuga no interior. Eram 16 horas. Iniciou-se a confecção da corda de lençóis. Cada camarada na sua cela já sabia quantos lençóis tinha de cortar da sua cama para depois se atarem uns aos outros de modo a fazerem o cabo que nos permitiria descer cerca de 20 metros da muralha. A hora da refeição, entre as 18 e as 19 horas, as celas ficavam abertas. Seria quando o guarda se preparasse para fechar as portas, no final da refeição, que o manietaríamos. Convm esclarecer que esta tarefa estava prevista de modo a causar ao guarda o menor dano pessoal possível. Essa foi uma questão sempre referida no nosso trabalho político, que envolveu a fuga. Correram-se alguns riscos mais na preocupação de dominar o guarda sem o molestar. Aliás, numa recente entrevista concedida à televisão soviética, o guarda confirmou este nosso cuidado.

Borges Coelho, no seu livro de poemas «Fortaleza», narra-nos o momento inicial da arriscada operação:

«Anotece. As botas do guarda republicano amigo batem lá fora apressadas. É a hora. Vozes vacilam encadeadas pelo som das botas. E de novo as botas do guarda republicano botando o cimento. Carlos avança e pergunta:

— O só guarda, não me sabe dizer... —, mas já o Guilherme lhe fechava sobre a boca o lenço do clorofórmio.

Passos em corrida, celas que se fecham o reguinar do guarda prisional do clorofórmio...

De novo, Jaime Serra:

— Fechámos o guarda numa sala após lhe termos aplicado o clorofórmio e um aparelho na boca de modo a permitir-lhe respirar. Os camaradas que ficavam foram para as suas celas e fecharam-se por dentro visto que as portas eram automáticas. Saíram os que estavam dispostos a arrostar com a dureza da clandestinidade e com a temeridade de uma fuga deste tipo. Cada um destes camaradas tinha desempenhado as suas tarefas. Estava determinada a ordem de saída de cada camarada. Também estavam já determinados os locais de concentração dentro da vila, em que grupos de camaradas eram agudados por carros que os conduziam depois aos pontos de apoio respectivos. Esse foi

um trabalho precioso do Partido com o apoio do Povo Português que foi feito no exterior.

A saída do piso 3 dava para dentro da fortaleza. Até alcançar a muralha, ainda havia que percorrer cerca de 50 metros. De gatas, envolvidos pelo capote do guarda, de modo a protegê-los da visão da outra sentinela, os camaradas chegaram à muralha onde saltariam para o exterior. Os camaradas Alvaro Cunhal e Jaime Serra seriam os primeiros a alcançar a muralha e aí amarraram o lençol. Havia que descer a pulso para o interior da vila. Os camaradas Guilherme de Carvalho e Pedro Soares cairam a uma certa altura do solo e ficaram bastante magoados. Eram cerca de 20 horas e 30 minutos. Dois feridos, um lençol que esvoaçava, grupos que se dispersam. Olhos que se fecham ao que vêem. Bocas que se calam. O apoio popular é uma realidade.

— A polícia pôs a correr várias lendas para mascarar a sua incapacidade para recapturar-nos — narra-nos Jaime Serra. — Entre essas histórias, circulou com insistência que tínhamos fugido para o mar, onde nos esperava um submarino soviético! Todos estavam no entanto, que se calam.»

Borges Coelho, no seu poema «Fortaleza», diria:

«Não, camaradas, nenhum submarino esperava por vós, mas aquele largo das redes e jogo da pele, aberto a olhos que se calam.»

...Que abre nova etapa na vida do Partido

— Foi desencadeado um inquérito brutal — informam-nos Dias Lourenço. — A Polícia prendeu a mulher de Jorge Alves. Este, em vez de colocar o dinheiro que lhe déramos em local seguro, foi pô-lo em casa da família, gente muito séria. A Polícia chegou até eles, incomodou-os e apreendeu o dinheiro. Após o 25 de Abril, a mulher do Jorge Alves veio do país socialista onde vivia e foi-lhe devolvido integralmente esse dinheiro.

Também o guarda que estava de sentinela perto do Jorge Alves foi molestado. Ele defendeu-se dizendo que reparara na ausência do colega mas pensara que ele tinha ido à casa de banho. Porém duas horas medearam até soar o alarme. Por outro

lado, mais tarde, o Jorge Alves confidenciou-nos que falou com colegas da G.N.R. sobre o que ia fazer. Por acaso, eram homens sérios e um até lhe teria dito: «Tenho pena de não ser eu que vou fazer isso por ti. Claro que é censurável. Enquanto nós, no Partido, tomávamos rigorosas medidas, a própria Comissão Política não sabia da conspiração e os camaradas em Peniche comparativamente rigorosamente a operação, o nosso amigo guarda-republicano falava com os mais íntimos. Supomos que a sentinela sujeita a inquérito se teria talvez apercebido da situação anormal. O alarme souo mais tarde do que esperávamos, segundo as previsões — mais optimistas. Todos estes factos demonstram, aliás, o apoio do povo ao nosso Partido.

3 de Janeiro de 1975. Quinze anos sobre a fuga de Peniche. Quinze anos sobre um importante golpe na repressão fascista.

— Esta fuga teve uma grande repercussão na altura — analisa Jaime Serra — e uma grande influência na actividade do nosso Partido, dado que saiu da prisão um núcleo de destacados quadros e, entre eles, o camarada Alvaro Cunhal. A partir daí, pode dizer-se que o trabalho do nosso Partido teve um grande desenvolvimento e revitalizou-se. A própria organização da fuga é um sinal de vitalidade do Partido. Ela resultou de um trabalho colectivo que comprova a força do Partido e a importância da disciplina partidária e do sentido das responsabilidades. Enfim, de tudo o que caracteriza o nosso Partido.

O povo português teria ainda de enfrentar duras batalhas até ao derrubamento do fascismo. Com firmeza e coragem não raro heroica, os comunistas, nas fileiras da Resistência, desbravaram o caminho que agora se nos abre. Nesse caminho a fuga de Peniche, em 1960 constitui uma nova etapa na vida do Partido, pela qual mais firmemente empunhamos a bandeira da libertação do povo português.

A FUGA DO FORTE DE PENICHE: RAZÕES DO ÊXITO E DEFICIÊNCIAS VERIFICADAS

A fuga de Peniche constituiu uma importante vitória do nosso Partido e, conforme se assinala no texto que a seguir transcrevemos, «alguma coisa de novo na luta contra a repressão».

A propaganda burguesa e reaccionária pretende sempre valorizar nas acções mais evoluídas desencadeadas pelas organizações revolucionárias o papel individual dos seus participantes, aspectos de «heroísmo» e «aventura». Este falar da propaganda burguesa, dos seus filmes, da sua imprensa, da sua literatura, mais não visa do que ocultar os aspectos mais importantes dessas acções e assim privar as massas da rica experiência que elas sempre deixam.

A acção dos militantes, se exige uma abnegação quotidiana, se conta com uma inteira dedicação, se enfrenta situações inesperadas, se recorre à inteligência e habilidade, fundamentalmente antes de tudo o mais na organização, na reunião de esforços e de vontades, no trabalho organizado. Quando determinada propaganda valoriza o papel pessoal, o «espírito de aventura», o «heroísmo» de um militante pretende apenas apresentar exemplos que, a serem seguidos desprezando o que é fundamental, desprezando o trabalho organizado, fazem os que os seguem correr para os fracassos que só servem à reacção.

A fuga de Peniche, só possível pelo heroísmo de quantos nela tomaram parte, exemplo brilhante da combatividade dos comunistas, é antes de mais nada um exemplo de quanto pode o trabalho organizado, de quanto pode a acção do partido da classe operária.

O texto que transcrevemos, publicado no n.º 110 de «O Militante» de Maio de 1961, é um modelo de trabalho comunista, torna claro quanto as grandes vitórias dependem do trabalho, da disciplina, da organização, do estudo dos militantes do partido da classe operária

A fuga do Forte de Peniche levada a cabo em 3 de Janeiro de 1960, não corrente representa alguma coisa de novo na luta do Partido contra a repressão fascista. Isso resulta, claramente, tanto do número e responsabilidade dos camaradas libertados como das dificuldades que foi necessário vencer e da maneira como foram vencidas. Tem por isso interesse tirar da sua execução alguns ensinamentos.

I

Os principais factores que tornaram possível o êxito foram os seguintes:

O primeiro foi a cuidadosa e demorada preparação e organização da libertação dos camaradas. A tarefa foi fácil. Pela forma como foi efectuada, implicou uma demorada e aturada preparação e a solução de problemas diversos, respeitantes a organização, a que-

dras, a recursos financeiros e técnicos. Arrumadas as principais dificuldades em três grandes fases — a) no interior do piso, b) do piso à rua, c) retirada —, foram estudadas separadamente em pormenor e atacadas as soluções uma por uma, envolvendo cada uma por sua vez a solução cuidadosa de aspectos parciais. Só a solução conjunta de todas as dificuldades, incluindo as parciais, tornava viável a tentativa. Uma falta em qualquer delas teria conduzido ao fracasso, com perigosas consequências, importando a situação de uns a liberdade de outros e até a vida de alguns. O êxito alcançado mostra que, no fundamental, a preparação correspondeu às exigências da tarefa.

O segundo factor do êxito foi a coordenação da actividade no interior e no exterior. Tal coordenação existiu no decurso de toda a longa preparação. Só ela tornou possível a solução satisfatória de

algumas das maiores dificuldades. Sem ela não teria sido possível conduzir à acção um dos elementos fundamentais. Tão-pouco teria sido possível o apuramento técnico respeitante à retirada e do domínio do guarda no interior, com a preocupação (realizada) de não molestar. Tão-pouco teria sido possível a sincronização da acção interior e exterior no momento decisivo. Depois da execução, essas dificuldades parecem extremamente mais simples do que o são de facto. A solução de qualquer delas exigiu entretanto grande e paciente esforço no interior e no exterior e uma estreita coordenação desses esforços.

O terceiro factor do êxito foi a concentração de preocupações, recursos e quadros. No interior, a elaboração do esquema geral da execução e o seu progressivo apuramento resultaram da constância no estudo da viabilidade da fuga, baseada na confiança no Partido e nos camaradas presos e na análise destes em voltar à luta. Daí uma iniciativa audaciosa tendente à resolução da principal dificuldade, em a qual não teria sido possível a realização dentro do esquema adoptado. No exterior, os recursos destinados à fuga, a participação na sua preparação, a mobilização de quadros destacados para a fase executiva e os riscos — tudo determinado pela importância atribuída à recuperação dos camaradas presos. Merece referência especial a acção do Secretariado do Comité Central, tomando directamente nas suas mãos esta tarefa, tanto no referente à orientação no exterior como a preparação directa da execução. O êxito alcançado, incluindo os seus aspectos políticos, mostrou a justiça da importância dada pelo Secretariado a esta tarefa.

O quarto factor do êxito foi a preparação, no interior, na base da centralização da responsabilidade num organismo restrito, harmonizada com a prática de trabalho colectivo e de discussão democrática. A execução no interior exigiu um forte espírito de Partido e de equipa de todos os camaradas, confiança mútua e na direcção, ideia de responsabilidade e disciplina. É de salientar que numa execução envolvendo sérios perigos e na qual participou um número tão elevado de camaradas, todos sem excepção tenham com pride o que lhes estava destinado. Para isso contribuiu de forma decisiva o anterior trabalho partidário desenvolvido dentro dos princípios do centralismo democrático.

O quinto factor do êxito foi a coragem, a serenidade e a disciplina. Dada a natureza das tarefas, só a coragem, a serenidade e a disciplina do conjunto dos camaradas e de cada qual (tanto no exterior como no interior) tornaram possível o sucesso. É de notar que a respeito pela vida humana e a firme determinação de dominar o

guarda do interior sem o molestar exigiram que os camaradas corressem mais perigos e dessem uma prova suplementar de serenidade e de firmeza ante o perigo. O mesmo foi exigido pela preocupação de não envolver nas responsabilidades da fuga outros presos que nela não participaram.

O sexto factor do êxito foram os sentimentos antifascistas do povo português. A não existirem tais sentimentos, que se manifestaram não só na colaboração decisiva como em diversas formas na fase preparatória e no silêncio de filhos do povo que se aperceberam da fuga durante a sua execução, a tentativa teria trocado com dificuldades susceptíveis de conduzir ao fracasso total ou parcial.

Tais foram os principais factores do êxito, cada um dos quais, por si só, não o poderia assegurar, mas que, no conjunto, o explicam.

II

Apesar de todos os aspectos positivos apontados, que tornaram possível o êxito, verificaram-se, tanto no interior como no exterior, diversas deficiências, algumas das quais de tanta gravidade que poderiam ter comprometido parcial ou totalmente a execução das tarefas.

Bom número dessas deficiências resultaram da súbita e imprevista fixação da data, que obrigou, tanto no exterior como no interior, a abreviar num curto espaço de tempo preparativos finais. Além, porém, desse motivo de precipitação, algumas deficiências revelaram ligeira de acção em questões de muita gravidade, falta de ideia de responsabilidade, menor rigor no cumprimento do estabelecido, sobreposição da opinião pessoal às instruções recebidas etc. Se o facto de certas falhas resultarem da antecipação da data não exclui que fossem consideradas, estes seus outros aspectos exigem que o sejam.

As mais importantes deficiências verificadas no interior foram as seguintes:

1.º — O conhecimento dos sítios no exterior por todos os camaradas tinha como objectivo assegurar a tomada de ligação no caso de perdas de contacto no trajecto até tais sítios. Conforme foi previsto, tais perdas de contacto verificaram-se, embora mais que o esperado. Sucede, porém, que a um dos dez camaradas não foi (por confusão e desatenção) comunicada o trajecto e o sítio do exterior. Daqui podiam ter resultado, no caso de esse camarada ter perdido o contacto com todos os outros, ver comprometida gravemente a sua retirada.

2.º — O trajecto fora anteriormente fixado e explicado a todos os camaradas (menos ao acima citado). Um camarada que discor-

dera do trajecto estabelecido resolveu seguir um trajecto diferente. Daqui resultou que os camaradas que se concentraram no ponto n.º 1 esperaram debalde expondo-se perigosamente, convencidos de um insucesso na retaguarda, quando esse camarada estava já então no ponto n.º 2. Também um outro camarada pretendia seguir trajecto diferente, sendo impedido de cometer essa falta por aquele que o acompanhava.

3.º — Contra o combinado, foram abandonados no interior alguns objectos, que poderiam ter dado eventualmente ao inimigo pistas perigosas.

III

No exterior, algumas deficiências merecem especial referência.

1.º — Perda na rua, antes da fuga, de documentos, cuja eventual apreensão pela PIDE poderia ter inutilizado todos os esforços a causados graves prejuízos. Esta falta encerra dois aspectos negativos: a perda em si de documentos tão importantes e o facto, não menos grave, de se terem conservado e transportarem documentos não convenientemente cifrados tratando de assunto de tanta responsabilidade e risco. Esta falta foi, antes da fuga, apreciada e criticada, tendo no Secretariado como na Comissão Política e no Comité Central.

2.º — Falta do aviso combinado, fixando data. Esta deficiência poderia ter impossibilitado a fuga.

3.º — Marcação dum sítio em lugar diferente do combinado e execução de outro sítio também em lugar diferente do combinado. Este último foi facilmente localizado; quanto ao primeiro, a não ter sido imediatamente rectificado, já no decurso da fuga, poderia ter impossibilitado a chegada ao interior de alguns camaradas.

4.º — Estabelecimento da dependência de um dos grupos em

relação ao outro. Não conhecendo o trajecto, o dependente teve perigosas hesitações e demoras e expôs-se demasiado. Também o mau estudo de alguns troços provocou inconvenientes demoras na retirada.

5.º — Margem de tempo demasiado larga prevista no exterior para a retirada, o que mostra não se ter considerado na medida exacta, nem a importância real e a repercussão política da fuga nem a importância que o inimigo lhe daria e a mobilização dos seus recursos repressivos. O alarme foi mais tardio do que as melhores esperanças podiam supor, a dar-se antes, a retirada poderia ter sido cortada.

6.º — Não realização dum trajecto, que poderia ter decidido da liberdade e da vida de camaradas. Duas razões explicam essa falta: má preparação técnica e falta de decisão e expediente dos que deviam executá-la. Esta falta é tanto mais grave e indesculpável quanto é certo que a execução não poderia ter sido feita sem o risco de vida para os camaradas.

IV

Além destas deficiências e falhas verificaram-se também outras no quadro isolado, mas, no fundamental e decisivo, esse quadro cumpriu. A participação deste que representa também alguma coisa de novo na luta do Partido contra a repressão e tem um significado político de grande relevo.

V

O êxito alcançado mostra que, no essencial, a acção dos camaradas, tanto no exterior como no interior, correspondeu às necessidades. Mas seria porém desprezível as deficiências verifica-

MAIO DE 1961

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960

MAIO DE 1960



LÂMPADA MARINHA

Pablo Neruda

UM PORTO COR DO CÉU

Quando tu desembarcas
em Lisboa,
céu de anil e rosa rósea,
estuque branco e doirado,
flores de calçada portuguesa;
as casas
as portas
os telhados
e as janelas
salpicadas
do oiro-pó dos limoeiros
do azul ultramarino dos navios;
quando tu desembarcas
desconheces
não sabes que por trás das persianas
escutam
rondam
espiam
negros carcereiros
polícias de gravata
filhos de sacristia de calabouço
embarcando homens presos para as ilhas
condenando ao silêncio
e pululando
como esquadrões de sombra
sob verdes janelas
por entre montes azuis:
A polícia
por baixo dos chapéus que tem o Outono
escarvando o chão
e enviando os homens para a sombra.

A CÍTARA ESQUECIDA

Oh! Portugal formoso
cesto de fruta e flores!
Despontas
da orla prateada do Oceano
na espuma da Europa
com a cítara de oiro
que te deixou Camões;
cantando com ternura,
espalhando pelas bocas do Atlântico
teu tempestuoso cheiro
a vinho e mosto,
a flores cidreiras e de mar
tua lua de luz entrecortada
por nuvens e tormentas.

AS PRISÕES

Porém
ó português da rua
tu sabes como eu
que ninguém nos escuta.
Sabes tu
onde está
Alvaro Cunhal?
Dói-te na carne a ausência
do heróico
Milítão?
Rapariga portuguesa
passas como quem dança
pelas rosadas
ruas de Lisboa.
Sabes, porém,
onde morreu Bento Gonçalves
o português mais puro
a honra do teu mar, das tuas praias?
Sabes
que existe
uma ilha
— por ilha do Sal chamada —
que tem por dentro a penumbra
do Campo do Tarrafal?
Sim, rapariga, tu sabes.
Bem sabes tu, rapariga.
Em silêncio
a palavra
avança devagar, porém percorre
não Portugal apenas, mas a terra.
Sim, em remotos países
nós sabemos
que há mais de trinta anos
uma pedra
espessa e sepulcral como uma asa
de clerical morcego
estrangula, Portugal, teu triste canto
e mancha-te a ternura
com nódoas de martírio
mantendo as suas cúpulas de sombra.

OS JASMINES E O MAR

Das tuas mãos pequenas, noutros tempos
saíram criaturas
deslumbradas
para o acontecer da geografia.
Assim, voltou Camões
deixando-te um ramo de jasmims
que sempre deram flor.
Ardeu a inteligência como cepa
de transparentes uvas no teu chão.
Guerra Junqueiro lançou
por entre as vagas
coriscos e trovões
de brava liberdade
levando o Oceano no seu canto.
Mas outros desdobraram
o teu esplendor de rosas e raízes
tal como se da mingua do teu espaço
saíssem grandes mãos
que semeassem
sementes por toda a terra.

Contudo
o tempo soterrou-te
e a poeira clerical
dos tomos de Coimbra
desfigurou teu rosto
de laranja oceânica
sepultando a beleza do teu corpo.

A LÂMPADA MARINHA

Portugal!
Volta ao mar, aos teus navios.
Portugal!
Volta ao homem ao marinho
e volta à tua terra e ao teu cheiro
à tua razão livre
no vento verdadeiro
e à luz da madrugada
dos cravos e da espuma.
Mostra-nos o teu tesouro
de homens e mulheres.
Não escondas mais o teu rosto
de embarcação valente
nas vagas avançadas do Oceano.
Portugal, navegante,
descobridor das ilhas,
inventor de pimentas,
descobre o homem novo
nas ilhas assombradas
e descobre, no tempo, o arquipélago.
A súbita
aparição
do pão
que chega à mesa.
A aurora
descobre tu a aurora
descobridor de auroras.
Como podes negar-te
à claridade da luz
tu que iluminaste
os caminhos escuros?

Tu, doce, férreo, velho
estreito e amplo pai
do horizonte
como podes
fechar a porta
a estas novas raízes
às estrelas do vento do Oriente?

Proa da Europa
procura na corrente
as vagas ancestrais
e as algas da nau de Camões.
Rompe as teias
que as aranhas teceram
nos teus verdes ramos.
E então
a todos nós
os filhos dos teus filhos
aqueles para quem
descobriste as praias
até então obscuras
da clara geografia
mostra que podes
atravessar de novo
os novos mares escuros
e descobrir o homem que nasceu
nas ilhas mais imensas que há na terra.
Navega, Portugal, a hora
chegou. Levanta
tua estatura de proa
e entre as ilhas e os homens volta
a ser caminho.
Junta ao nosso tempo
a tua luz. Volt. a ser lâmpada:
aprenderás de novo a ser estrela.